



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

SANDRO XAVIER

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA
ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NO ÂMBITO TERAPÊUTICO**

Brasília
2014

SANDRO XAVIER DA SILVA

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA
ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NO ÂMBITO TERAPÊUTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Izabel Magalhães

Brasília
2014

SANDRO XAVIER DA SILVA

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NO ÂMBITO TERAPÊUTICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 3 de junho de 2014.

Banca examinadora:



Profª Drª MARIA IZABEL SANTOS MAGALHÃES

Universidade de Brasília/Universidade Federal do Ceará – orientadora – Presidente



Prof. Dr. ALEXANDRE FERREIRA DA COSTA

Universidade Federal de Goiás – Membro efetivo



Prof. Dr. BRUNO DEUSDARÁ RODRIGUES

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Membro efetivo

Profª Drª MARIA LUISA COROA

Universidade de Brasília – Membro efetivo



Profª Drª EDNA CRISTINA MUNIZ DA SILVA

Universidade de Brasília – Membro efetivo



Profª Drª MARTA CARVALHO DE NORONHA PACHECO

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – Membro suplente

*Meu avô Anphilóquio Xavier, que, com seu
exemplo de amor, sempre me inspirou seguir em
frente, mesmo não estando mais aqui.
Minha família, por estar sempre presente.
Os amores da minha vida: Milena Xavier e Maria
Eduarda Xavier. Tudo agora é por vocês!*

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa dessa não se faz sozinho nem mesmo sem contar com uma grande história. Certamente não vou conseguir escrever aqui os nomes de todos a quem devo agradecer. Todavia, quero registrar alguns nomes para que, por eles, eu possa registrar minha gratidão a todos que foram envolvidos, por mais que tivessem contribuído com uma pequena resposta a um questionamento qualquer. Por mais que seja um informante que pôde me dizer: “É por ali”. Mesmo a esses, minha eterna gratidão é oferecida.

Primeiro quero registrar meus mais profundos e sinceros agradecimentos à minha orientadora e professora com quem trabalho há mais de 10 anos. Com a professora Izabel Magalhães conheci a Análise de Discurso Crítica e resolvi conhecer mais. Por sua paciência e direcionamento de sempre, meu muito obrigado!

Aos meus amigos que caminharam ao longo de mestrado e doutorado, alguns mais juntos, outros pouco tempo, mas todos significativos (assim como muitos que dividiram salas na graduação e na pós-graduação mesmo em poucas situações): Rafael Rodrigues, Gabriela Paes Leme, Marina Arantes, Pedro Henrique, Cristiane Rodrigues, Candice Lima, Gabriela Costa, Mariana Bezerra, Tatiana Dias, Ribamar Lopes Júnior, Denise Tamaê, Viviane Farias, Luciane Lira, Décio Bessa e muitos outros com quem pudemos partilhar momentos acadêmicos e fraternos, além de professores que vivem conosco esse caminho.

Muitas pessoas ajudaram a construir a pesquisa de alguma forma: amigos da redação do Correio Braziliense, em especial Rosane Garcia, Luciana Pereira e Ana Terra. Também as pessoas da instituição onde ocorreram as entrevistas (gostaria tanto de nomeá-las); e amigos da Confederação Nacional da Indústria, pela paciência nos momentos de correria e ansiedade para pensar e escrever para a pesquisa, além das horas em que tanto falei sobre o tema.

Reforço minha gratidão a minha família e a Deus! Sem eles, eu não seria o que sou.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o discurso de terapeutas acerca de seu trabalho com crianças e adolescentes que foram vítimas de abusos sexuais e com seus familiares. As muitas denúncias que atualmente surgem na sociedade com relação à pedofilia têm alcançado efeito no sentido de estimular que não se aceite a continuidade desses ataques. Setores do Estado e organizações não governamentais têm lançado campanhas de trabalho contra a pedofilia frequentemente. A pesquisa, então, busca compreender a ação da sociedade como um todo relativa ao tema e aprofundar na relação terapêutica para apoio à superação do trauma. Por meio de ferramentas utilizadas pela Análise de Discurso Crítica (ADC), os discursos serão analisados. As bases teóricas encontram referências em Norman Fairclough (trad. 2001, 2003, 2006 e 2012B), bem como Lilli Chouliaraki e Norman Fairclough (1999) que consideram o discurso como parte integrante da prática social. Para uma compreensão do fenômeno da pedofilia e sua base psicológica, foram consultadas, principalmente, Fani Hisgail (2007) e Anna Salter (2009). Muitas bases teóricas para compreensão de fenômenos que envolvem gênero social foram pesquisadas, especialmente para compreensão das ocorrências de silenciamento, com destaque para Deborah Cameron (1998 e 2006). A importância da definição de interdição feita por Michel Foucault (2004) não pode ser minimizada. Considerando que os discursos são uma construção/reprodução da prática social adotada no contexto em que se inserem, as colaboradoras desta pesquisa mostraram ser evidente na sociedade o silenciamento que marca a identidade de crianças, bem como a interdição sofrida pelos temas do sexo e da violência, contribuindo para que não se fale sobre o crime e o pedófilo permaneça contraditoriamente protegido. Mostra-se mister superar o silêncio, como é amplamente divulgado, encontrar mecanismos para que as crianças tenham voz e superar sua condição de menor agência (cf. Holland *et alii*, 1998 e Xavier, 2008).

Palavras-chave: Pedofilia, Gênero Social, Análise de Discurso Crítica, Silenciamento

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the psychotherapists' discourse about their work with children and adolescents who have been victims of sexual abuse, and their families. The numerous delations that currently arise in society about pedophilia have prompted the unacsetability of the continuation of these attacks. Government sectors and non-governmental organizations have often launched campaigns against pedophilia. This research, then, seeks to understand the action of society as a whole on the theme and to penetrate the therapeutic relationship and discourse as support for overcoming the trauma. Through tools used by Critical Discourse Analysis (CDA), this discourse will be analyzed. The theoretical bases have references in the works by Norman Fairclough (trans. 2001, 2003, 2006 and 2012B) and by Lilli Chouliaraki and Norman Fairclough (1999) who consider discourse as part of social practice. For an understanding of the phenomenon of pedophilia and its psychological basis, other works were helpful mainly Hisgail Fani (2007) and Anna Salter (2009). Numerous theoretical works for understanding the phenomena involving social gender were investigated, especially by Deborah Cameron (1998 and 2006) to understand the occurrence of silence. The importance of the definition of interdiction developed by Michel Foucault (2004) cannot be downplayed. Whereas discourse is a construction/reproduction of social practice, in the context in which they operate the collaborators in this research comment on the silence that marks the children's identities as well as the interdiction suffered by the themes of sex and violence, which contributes to avoiding talking about the crime, allowing the pedophile to remain paradoxically protected. This fact suggests that it is imperative to overcome silence, as it is widely reported, and find mechanisms for children to have a voice, and overcome their status as having no agency (cf. Holland *et aliii*, 1998 and Xavier, 2008).

Key-words: Pedophilia, Social Gender, Critical Discourse Analysis, Silence

FIGURAS

Figura 1: Apresentação do site “Todos contra a pedofilia”	30
Figura 2: Imagem de campanha do perfil “Brasil sem Pedofilia” do Facebook...	32
Figura 3: Modelos de camisetas	33
Figura 4: Padrão utilizado para faixas e adesivos.....	33
Figura 5: Símbolos que identificam pedófilos	34
Figura 6: Joias produzidas com os símbolos que identificam pedófilos	35
Figura 7: Mudanças na concepção do corpo histórico.....	48
Figura 8: Selo da Recording Industry Association of America	134
Figura 9: Capa do CD <i>Tomb of the mutilated</i> (Cannibal Corpse)	134

QUADROS

Quadro 1 – Evolução da concepção de infância	46
Quadro 2 - Diferença entre sexo e gênero	68
Quadro 3 – A linguagem nos níveis sociais.....	100
Quadro 4 – O interdiscurso familiar	126
Quadro 5 – As palavras que apontam a identidade de crianças e adolescentes	128
Quadro 6 – A importância da transgeracionalidade.....	129
Quadro 7 – A condição diferenciada de meninos e meninas	129

CONVENÇÃO PARA AS TRANSCRIÇÕES¹

(.)	pausa de meio a um segundo
(..)	pausa maior que um segundo
(...)	pausa que caracteriza interrupção no discurso
(???) (xxx)	palavra ou período ininteligível
ALTA	ênfase na palavra ou período
(())	sons paralinguísticos
(risos) risos	
negrito	fala do pesquisador
redondo	fala da colaboradora

¹ Basicamente idealizada de Talbot, 1998.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	17
CAPÍTULO 1: O ABUSO SEXUAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	17
1.1 ABUSO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	18
1.1.1 O problema da pedofilia	19
1.2 A PEDOFILIA NO BRASIL.....	21
1.2.1 O caso do Vampiro de Niterói	21
1.2.2 A voz de um abusado já adulto: Bert Smeets e Claudia Jimenez	23
1.2.3 Algumas ações da sociedade	27
1.3 IMPLICAÇÕES NO FUTURO PARA CRIANÇAS E A SOCIEDADE	35
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
CAPÍTULO 2: O DISCURSO TERAPÊUTICO	38
2.1 ABORDAGEM PSICANALÍTICA DA PEDOFILIA.....	38
2.2 A CRIANÇA COMO OBJETO DE DESEJO	43
2.3 O PODER ENVOLVIDO.....	47
2.4 A FAMÍLIA COMO CENTRO DA PROTEÇÃO.....	51
2.5 AS ABORDAGENS PARA TRATAMENTO	55
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
PARTE 2: TEORIA E METODOLOGIA	58
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E GÊNERO	58
3.1 ADC COMO MÉTODO DE ANÁLISE DE DISCURSO	58
3.2 FERRAMENTAS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA	59
3.3 CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO PARA O CASO DAS CRIANÇAS.....	60
3.3.1 Gênero e discurso	61
3.4 A INFLUÊNCIA DO PODER NO DISCURSO NA RELAÇÃO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	68
3.5 A INTERDIÇÃO DO SEXO E DA VIOLÊNCIA COMO COMPLICADORES DAS DENÚNCIAS	71
3.6 AS MARCAS DO SILENCIAMENTO NO DISCURSO DA PEDOFILIA	72
3.7 O PROBLEMA DA FALTA DE AGENCIAÇÃO EM CRIANÇAS	75
3.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E PESQUISA DISCURSIVA.....	78
4.1 PESQUISA DISCURSIVA.....	78
4.1.1 A busca pelo campo de pesquisa.....	82
4.1.2 Notas de campo: um recurso da pesquisa etnográfica	84
4.2 PESQUISA QUALITATIVA	88
4.2.1 Entrevista semiestruturada	89
4.3 SELEÇÃO DE DADOS	93
4.3.1 A instituição e os contatos iniciais.....	94
4.3.2 Dados das colaboradoras	95
4.4 OPERACIONALIZAÇÃO.....	95
4.5 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	96
4.5.1 Seleção lexical	96
4.5.2 Intertextualidade / interdiscursividade	97
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
PARTE 3: ANÁLISE.....	100
CAPÍTULO 5: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	100
5.1 OBSERVAÇÕES	101
5.2 ENTREVISTAS.....	103
5.2.1 Aleteia.....	104
5.2.2 Bete.....	105
5.2.3 Carmem	106
5.2.4 Dora	106
5.2.5 Elis	107
5.2.6 Fabiana	108
5.2.7 Gabriela	109
5.2.8 Helena.....	110
5.3 A INTERTEXTUALIDADE REFORÇANDO A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO FAMILIAR.....	112
5.4 LÉXICO E MARCAS DA IDENTIDADE INFANTIL.....	116
5.5 A TRANSGERACIONALIDADE NO DISCURSO TERAPÊUTICO	119
5.6 MENINOS E MENINAS: A CULTURA E O DISCURSO ENVOLVIDOS.....	122
5.7 VISUALIZAÇÃO DE ALGUNS RESULTADOS	125
5.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
CAPÍTULO 6: INTERDIÇÃO E SILENCIAMENTO IDENTIFICADOS NO DISCURSO TERAPÊUTICO	131

6.1 AS CARACTERÍSTICAS DA INTERDIÇÃO	132
6.1.1 Identificação da interdição	135
6.2 O SILENCIAMENTO PERCEBIDO	139
6.2.2 Orientações para superar o silêncio	141
6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
CONCLUSÃO	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
ANEXO 1: Extrato das entrevistas	156
ANEXO 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	161

INTRODUÇÃO

A sociedade, em todo o mundo, tem encarado o problema frequente dos abusos sexuais a crianças e adolescentes. É comum o entendimento de que o problema não é atual. A busca por relacionamento íntimo com crianças remonta os primórdios da civilização. Todavia, faz sentido dizer que atualmente os trabalhos para combater essa atitude têm sido mais frequentes.

Frequentemente, ouvem-se pessoas dizerem que o problema da pedofilia está ocorrendo com mais regularidade, dado que choca muito a população. Entretanto, buscando na história os acontecimentos de casos de abuso a crianças, podemos perceber que as ocorrências sempre foram altas. A diferença, hoje, é que o estímulo para que se denuncie é alto e bem difundido. O papel de órgãos de Estado e de organizações não governamentais tem sido fundamental para que o povo tenha consciência de que o fato é crime e traz consequências terríveis para a criança e sua família. Por isso, o insistente incentivo para que as pessoas denunciem o crime.

A importância de pesquisar discursivamente o fenômeno terapêutico da pedofilia reside na necessidade de superar o silenciamento ao qual estão submetidas as crianças em geral, o que é potencializado numa vítima abusada que sofre com o exercício de um poder irresponsável e mal-intencionado.

O interesse pela pesquisa se deu muito no contato com ocorrência próxima, com pessoas de convivência aproximada por questão de trabalho. Assim, leituras de reportagens, livros e entrevistas sobre o assunto foram feitas. Conversas com pessoas que trabalhavam com o assunto também foram travadas e muitas ideias puderam ser aproximadas da teoria da Análise de Discurso Crítica (ADC) no sentido de pesquisar o tema e analisar a partir de eventos discursivos em torno dessa prática social.

As leituras e as conversas foram primordiais para a composição do contexto no âmbito da pesquisa. Muitas particularidades foram conhecidas e tiveram que ser altamente resumidas para a redação da tese. Temas como o uso extremo da violência por *serial killers* e o entendimento da mente psicótica foram profundamente pesquisados, mas bem condensados no resultado escrito, para que não ramificasse por caminhos mais profundos e paralelos.

Foi importante conhecer o trabalho e o pensamento de profissionais que lançam mão da psicoterapia e da psiquiatria no entendimento de como se dá o tratamento às vítimas, bem como da maneira como se aborda a situação do abusador ou do ofensor (termo utilizado quando o agente pedófilo é menor).

O detalhamento e a seleção da teoria e do método para organização dos dados e da análise foi um procedimento que demandou busca a partir das habilidades com a

ADC, mas também uma adaptação a uma boa abordagem do tema e do problema a ser analisado, para que os resultados pudessem ser satisfatórios.

A compreensão segundo Norman Fairclough (trad. 2001, 2003, 2006 e 2012B), segundo a qual o discurso integra a prática social em determinado contexto, nos pareceu mais apropriada para que se pudesse compreender o discurso terapêutico acerca da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Os discursos das psicoterapeutas foram produzidos e analisados considerando todo um contexto social que demonstra uma compreensão do fato e também produz um discurso sobre ele. Assim, foi importante um olhar contextual panorâmico sobre a pedofilia, para que, a partir do método e da teoria selecionados, se pudesse realizar uma análise que faz sentido no ambiente tanto do tema quanto da sociedade.

Para a produção dos dados, o método da pesquisa qualitativa, lançando mão de entrevistas semiestruturadas, nos pareceu mais adequado, no sentido de que dá mais liberdade ao pesquisador e busca também esse objetivo para o colaborador. Nessa modalidade de entrevista, as questões estão, sim, pré-elaboradas, contudo a conversa se dá mais livremente, dando espaço para que ambos, pesquisador e colaborador, possam falar de situações que lhes pareçam importante no momento e que, efetivamente, contribuirão para o resultado da pesquisa.

A busca por um lugar que favorecesse a pesquisa foi detalhada e registrada no capítulo metodológico (Capítulo 4: Análise de Discurso Crítica e pesquisa discursiva). Foi intencional o relato do contato frustrado com uma instituição que não dava retorno. Foi considerado um erro de estratégia, por parte do pesquisador, aguardar tanto tempo, fato que, em determinado momento, gerou um atraso no cronograma. O motivo de considerar o depoimento importante se dá na importância de partilhar tal experiência e contribuir para que outros pesquisadores evitem perder tempo dessa forma.

A partir do contato e da autorização para pesquisa no local selecionado, procedeu-se às entrevistas e ao conhecimento do ambiente de trabalho das terapeutas. As contribuições para a pesquisa foram feitas no próprio local em que se oferece o atendimento. Houve contato com grupo, na participação de reuniões de planejamento, conversa com a coordenadora e uma apresentação a todo o local e seus profissionais de outras áreas. Entre as entrevistas concedidas, foram selecionadas oito daquelas que mais ofereceram dados discursivos.

As questões de entrevista foram preparadas para atender às questões de pesquisa, essas são a base para a análise dos dados. Sabe-se que muitos outros dados podem surgir na análise, inúmeros temas podem ser detectados, todavia,

cumprir responder às questões planejadas previamente que serão o rumo da pesquisa. As questões de pesquisa para este trabalho são:

a) Como se caracteriza a interdiscursividade no discurso de abuso sexual contra crianças e adolescentes?

b) Como são construídas por meio do discurso as identidades de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?

c) Que elementos de construção de gênero social podem ser encontrados nos relatos dos atores envolvidos nos eventos terapêuticos?

A conclusão, portanto, contém as respostas a essas questões de pesquisa e traz as observações básicas sobre o fenômeno que está estudando mais profundamente.

Este trabalho, portanto, inicia-se com uma primeira parte contextual. Nela é abordado um histórico do abuso sexual cometido contra crianças e o resumo de alguns casos ocorridos, entrevistas e matérias jornalísticas, com o objetivo de traçar um panorama do problema e seu contexto. Nessa primeira parte, também se aborda o trabalho psicoterapêutico realizado em torno da pedofilia, tanto direcionado às vítimas como aos abusadores.

Na segunda parte, dedicada à teoria e ao método utilizados, foram detalhados os elementos teóricos utilizados para a análise, temas que são base de apoio, como as questões de gênero e de poder. Também foi explanada a metodologia utilizada para seleção de campo de pesquisa, produção de *corpora*, bem como, forma de operacionalização dos dados para análise.

Por fim, na terceira parte, serão apresentadas as análises com base nos elementos discursivos produzidos com as colaboradoras. O capítulo final, constante dessa última parte, especifica os temas da interdição e do silenciamento, fatores considerados agravantes para a continuidade dos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes na sociedade.

PARTE 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

CAPÍTULO 1 – O abuso sexual a crianças e adolescentes

A pesquisa discursiva, especialmente no que tange à Análise de Discurso Crítica (ADC), necessita de apoio contextual para que sua análise seja válida. O momento em que o analista de discurso confronta seu conhecimento com o contexto é essencial para que desenvolva sua teoria de acordo com a prática social relacionada ao objeto que é pesquisado.

Neste capítulo, iniciando nosso caminho para uma compreensão do fenômeno do abuso sexual contra crianças e adolescentes, queremos conhecer um pouco do histórico desse crime e algumas implicações na sociedade. Essa caminhada inicia aqui e se estende em relação aos esforços para o tratamento das crianças e adolescentes abusados e as relações de poder e de proteção (Capítulo 2). Vamos seguir buscando traçar o caminho teórico e metodológico para a pesquisa (Parte 2) e apontando a análise e seus resultados na Parte 3.

Dessa forma, mostra-se necessário conhecermos os meandros do abuso sexual a crianças e adolescentes, apontar suas relações na sociedade, buscar conhecer os poderes envolvidos e, assim, prepararmos-nos para confrontar discursos e práticas envolvidos. No caso desta pesquisa, especificamente, teremos um olhar mais atento aos discursos que envolvam as atividades terapêuticas. Consequentemente, vamos entender o fato que vai demandar esse tratamento. Assim, esta primeira parte dedica-se ao conhecimento do crime da pedofilia e do cuidado dispensado aos envolvidos (familiares, abusados e abusadores), seja por parte do governo ou por entidades não governamentais, em diversos âmbitos da sociedade.

O Capítulo 2, como vimos, será dedicado ao conhecimento dos mecanismos que envolvem o trabalho terapêutico e as particularidades do problema de forma familiar e psicológica, os poderes envolvidos e os respectivos tratamentos que se podem realizar e os que puderam ter aproximação mais amigável.

Com esta parte, queremos compreender o contexto social que envolve a pedofilia, buscar mecanismos para conhecer mais aprofundadamente a prática discursiva e dar um passo adiante na busca dos fenômenos que estão envolvidos nas relações entre os atores que fazem parte dos grupos sociais que se relacionam em torno dessa questão.

1.1. Abuso a crianças e adolescentes

Diz-se que nunca se viu tanto descaso com menores na história da humanidade do que na atualidade. Contudo, essa pergunta nos faz pensar a respeito das políticas públicas sobre o assunto, já que, por meio delas, estimula-se a denúncia e busca-se proteção aos informantes, bem como meios para tratamento e defesa das vítimas. Dessa forma, os casos conhecidos são resultados de um esforço do governo para erradicar essa mazela da sociedade, bem como de um trabalho da mídia em geral que traz à tona casos que muitas vezes permaneceriam ocultos. Esse pode ser o motivo pelo qual se imagina ser menor o índice de casos no passado.

O que se percebe é que os abusos ocorrem frequentemente em ambiente familiar, como se pode observar em quadro publicado no *Correio Braziliense*, jornal de grande circulação no Distrito Federal (Bernardes, 2010). No ambiente familiar, tem-se o índice de quase 50% das ocorrências, além de 23% em casas de outros familiares. Só para termos uma ideia da diferença, a terceira posição refere-se à casa do próprio autor do abuso e remonta a 11,5% dos casos. Que tipo de sentimento, então, essas pessoas nutrem pela criança que têm em casa?

Em reportagem publicada pelo site *R7 Notícias*, o repórter André Sartorelli sugere que o pedófilo utiliza-se dessa prática por um transtorno mental classificado pela Organização Mundial de Saúde e incluído na CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde). O jornalista esclarece, também, que:

Segundo o DSM-4 – o conjunto dos transtornos mentais listados pela Associação Americana de Psiquiatria –, para ser descrito como pedófilo o doente deve ter pelo menos 16 anos de idade e ser ao menos cinco anos mais velho que a criança. (Sartorelli, 2010)

De acordo com a informação de Sartorelli, existe uma nomenclatura para o trato da violência sexual entre menores. Quando o abuso é cometido por um menor com idade inferior a 16 anos, ele é tratado como ofensor (Costa, *et alii*, 2011).

Para compreender por que um pedófilo agiria em seu ambiente de amor, de cuidado, de proteção e de união, devemos pensar que se trata de alguém desprovido desses sentimentos e valores. Podemos relacionar esse ponto a assassinos e delinquentes que são famosos por relatarem seus feitos mais cruéis sem nenhum esboço de reação emocional. Recentemente, em Luziânia, cidade do estado de Goiás próxima ao Distrito Federal, um crime comoveu a cidade e as redondezas. Ademar de

Jesus ficou conhecido como “Monstro de Luziânia” por ter matado, pelo menos, seis jovens e ter cometido violência sexual. Ademar já havia sido condenado por atentado violento ao pudor contra dois meninos de 11 e 13 anos. Ao ser preso e relatar os assassinatos de Luziânia, a comunidade se espantou com a calma e a frieza com que relatou os seus atos. Ademar já havia sido diagnosticado como psicopata por um laudo de exame criminológico, conforme matéria da repórter Marina Marques, publicada no site *clicabrasilia.com.br* (Marques, 2010).

A psicopatia pode, sim, ser uma explicação para a falta de ligação afetiva com outro ser humano, ainda mais com um membro da própria família.

1.1.1. O problema da pedofilia

Ultimamente muito se tem falado sobre casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em vários contextos sociais, mas especialmente no âmbito familiar. Muitos têm afirmado que é ocorrência recente. Contudo, há ainda que se pensar sobre essa situação, visto que a ampliação dos mecanismos de fiscalização e de atuação dos organismos de defesa dos infantes tem incentivado a busca por mais informações e dados sobre as denúncias, bem como tem orientado pelo enfrentamento do problema. Sendo assim, questionamos se os casos realmente aumentaram ou somente agora aparecem por um incentivo à denúncia.

Garbarino diz: “Rapazes externam seu comportamento por meio da agressão, e garotas são ensinadas a falar sobre o que sentem. Rapazes são ensinados a punir outras pessoas, ao passo que garotas são ensinadas a manter suas dores dentro de si”² (Garbarino, 1999, p. 52). Esse comentário sugere que as crianças violentadas não conseguem falar sobre suas situações injuriosas. A dor do ocorrido é externada de maneira diferente, qual seja, para os meninos: com tratamento violento aos seus próximos; para as meninas: com ocultação do sentimento, com silêncio.

Propomos que estudar esses casos por meio de análise discursiva é importante para a investigação linguística no sentido de que favoreceria o entendimento dos mecanismos de linguagem que contribuem para situações injustas. Do mesmo modo, é uma contribuição para a sociedade fazer surgirem vozes silenciadas sobre esses fatos, bem como verificar os mecanismos que discursivamente desencadeiam, sustentam ou transformam esses processos.

Por meio de várias notícias em jornais, percebe-se que, de modo geral, há uma acentuação do conhecimento de casos de pedofilia na sociedade. Como foi dito, é ainda nebuloso sugerir que muitos casos estão surgindo, visto que isso pode ser, na

² As traduções nesta tese são livres, preparadas pelo próprio autor.

realidade, uma resposta ao incentivo à denúncia e às conversas que os pais e responsáveis devem travar com as crianças sobre o abuso sexual.

Ao estudar o assunto, Fani Hisgail (2007) aponta o aumento de notícias sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes a partir dos anos 1990. Ela mostra a dificuldade de abordagem da imprensa com relação ao tema, porque a tendência era traçar uma cobertura pautada com uma forma espetacular, com um verniz policialesco. A mudança, segundo ela a partir de 1995, trouxe um favorecimento do diálogo com a sociedade civil, o que gerou uma facilidade para denúncias de casos por parte das famílias atingidas.

Desde 1995, a imprensa desenvolveu uma visão mais aguçada dessas situações, aumentando a contextualização histórica e sociocultural dos fatos tratados como fenômenos possibilitadores ou limitadores do desenvolvimento humano, segundo a pesquisa “O Grito dos Inocentes”, realizada em 2001. Isso tende a ampliar o diálogo com a sociedade civil. Houve uma elevação modesta de 46 artigos e editoriais publicados nos jornais de 2000 para 2001, indicando um aumento da preocupação com o tema, irrelevante ainda, diante da presença real da violência infantil. (Hisgail, 2007, p. 39)

Hisgail também aponta o silêncio imposto aos abusados como um dos motivos da perpetuação do ato criminoso. Para ela, o fato de as crianças serem tratadas com descrédito pelos adultos é um dos motivos dessa proteção prolongada dos pedófilos. Eles se valem desse conhecimento e estabelecem um pacto de silêncio com as vítimas, buscando proteger-se de punição (Hisgail, 2007, p. 31).

Isso nos leva ao fenômeno do silenciamento, que veremos mais adiante iluminado pelos estudos de gênero (Cameron, 1998), gerando uma classe de indivíduos que não têm sua voz considerada de forma significativa em seu meio social. Isso também pode ser percebido com relação aos temas violência e sexo. Quanto a esse ponto, relacionamos ao conceito de interdição (Foucault, 2004). Não se fala de sexo e de violência em qualquer lugar e com qualquer pessoa. Para as crianças é ainda pior, já que existe uma negação da sexualidade infantil. Sendo assim, a criança também absorve esse “clima de vergonha e medo frente ao mundo da pedofilia” (Hisgail, 2007, p. 31).

Dessa forma, é patente a necessidade de criar um ambiente em que a criança se sinta à vontade para conversar com seus pais quando verificarem algo estranho. Essa questão é debatida no texto de Anna Salter (2009, especialmente o Capítulo 11: “Protegendo nossos filhos e nós mesmos: como se prevenir dos agressores sexuais”). É preciso destacar, também, as declarações de pessoas que passaram por isso na

infância, como se pode perceber na entrevista concedida pela atriz Claudia Jimenez à revista *Quem*, analisada no meu trabalho produzido para o 3º Colóquio Regional Aled Brasil (Xavier, 2010a, p. 2.622). O conselho da atriz mostra como é importante os pais ou cuidadores darem voz às crianças e, além disso, a condição de silenciada em que se encontram.

1.2. A pedofilia no Brasil

Ao longo da pesquisa, pude encontrar relatos de jornalistas, advogados e familiares de crianças abusadas, bem como de policiais que se envolveram em casos de pedofilia. Também pude fazer leitura de peças de acusação de abusadores de crianças e de reportagens de jornais e revistas. Alguns desses textos foram analisados em trabalhos apresentados em congressos com um recorte da pesquisa para o doutorado (Xavier 2010a; Xavier 2010b). Apresentarei, aqui, exemplos dos casos que emergem no país.

A inserção no contexto social do tema faz parte da tarefa de quem pesquisa. É importante, para o resultado do trabalho do analista de discurso, que se confrontem textos produzidos sobre o tema a ser avaliado e, também, ao longo da pesquisa, tenha interesse em conversar com pessoas experientes no assunto. Isso será mais bem explicado no Capítulo 4 (“Análise de Discurso Crítica e pesquisa discursiva”).

1.2.1. O caso do Vampiro de Niterói

O contato com o caso de Marcelo Costa de Andrade, conhecido como o Vampiro de Niterói, ocorreu por sua notoriedade, especialmente no estado do Rio de Janeiro. Ilana Casoy conseguiu entrevistá-lo em setembro de 2003, por concessão do diretor do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo, em Niterói, município do Rio de Janeiro, onde se encontrava internado à época (e pelo que se tem notícia, é onde se encontra ainda hoje). A história de Marcelo foi contada por ele mesmo e relatada no livro de Ilana Casoy *Serial Killers: made in Brasil* (Casoy, 2004, p. 263-268).

Desde o início da pesquisa, houve uma aproximação com a questão da violência, tema interdito pela sociedade. Por que é tão difícil falar de violência?

De fato, percebi essa dificuldade. O relato de Marcelo Costa de Andrade foi apresentado a alunas da disciplina de Análise do Discurso da Saúde, na Faculdade de Ceilândia, da Universidade de Brasília, para que pudessem praticar a busca por ocorrências lexicais específicas. Uma delas desistiu. Em outra ocasião, por ocasião de

apresentação de comunicação em evento organizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Xavier, 2010b), fiz a análise da canção *Necropedophile*, da banda estadunidense Cannibal Corpse (1992). Também nessa ocasião, percebi a rejeição das pessoas ao assunto.

A violência é, sim, um tema repugnante para a sociedade. Por isso, assim como afirma Foucault sobre temas interditados (op. cit., 2004), é sobremaneira pesado tocar nesse assunto com qualquer pessoa e em lugares quaisquer. Isso remonta à dificuldade que se tem, vítima ou não, de falar sobre abusos sexuais.

O relato de Marcelo a Ilana choca. Ele nasceu em 1967, na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, e conviveu em uma família em que o pai bebia muito e foi classificado por ele como uma pessoa nervosa. Quando o menino tinha 5 anos, os pais se separaram. A partir daí, foi morar com os avós maternos, em Sobral, no Ceará. Marcelo relatou visões de vultos e audição de vozes desde a infância. Era chamado de retardado e burro pelos colegas da escola. Contou que ele mesmo tinha vontade de se internar por seu jeito diferente, contudo, nunca foi examinado por especialista ou tomou medicamentos por isso.

Aos 10 anos de idade, sua mãe o buscou para viver com ela de novo. Nessa época, ela já vivia com outro homem, o qual apresentou ao menino Marcelo a umbanda e o candomblé, fato que o impressionou pelas possessões e oferendas às entidades. Nessa época, saía frequentemente de casa por causa das brigas constantes do casal, passando a ficar grandes períodos na rua, inclusive dormindo. Nesse período, passou a ser abusado sexualmente por adultos e a ganhar dinheiro se prostituindo. Também viajava muito de carona para vários lugares do Brasil, afirmando ter estado até mesmo em Montevidéu.

Em 1991, já morando em Itaboraí, Rio de Janeiro, com a família – e depois de ter vivido dois anos com um homem mais velho, o amante que decidiu morar de volta na Bahia, de onde era oriundo –, Marcelo começou sua saga de abusos e assassinatos, que ocorreram na área da rodovia BR-101, nas imediações de Niterói-RJ. A mãe começou a estranhar seus hábitos quando mostrava obsessão por fotografias de crianças em revistas e chegava em casa com a roupa suja de sangue. Além disso, Marcelo colecionava bermudas infantis em uma caixa de isopor, dentro de seu armário.

Suas vítimas eram basicamente meninos entre 5 e 13 anos, que foram mortos num período de nove meses. Em sua crueldade, chegou a decapitar um dos garotos; em outra, esmagou a cabeça da vítima. Ficou famoso como vampiro porque se soube que bebia o sangue de suas vítimas. Marcelo dizia que não era vampiro, por motivo de

que bebia o sangue somente para “ficar tão bonito e puro quanto elas [as crianças assassinadas]” (Casoy, 2004, p. 266).

A entrevista segue chocante e eivada de detalhes. Marcelo conta com frieza e riqueza de ilustrações os fatos cruéis de sua vida contra crianças. Ele se mostra uma pessoa com muitos problemas provavelmente decorrentes de uma infância na qual também passou por abuso. Seus relatos chocam até mesmo a própria entrevistadora. Ela mesma recomenda a pessoas que não são fortes suficientemente “que não leiam a transcrição da entrevista no que diz respeito aos crimes (...). A crueza dos detalhes pode impressionar indelevelmente aqueles que lerem o relato de seus crimes” (Casoy, 2004, p. 270). A pesquisadora tem experiência em entrevistar criminosos, atividade que praticou com o famoso Chico Picadinho, de São Paulo, e até fez parte da reconstituição do caso Suzane von Richthofen, no mesmo estado. Contudo, esse trabalho, em particular, deixou-a, literalmente, passando mal.

No relato de Marcelo, ele tenta mostrar sutileza em seus atos ou até bondade. Essa é uma tática adotada pela maioria dos abusadores. Eles se mostram sempre solícitos e adquirem a confiança da criança e de seus pais, familiares, responsáveis.

O contato com o relato do Vampiro de Niterói foi importante para conhecer a natureza de um abusador, sua tática de aproximação da vítima e sua maneira de falar sobre o crime.

1.2.2. A voz de um abusado já adulto: Bert Smeets e Claudia Jimenez

Nesta seção, quero mostrar o caso de duas pessoas que, já na fase adulta, puderam perceber o que lhes ocorreu. Esse não pode ser um caso classificado como uma situação em que se atingiu a consciência sobre o fato, mas eles já não falam mais na condição de crianças. Significa dizer que sua identidade, ainda que sendo as mesmas pessoas, já não é a mesma (ver a identidade da criança na Seção 5.4: “Léxico e marcas da identidade infantil”).

Bert Smeets concedeu entrevista ao jornal *Correio Braziliense* (Craveiro, 2011). Smeets é um indivíduo que busca esclarecimento por tudo que lhe aconteceu na infância. Tem consciência do que lhe aconteceu. Surgem muitas dúvidas e já não é mais a criança que fala aí. Sua busca por justiça e os processos judiciais já não o podem mais classificar como uma criança. Esse é um processo muito difícil, para não dizer impossível, visto que para isso o indivíduo necessita saber os mecanismos da sociedade para buscar justiça a seu favor.

Smeets olha para a criança que foi e mostra como sua situação era de total abandono e como havia uma consciência de que naquela idade seu crédito era pouco por parte da sociedade. Suas próprias palavras, no trecho a seguir, nos mostram isso:

Todas as vezes, os padres colocavam todas as crianças sobre uma pequena mesa. Nós podíamos sentir as mãos deles próximas aos nossos corpos. Eles queriam checar como estávamos, como nos sentíamos e se estávamos **solitários** etc. Eram apenas truques. Em todas as vezes, eles nos tocavam. (Craveiro, 2011)

A pretensa atitude de cuidado era compreendida por Smeets, mesmo ainda reportando a um sentimento que tinha ainda quando criança, como um aproveitamento de sua situação de abandono. A palavra “solitário” dá bem essa ideia.

A certeza de que os padres necessitavam de segurança para cometer seus abusos vem do fato de o fazerem com crianças, indivíduos fragilizados pelo silenciamento natural encontrado na sociedade. Eles ainda dopavam as vítimas, para que tivessem certeza de que não pudessem reagir ou se lembrar. Sendo assim, fica patente que a condição de silêncio é uma ameaça à integridade de qualquer grupo minoritário em um contexto. Qualquer prática social que mantenha a fragilidade de algum grupo é injusta.

As próprias palavras proferidas pela instituição, ou seja, o próprio discurso institucional da igreja reforça esse silêncio e essa interdição. Significa dizer que ela mesma acentua a identidade subjugada da criança e utiliza o fato de que o tema do sexo não é bem aceito na sociedade para não ajudar na investigação, com a consequente não punição aos seus membros que fazem parte dessa agressão nefasta. O trecho seguinte nos mostra essa situação:

“Não, nós *não* sabemos de **nenhum** abuso sexual”. Provavelmente, muitos dos padres agressores ainda estão vivos, mas querem burlar a lei. O processo na Igreja Católica ocorreu de forma **secreta**. Agora, os sacerdotes terão que falar à Justiça e à população holandesa (Craveiro, op. cit.)

Nas palavras trazidas por Smeets, vemos que a Igreja usa o artifício da negação, afirmando não saber. O dêitico utilizado para os abusos sexuais, “nenhum”, poderia ser trocado por “esses”, “qualquer”, ou algum outro que aludisse aos fatos relatados pelos interpeladores. Contudo, o recurso da dupla negação reforça a vontade de silenciar aqueles que denunciam tais fatos. Ainda assim, reafirmando a falta de credibilidade nas vozes daqueles que não sabem o que dizem, porque o que

aconteceu foi na sua fase da infância, quando tudo pode ainda estar confuso na mente do indivíduo. Caracteriza, em primeira instância, uma situação que pode favorecer o criminoso.

Por fim, como exemplo do que realmente passa de sentimento por meio das palavras proferidas por Smeets, temos sua afirmação ainda partilhando essa situação com outras pessoas que passaram pela mesma situação: “Recebi vários e-mails de vítimas ontem, com histórias horrorosas sobre como foram silenciadas e abusadas. Eu não me choco mais” (Craveiro, op. cit.).

Smeets faz questão de se colocar como vítima. O abuso não é considerado uma etapa na vida sexual. Não há prazer nem ação própria nessa situação. Pelo contrário, além da atitude de fazer a criança não falar sobre o assunto, nem ter consciência no momento do abuso (como no momento em que foram dopados), há também a tentativa de silenciar essas vítimas mesmo hoje. A ação para calar as vozes que se levantam denunciando os abusos, mesmo quando adultas, é muito grande. O trabalho de Smeets em sua ONG, Mea Culpa, busca fazer as vítimas terem voz, mesmo que depois do fato, já adultas; para que não se caracterize o fenômeno que tenho chamado, a princípio, de ressilenciamento. Tema que será retomado no Capítulo 6.

O caso da atriz Claudia Jimenez foi verificado em entrevista concedida à revista *Quem* (Passi, 2010), na qual ela relembra os fatos de sua infância marcada pelo abuso sexual sofrido por parte de um vizinho próximo à família, e de muita confiança e admiração por parte de seus pais. Suas respostas na entrevista, ainda que breves, sugerem, pela seleção lexical que faz, a marca da criança silenciada. Uma criança sabedora do seu papel na família e do descrédito em suas palavras, além de compreender a impossibilidade de falar sobre sexo e violência no contexto familiar e contra alguém de confiança.

Na entrevista, ela comenta sobre seu relacionamento com mulheres. Diz que isso ocorreu por sua conseqüente decepção com os homens, que a rejeitavam na adolescência por ser “muito gorda”. Nesse momento, a repórter pergunta: “Esse sentimento de rejeição em relação aos homens foi agravado por algum trauma de infância?”. Claudia então responde:

Sim, sofri abuso quando era menina e morava na Tijuca. Um senhor me bolinava. Eu era bem nova, tinha 7 anos. Era muito grandona, então, com 7 anos, parecia mais velha. Ele comprava muitos chocolates e me convidava para entrar na casa dele. (Passi, 2010, p. 33)

A atriz explica o fato e deixa claro que era bem nova, mostrando a idade que tinha quando a situação era recorrente. É claro para ela, pelo menos agora no momento do relato, que se tratava de um caso de abuso a uma criança.

Em seguida, a pergunta da jornalista coloca clara a voz da criança. Ela pergunta se Claudia contou a seus pais. A isso, ela respondeu:

Não tive coragem de contar a meu pai, porque **ele respeitava muito esse homem**. Depois que meu pai morreu, quando eu tinha 18 anos, contei a minha mãe e minhas irmãs. Foi um choque para todo mundo. O fato de esse cara ter feito isso comigo atrasou muito o meu lado. Graças a Deus, ele já morreu, porque, se fosse vivo, eu seria capaz de processá-lo. (Passi, idem, ibidem)

A falta de coragem é uma resposta ao respeito que o pai nutria pelo vizinho pedófilo. Essa situação caracteriza a criança com uma identidade constituída pelo discurso. A sua falta de ação e o seu silenciamento vêm dessa maneira que o seu meio social a concebe. Isso também é transferido para a criança, reconhecidamente por Claudia, em suas palavras, já na fase adulta. Hoje, segundo ela mesma diz, teria coragem de tomar alguma medida: processá-lo. Mas essa é uma atitude de adulto: uma palavra que está no universo adulto, um evento que não faz parte do contexto infantil. Na infância, ela deveria ter tido firmeza, outorgada pela atitude de seus pais, para contar com eles na partilha desse fato. Processar é um verbo que não se relaciona à identidade infantil.

No fim da entrevista, Claudia dá um conselho aos pais atuais com relação à proteção de seus filhos de eventuais pedófilos que possam atacá-los:

Os pais precisam tomar **muito cuidado**. Nunca devem deixar os filhos frequentar **sozinhos** a casa de outras pessoas, por mais respeitáveis que pareçam. É tudo muito perigoso e doloroso. A pedofilia é grave, é preciso que se fale dela e que ela passe a ser considerada um crime hediondo, para que a punição aos pedófilos seja mais severa. (Passi, idem, ibidem)

Já adulta, Claudia mostra, com palavras marcantes em sua fala, o que considerou na atitude de seus pais com relação ao que lhe ocorreu. Segundo se pode apreender, ela considera que houve falta de “cuidado” por parte dos seus pais, especialmente por a deixarem “sozinha”.

Notam-se, aqui, as palavras de uma pessoa que passou por abuso, que percebeu o que é ter uma identidade à qual não se dá crédito; portanto seu silenciamento é percebido, indicando que a criança precisa de um cuidado por parte

do adulto. Os pais e as mães devem estar atentos para o ambiente da criança, para aqueles e aquelas com os quais se relacionam. O pior é que, nesse contexto de respeito ao adulto (aqueles a quem ela adjetiva como “por mais respeitáveis que pareçam”), de se entregar a essa confiança do cuidado, muitas vezes a criança é alvo vulnerável a ataque de pedófilos, por vezes, seguidamente fazendo a mesma coisa, aproveitando-se daquilo que é tratado como um objeto de seus desejos, involucrando seus segredos mais obscuros.

As palavras de Bert Smeets e de Claudia Jimenez não são depoimentos de uma criança, é bom salientar isso. Não se pode considerar, portanto, um discurso provindo de uma identidade infantil. Todavia, ele é muito significativo no sentido de que mostra a realidade do abuso. São palavras que trazem sentimento de falta de cuidado, de engano, de vilipêndio de sua infância, de incompreensão das atitudes daqueles que deveriam cuidar e não abusar de seu poder.

1.2.3. Algumas ações da sociedade

Em 2012, com duas matérias conjugadas (Alves, 2012a e 2012b), o jornal *Correio Braziliense* dedicou-se à questão do avanço nas investigações da polícia para encontrar abusadores sexuais de crianças que estejam em circulação e ameaçando a sociedade. Assim, foi abordada uma prisão de pedófilos que, supostamente, faziam parte de uma grande rede que buscava atrair crianças pela Internet; mostrou-se um pouco do que tem sido feito para superar essas dificuldades; e também orientaram-se os pais e responsáveis para um melhor acompanhamento de seus filhos e filhas.

Esses textos sugerem a situação de vulnerabilidade e total dependência da criança daqueles adultos que lhe são responsáveis. Percebemos que as orientações não são diretamente preparadas para as crianças e adolescentes potenciais vítimas desses abusos, pois a linguagem é dirigida aos adultos. O que evidencia a condição de uma identidade subalterna dessas vítimas, marcada evidentemente pela falta de consideração às suas vozes. Senão, vejamos no trecho de Alves (2012b), que tem como título “Família monitora”, que a ação de cuidado com os ataques de pedófilos é reconhecidamente atribuída totalmente aos pais. É uma percepção de que as crianças não conseguem ter consciência de sua própria defesa. O que faz compreender que à criança cabe tão somente confiar no que os pais lhes dizem:

O perfil deles em redes sociais é restrito a amigos mais próximos e familiares. Eles não postam fotos sem camisa nem em poses sensuais. Também costumo acessar as páginas de ambos, vez

ou outra, para ver se está tudo bem”, afirma ele, pai de um menino de 14 anos e de uma menina de 12. (Alves, 2012b, p. 18)

Nessas palavras de um pai de duas crianças, fica evidente, no uso do advérbio “também”, que o discurso familiar é caracterizado pela notória ausência dos homens no cuidado com as crianças: sabe-se que em nossa sociedade as crianças são mais acompanhadas pelas mães. A despeito disso, a explicação da prevenção nesse caso é dada pelo pai (ver Bourdieu, 2003) e também carrega essa marca de zelo com a criança, o que é legítimo, mas ainda lhe imputa uma falta de agência (ver ver Seção 3.6: “O problema da falta de agência em crianças”). O cuidado com a criança extrapola o campo da responsabilidade, muitas vezes, e deixa a criança sem consciência de sua ação. É lógico que esse pequeno trecho de entrevista não aponta totalmente como é a ação da família. Pode ser que realmente os pais conversem muito abertamente com os filhos e mostrem toda a realidade da situação, além de deixar claro para eles o que podem e devem efetivamente fazer (ou seja, tomar ação diante do fato, ser agente de sua situação), não os limitando a somente saber o que não podem fazer.

Todavia, nada disso o texto aponta, o que ele mostra – e ele foi selecionado pela edição do jornal – são crianças não somente passivas, mas simples personagens sem voz e sem ação diante de uma situação que lhes é mais importante que para qualquer outro participante da história. O limiar, portanto, na ação da família, nesses casos, fica entre proteger a criança desse assunto que, além de ser chocante (por isso interdito), não está entre os temas que fazem parte do rol daqueles para os quais as crianças já estão maduras; e prepará-las para a realidade deixando-as à vontade para falar sobre o assunto sempre que se sentirem ameaçadas. O texto que reproduz o discurso familiar – que também foi selecionado pela edição do jornal, repito – mostra como é vista a criança, como suas vozes não são levadas em consideração e também como se esconde uma situação de sexualidade entre os mais novos.

Em “Sexting”, na página 17 (Alves, 2012a), encontramos uma série de orientações tecnicamente direcionadas às crianças. Contudo, as palavras escolhidas não mostram dirigir-se a adolescentes, tampouco a crianças. O que mostra que a intenção é de orientar os menores fica em um parágrafo que diz “Quando tiver dúvidas, procure conversar com seus pais e amigos de confiança antes de se expor pela Internet”. Sendo orientações para prevenir o ataque de abusadores de crianças, há duas opções: instruir os pais ou responsáveis, ou falar diretamente à criança. Esse campo híbrido mostra que a edição deixa evidente uma confusão natural. Na tentativa de fazer um texto para os abusados, ficou-se no limiar de um discurso que faz parte do

universo dos adultos e é orientado para eles. Essa indeterminação sobre o receptor do texto é patente logo no parágrafo de abertura. A sua construção visa esclarecer o que significa a palavra “sexting”. O termo não é usado por qualquer pessoa, mas por “jovens e adolescentes”, fazendo deles objetos, e não atores do que se está falando. Portanto, seria natural que as orientações fossem para que alguém os ajudasse e não para eles mesmos agirem. Alguns trechos sugerem que o discurso faz parte de um universo adulto; entre eles, destacamos alguns:

a) “**...coloca nossa privacidade em risco**” – o conceito de privacidade faz parte amplamente do universo adulto. Ainda que muitos adolescentes clamem por isso a seus pais, trata-se de uma situação relativa, visto que aos pais cabem monitorar a vida dos filhos para que os possam proteger em diversas situações.

b) “**Não há nada de errado em falar sobre sexualidade. O erro é não se proteger e não se informar sobre como manter relações saudáveis dentro e fora do ciberespaço**” – relações também são consideradas somente falar sobre sexualidade? Qual é o conteúdo do que se fala? Há relações saudáveis sexualmente falando quando se trata de crianças? Essas questões servem para deixar clara a mescla que se fez com relação à abordagem infantil e adulta do tema. Adultos podem manter relações saudáveis. Crianças podem falar de sexo de forma segura e instrutiva. Eis a diferença!

c) “**Manipulam imagens e colocam o rosto da vítima em cenas de sexo**” – uma imagem manipulada não é somente uma imagem manuseada. O termo é técnico e utilizado por profissionais de digitalização. Esse interdiscurso parece, para quem o usa, muito natural e se tem a impressão de que será facilmente entendido por todos. Todavia, mesmo se compreendido, fica evidente, mais uma vez, um discurso de adultos, relegando a criança a um papel, no mínimo, secundário.

Muitas campanhas são divulgadas para prevenção do abuso sexual a crianças e adolescentes. Organizações não governamentais, secretarias de governo, escolas e outras instituições da sociedade civil têm se esforçado para mostrar a gravidade do problema para todos. Não somente as crianças e suas famílias carregam essas marcas como resultado do abuso, mas um indivíduo e uma família marcados por essa atrocidade demandarão cuidados, muitas vezes, por toda a vida.

A página da Internet “Todos contra a pedofilia”³ é uma das mais conhecidas. Nela encontram-se várias notícias sobre o assunto; também se pode acessar

³ <http://www.todoscontraapedofilia.com.br/site/>

facilmente amplo material de legislação relativo ao tema, vídeos, depoimentos e outros acessos importantes.



Figura 1: Apresentação do site “Todos contra a pedofilia”

Em texto em que aponta seu objetivo, a organização do site mostra a sua intenção de trabalhar muito fortemente no âmbito da rede mundial de computadores, a Internet. Assim, mostra a necessidade de denunciar situações de abuso sexual (acabar com o silêncio) e monitorar constantemente as ações das crianças (não as deixar sozinhas).

Tencionamos tornar nossos visitantes participativos estimulando-os a que tragam denúncias de materiais criminosos a que tiverem acesso com os respectivos endereços eletrônicos, e-mails, números de IP e alertando-os para que todos fiquem atentos à Internet que pode tanto oferecer sites que trabalham contra a Pedofilia quanto abrigar rede criminosa de pedófilos. É preciso, também, atenção constante com as crianças na rede a fim de evitar que elas possam eventualmente ser assediadas por esses indivíduos de mentes criminosas. Promoveremos a denúncia de abusos sexuais

contra as crianças e exigindo, sempre, das autoridades punição exemplar dos pedófilos.⁴

Na sua tentativa de contribuir na sociedade contra esse crime, a página virtual também oferece um amplo material de divulgação que pode ser acessado por quem visita o espaço. Está disponível uma cartilha que foi produzida pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Pedofilia (Brasil, s.d.), presidida pelo senador Magno Malta, que dá orientações sobre o abuso, definindo-o. Além disso, fala um pouco sobre como e onde pode ocorrer o crime, sobre o perfil dos abusadores e esclarece as formas de denunciar, incentivando a que se faça isso em defesa das crianças.

A própria instituição em que se realizaram as entrevistas para esta tese é uma iniciativa de governo para o combate a esse crime. No local, são feitas triagens com as crianças e com as famílias para investigação dos problemas que ocorrem. A princípio, os menores podem ser conduzidos somente por situações de falta de atenção na escola, de agressividade com amiguinhos em sala de aula, de falta de sociabilidade, de dificuldade de aprendizado e outros problemas parecidos.

A triagem pode investigar a fundo esses problemas e apontar outras razões que os causam. Em muitos casos, descobrem-se relações de abuso e de violência que são as causas da dificuldade pela qual passam crianças e seus familiares, seja na escola ou em outras relações.

Essa facilidade oferecida pela Internet para criar redes de comunicação com vários motivos também foi útil para que a sociedade civil se organizasse em torno do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. A Internet propicia, não somente a criação de páginas eletrônicas de algumas organizações não governamentais ou mesmo informa sobre ações de secretarias de governo. O próprio Facebook (página que se propõe à exposição de perfis pessoais ou institucionais e relacionamentos) oferece perfis de grupos que se propõem a estimular ações contra a pedofilia.

O grupo Brasil sem Pedofilia tem um perfil que estimula a utilização do serviço telefônico de denúncia contra o abuso sexual a crianças (Disque 100), relatando casos que ocorreram e divulgando campanhas, e nomes e fotos de pedófilos. Além disso, incentiva a partilha de imagens que possam ser exibidas no sentido de divulgar o trabalho de prevenção a esse crime cometido contra os menores, como a que vemos a seguir:

⁴ Site “Todos contra a pedofilia”, em “Objetivo”: <http://www.todoscontraapedofilia.com.br/>, acesso em 10 de agosto de 2012.



Figura 2: Imagem de campanha do perfil “Brasil sem Pedofilia” do Facebook

Da mesma forma, o trabalho do site “Todos contra a Pedofilia” disponibiliza uma série de imagens que podem ser compartilhadas e utilizadas de várias formas para divulgar o combate ao crime ou alertar para a necessidade de cuidado para com as crianças. A página oferece resoluções para imprimir banners, adesivos, faixas e disponibiliza camisetas com divulgação do trabalho e da campanha contra a pedofilia. Vejamos algumas das imagens que o site desenvolveu para estímulo ao combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.



Figura 3: Modelos de camisetas



Figura 4: Padrão utilizado para faixas e adesivos

Uma cartilha preparada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG, s.d.), baseada em dados da CPI contra a Pedofilia, traz também informações de algumas imagens que é importante que se conheçam. O FBI (Agência Federal de Investigação estadunidense) produziu um relatório sobre suas investigações a respeito do crime da pedofilia. Nele, há imagens de símbolos utilizados por uma rede de pedófilos que apontam suas preferências na escolha das vítimas. As imagens deixam claros, para os que fazem parte do grupo criminoso, os menores que eles preferem e suas práticas. A seguir, temos os símbolos e seus significados.



Figura 5: Símbolos que identificam pedófilos⁵

Os significados dos símbolos são explicados e mostram a forma doentia considerada amor pelos criminosos.

Os símbolos são sempre compostos da união de dois semelhantes, um dentro do outro. A forma maior identifica o adulto, a menor a criança. A diferença de tamanho entre elas demonstra a preferência por crianças maiores ou menores.

Homens são triângulos, mulheres corações. Os símbolos são encontrados em sites, moedas, joias (anéis, pingentes), entre outros objetos. (Brasil, s.d., p. 45)

Dessa forma, percebe-se que o primeiro símbolo aponta homens que preferem meninos. O segundo é considerado ainda mais repulsivo, pois a linha bem fina aponta que se trata de homens que têm como preferência meninos bem pequenos. O terceiro símbolo, caracterizado pela cor rosa e pelo coração, mostra que se trata de preferência por meninas (pode ser usado por pedófilos masculinos ou femininos). Já o último símbolo, parecido com uma borboleta, caracteriza os pedófilos que não têm preferência por sexo.

Os símbolos referidos são utilizados em muitas joias que os próprios pedófilos usam, desafiando a justiça e a sociedade ao demonstrar publicamente sua preferência, como que no afã de encontrar seus pares secretos pelas ruas.

A publicação da CPI da Pedofilia também mostra imagens de como essas joias são confeccionadas:

⁵ Encontrados em Brasil, s.d., p. 45. O material é citado no trabalho como resultado de investigação feita pela agência de investigação estadunidense, o FBI (Federal Bureau of Investigation).



Figura 6: Joias produzidas com os símbolos que identificam pedófilos

Muitas ações no meio civil têm procurado identificar os casos de pedofilia e os abusadores. Os últimos são hoje mais denunciados por estímulo de programas de secretarias de governo – sejam elas do governo federal, dos estados ou mesmo de municípios –, por ações de organizações não governamentais, escolas, igrejas, delegacias de infância e outras.

A divulgação e o apoio às famílias que passam por esse problema são importantes para que se possa, até o limite do possível, garantir um futuro tranquilo à criança abusada e a seus familiares. As sequelas são muito grandes e as marcas são fortes. O trabalho de recuperação muitas vezes não é fácil e, certamente, a memória sempre vai carregar o fardo. Por isso, evitar é preciso. Todavia, se não for possível, é importante interromper o processo, denunciar o abusador e iniciar, o mais rapidamente possível, um tratamento que amenize a dor dos envolvidos.

1.3. Implicações no futuro para crianças e a sociedade

Um item da cartilha da CPI contra a Pedofilia mostra o resultado nefasto de um abuso sexual a uma criança, com as consequências sofridas pelo menor após um ataque:

As principais consequências são: elas se tornam retraídas, perdem a confiança no adulto, ficam aterrorizadas, deprimidas e confusas, sentem medo de serem castigadas, às vezes até sentem vontade de morrer, perdem o amor próprio, têm queda no rendimento escolar, apresentam sexualidade não correspondente à sua idade. (Brasil, s.d., p. 22 a 23)

Essa ameaça ao desenvolvimento psicossocial da criança decorrente do abuso sexual é indicada nas palavras da cartilha. A retração, a perda da confiança no adulto, a depressão, a confusão, o medo, o terror, a vontade de morrer, a falta de amor próprio, a queda de rendimento escolar e a sexualidade muito desenvolvida para a idade, tudo isso aponta um caminho que pode ser sem volta para a criança.

O pedófilo, por sua vez, sabe da curiosidade que é inerente aos menores, seres que ainda estão buscando conhecer o mundo e adentrar o caminho que os

levaria à maturidade. Assim, apresentam-lhes um mundo de desejos e de conhecimento.

Observa-se que o aliciamento de crianças costuma ocorrer de várias maneiras, entre as quais, contando histórias sexuais dos adultos e do nascimento dos bebês, para capturar a criança pela inocência e pela curiosidade. As teorias sexuais infantis fornecem algumas pistas de interpretação dos fenômenos elementares da cena pedófila. Da parte da criança, o enigma da sexualidade a impele a verificar os sabores do fruto proibido, enquanto o pedófilo a incita a experimentar as emoções do “jardim das delícias eróticas”. (Hisgail, 2007, p. 81)

Essa exacerbação do desejo sexual em idade desproporcional pode causar um desajuste de tal ordem que muitas vezes gera um adolescente ofensor. Por essa razão, é recomendado um tratamento longo, não somente para o menor que acaba tendo um comportamento abusivo, mas também para a família, que sofre com o caso. Além disso, pode se tratar de um problema transgeracional, ou seja, uma situação que se arrasta desde gerações anteriores. Sobre o tratamento para o adolescente ofensor e sua família, pode-se ver uma pesquisa feita em ambiente terapêutico para essas ocorrências por Liana Fortunato Costa, Eika Lôbo Junqueira, Adeli Ribeiro e Fernanda Figueiredo Falcomer Meneses (Costa, *et alii*, 2011).

O resultado de uma vida de abusos na infância pode ser um adulto que carrega em si esses exemplos ou mesmo uma revolta que lhe faça “devolver” ao mundo o que lhe foi dado. Vários casos de psicopatas estudados mostram uma pessoa que viveu infância rodeada de abandono, violência e abuso sexual (ver Silva, 2008; e Casoy, 2004).

Os abusos, então, podem gerar psicopatas, dando início a um processo doentio? O fato é que as sequelas deixadas a alguém que sofre com esse crime, bem como sua família, são imensas, especialmente se enfatizarmos as deficiências de rendimento escolar, que gerarão um adulto com incapacidade de produzir resultados para si próprio, para a família e, conseqüentemente, para a sociedade. Assim, as ações para evitar o abuso devem ser até a exaustão. Mesmo assim, quando não forem suficientes para impedir o crime, deve-se envidar esforços para que as sequelas sejam minimizadas com tratamento para a criança e sua família.

1.4. Considerações finais

Em uma pesquisa discursiva, é necessário estar próximo dos que lançam mão da língua para se reportarem ao fenômeno que se estuda. É lógico que os falantes não falam sem ter uma base de seu contexto. Dessa forma, é imprescindível que o pesquisador esteja próximo daqueles que vivem o problema e conheça as particularidades não somente do caso, mas também da realidade em que vivem os atores.

Neste capítulo, apresentamos uma visão do abuso sexual contra crianças e adolescentes, discutindo alguns casos no Brasil, de acordo com o olhar da mídia, e vimos algumas ações tomadas pelo poder público e por organizações não governamentais.

No próximo capítulo, serão abordadas algumas medidas terapêuticas com relação ao abuso sexual contra menores, para que se possa demonstrar mais particularmente as ações e o caminho adotados pelos profissionais que fazem o tratamento psicológico dos abusados e de seus familiares.

CAPÍTULO 2 – O discurso terapêutico

Para a análise de discurso, é necessário que se conheça a forma como a sociedade aborda um tema. A ADC considera que o discurso faz parte de um contexto social, com isso, a inserção na realidade do tema pesquisado é importante para que a análise a ser feita do *corpus* discursivo tenha consistência nos seus resultados.

No capítulo anterior, foram mostrados exemplos do problema da pedofilia na sociedade. Os casos abordados e a forma como são tratados pela mídia, bem como a ação do governo e de organizações não governamentais para enfrentar a situação, são base para que a análise do discurso sobre os abusos sexuais a crianças e adolescentes seja satisfatoriamente consistente.

Neste capítulo, serão apresentadas características da abordagem terapêutica sobre o tema. A especificidade dessa orientação para o abuso a menores é importante para que se tenha uma compreensão das diversas situações que envolvem o problema. Sabemos que há várias vertentes desse crime, além de diversas abordagens no tocante à avaliação de abusadores, ofensores e vítimas.

Por fim, busca-se apresentar o contexto social relacionado ao objeto de pesquisa, a saber, o abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes no Brasil.

2.1. Abordagem psicanalítica da pedofilia

Entender como os variados profissionais que tratam de pedófilos e dos abusadores em geral veem a situação psicológica desses indivíduos, que atacam crianças e adolescentes, é necessário para que se possa estabelecer uma relação no discurso analisado.

Entre as várias vertentes que buscam compreender a sistemática de funcionamento da forma de pensar do pedófilo, há aqueles que afirmam que o julgamento prematuro daqueles que se relacionam sexualmente com crianças se dá pela forma como a sociedade molda os menores atualmente. Para eles, há alguma forma de amor sincero e verdadeiro. Nem sempre a intenção é prejudicar, mas mostrar à criança uma forma de prazer que ela não conhece. Senão vejamos o que diz o psicanalista e filósofo Mario Fleig, em entrevista concedida a Márcia Junges:

Em geral, um pedófilo não se interessa por atos de violação, pois seu discurso pressupõe a situação em que a criança consinta nas relações que tem com ele, e até mesmo que ela queira isso. (...)

Parece ser muito relevante para o pedófilo que a criança se apresente em uma espécie de sexualidade natural, expressão do

desejo de gozar, oposta à sexualidade reprimida e deformada do mundo adulto. (Junges, 2013)

Em entrevista concedida à Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Fleig ainda diferencia o pedófilo de um perverso decidido a cometer a maldade. Para ele, o pedófilo é uma vítima de seu próprio desejo e tem escolha. Acontece, inclusive, de serem bons pais e raramente abusarem de seus próprios filhos, que, pela criação cuidadosa, não seguem o caminho da perversão.

Assim, ele diferencia o pedófilo de um perverso que decide praticar o crime e não tem registro de qualquer conflito entre cometê-lo e evitar o sofrimento de outras pessoas. Essa visão distinta marca a atuação do pedófilo diferente do criminoso psicótico, por exemplo. Este não apresenta traços de remorso ou de compaixão.

É uma visão desafiadora, visto que muitos pedófilos são encontrados entre a família, inclusive os pais. Ivonete Granjeiro e Liana Fortunato Costa (2013) apresentaram estudo sobre um caso de abuso sexual com relação a operadores do direito e da justiça em 2006 ao portal português *Psicologia.com.pt*, em que abordam uma situação em que o próprio pai abusa das filhas. Nesse estudo, elas apontam que o problema já era recorrente, inclusive acontecia com a família materna, em que pessoas mais velhas se achavam no direito de assumir poder sobre as mais novas.

O estudo demonstrou que a história de violência denunciada nos autos teve início na geração anterior, fazendo parte da vida não apenas das crianças, mas também de sua mãe. A família da mãe mantinha uma relação de hierarquia, em que os mais velhos tinham mais poder que os mais novos. Além disso, a mãe das crianças foi vítima de estupro, aos quinze anos de idade, por cinco rapazes. A conclusão do relatório psicossocial é que as crianças vivenciaram situações de violência sexual, perpetradas pelo pai, além de serem expostas, durante a união de seus pais, a episódios de alto grau de violência. (Costa e Granjeiro, 2013, p. 9)

Percebe-se, com isso, que Fleig faz uma distinção entre o pedófilo que é “vítima” (palavra utilizada por ele mesmo) de seu desejo e o malvado que planeja seu ato, esconde e não percebe a vileza de sua atitude.

Contudo, a falta de capacidade de reconhecer que seu ato é danoso à criança mostra uma natureza que não se preocupa com o outro indivíduo. A alteridade não é considerada para esses criminosos que somente buscam atender seus desejos. Essa condição impediria o pedófilo de ser tratado e ajudado para que consiga conter seus impulsos. Então, quando se verifica que o abusador ainda considera a condição pecaminosa de seu ato ou a falta de moral (visão religiosa), além disso, sabe das

consequências judiciais da sua atitude (visão jurídica), ele mostra que ainda considera que o outro ainda existe como um ser humano, e não somente como um objeto à disposição de sua vontade. Essa condição dá a esse tipo de pedófilo uma esperança para tratamento e ajuda terapêutica (entre outras) para que supere sua condição de vítima de um desejo incontrolável.

Por outro lado, o perverso muitas vezes é relacionado a uma infância difícil, exposta a violência, abusos e criação irresponsável. Mario Fleig estuda um caso clínico que mostra a dificuldade por que passa o perverso nessa condição (Fleig, 2008). Os relatos dão conta de uma personalidade marcada pela não entrada no infantil, caracterizada por uma dificuldade em lidar com as consequências do encontro com a atividade sexual. Por isso mesmo, a visão de Fleig sobre a realidade dos pedófilos propõe que “seria interessante estarmos suficientemente esclarecidos a respeito do drama subjetivo dos sujeitos pedófilos antes de nos lançarmos nesta caça às bruxas” (Junges, 2013).

Essa força de ataque é compreensível especialmente porque, no campo jurídico, os “crimes de violência sexual, de assassinatos sádicos e estrangulamentos de mulheres, além de uma série infindável de delitos registrados nos anais do criminalismo” (Hisgail, 2007, p. 51) são relacionados à psicopatia. Ora, essa prática de dominação com intenção de se chegar ao prazer com o corpo de outrem é repudiada pela sociedade, e geralmente relacionada à falta de possibilidade de cura. Isso gera ainda mais cautela e medo.

Assim, há essa tendência de algumas correntes da psicologia que, após as classificações realizadas a partir do século 19, separam a pedofilia em si dos problemas relacionados à psicopatia. A característica da pedofilia, nesse sentido, carrega traços da tentativa de estabelecer “vínculos passionais e sensuais com a criança, pois entende que há uma permissão infantil para o estreitamento do laço amoroso” (Hisgail, op. cit., p. 63). Isso diferencia esse criminoso do psicopata que busca seu prazer a despeito do sofrimento do outro.

É bom salientar que há uma série de características nos abusadores. Significa dizer que não há padrão estabelecido em suas condutas. Pode-se, portanto, encontrar procedimento contrário ao que se encontra relacionado nas classificações psicológicas, demonstrando a complexidade do comportamento humano.

Estudiosos dos abusos sexuais a crianças já afirmam essa diversidade de comportamento. Christiane Sanderson sugere que os pedófilos estão divididos em predadores e não predadores, e que há um modelo multifatorial baseado em uma variedade de fatores causais (Sanderson, 2005). A importância que ela dá aos estudos das particularidades da pedofilia estão, basicamente, na necessidade de orientar pais,

professores e profissionais que trabalham com crianças a estarem preparados para a ameaça a que podem ser submetidos filhos, alunos e tutelados. Esse conhecimento, segundo ela, é imprescindível para uma atitude significativa no sentido da proteção de crianças e adolescentes.

Uma nova visão do que consiste a infantilidade também contribuiu para a gravidade da ação do pedófilo. A história da afirmação do direito infantil não é muito antiga. Creio que isso se pode compreender especialmente quando evocamos o conceito de agenciamento (que será explanado no Capítulo 3: “Análise de Discurso Crítica e gênero”). A falta de possibilidade da criança de, ela mesma, defender seus direitos, de forma social, jurídica, por exemplo, faz com que ela dependa de outros agentes para que sua situação seja abordada e satisfatoriamente defendida.

Alguns estudiosos afirmam que essa visão demasiado inocente que se tem da criança torna o erotismo na infância inviabilizado, conforme podemos ver no texto de Jane Felipe a seguir:

Vistas como “inocentes, frágeis, imaturas, maleáveis, naturalmente boas, seres que constituem promessa de um futuro melhor para a humanidade”, (as crianças) precisavam agora de proteção do mundo adulto. Deste modo, se instalou uma intensa produção discursiva sobre a infância possibilitando, de certa forma, a veiculação de uma imagem infantilizada e dessexualizada das crianças, de modo que elas deveriam ser protegidas de determinados conhecimentos, com destaque especial para as questões referentes ao sexo e à sexualidade.

Dessa forma, a infância tem sido acionada como uma espécie de espaço utópico, associada à inocência, ingenuidade, pureza, sensibilidade, desproteção, como um tempo de felicidade, onde reina o que há de mais puro e bom. A partir de tais concepções, a erótica infantil foi invisibilizada ou mesmo negada. A partir dos escritos de Freud sobre a sexualidade infantil é que se passou a reconhecer as crianças como possuidoras de uma sexualidade, embora vários estudos mostrem o quanto elas foram usadas como objetos sexuais durante muitos séculos. (Felipe, 2006, p. 204 e 205)

A partir dessa compreensão, a disposição para entender o pedófilo torna-se mais difícil, além de um intenso trabalho por parte da sociedade de condenar previamente e de deixar de lado a ação por parte da criança (a depender da idade, logicamente).

O fato de a pedofilia, bem como as demais perversões, ser geralmente atribuída a homens pode ser um complicador para se descobrir abusos praticados por mulheres. Além disso, o sentido positivo de sexo fálico pode considerar um “favor” se por acaso alguma mulher resolve iniciar um menino na prática sexual em muitas

famílias. Não raro, pais conduzem seus filhos ainda bem jovens para prostíbulos, a fim de adentrarem no mundo do prazer sexual.

Fleig comenta que não parece tão certo que não exista pedofilia no lado feminino. Também aponta que as mulheres não estão vacinadas contra esse desejo repugnante. Apesar disso, a pedofilia feminina, ou mesmo a materna, ainda carece de melhor investigação. Lacan, ainda segundo Fleig (em Junges, 2013), já explorou esse tema (que ele chama de “continente negro”), deixando pistas que apontam que há efeitos devastadores quando a posição materna “não reconhece o valor do outro sexo e se considera como detentora de todo o saber sobre sua criança, seja menino ou menina” (Junges, op. cit.).

O estudo do uso de violência por parte das mulheres aponta muitas confusões. Pesquisas são registradas no campo das relações lesbianas e de comunidades feministas. Considerações acerca das definições traçadas por pesquisadores não feministas também são conhecidas.

Kelly, em artigo escrito em 1991 (Kelly, 2010), discute sobre mulheres e abuso sexual. Ela relata que há certa resistência, e até mesmo negação, por parte de feministas de reconhecer que há evidências de abuso de crianças cometido por mulheres. Kelly não acredita que haja mulheres agindo dessa forma, e percebe, ao retornar a atenção a livros que leu há algum tempo, que não tem dado a devida atenção a evidências que apontam para as abusadoras.

Ela considera que, mesmo sendo poucos os casos, não se deve deixar de considerar a possibilidade de abusos violentos por parte de mulheres:

A informação que temos sobre as mulheres que abusam sexualmente é extremamente limitada, em parte porque elas são poucas, e também porque atualmente não temos uma percepção significativa de relatos dos sobreviventes. A maioria dos estudos publicados sugere que cerca de 3% dos abusadores sexuais adultos são mulheres.⁶ (Kelly, 2010, p. 66)

Na comparação com os abusos cometidos por homens, Kelly chegou à conclusão de que, na maioria dos casos, as abusadoras eram adolescentes no momento do crime. Também ficou evidente que muitos foram casos únicos.

Já Diana Russel (1984) sugere que, porque as abusadoras usam menos força, apresentam menor frequência no ato e demonstram diferença de idade pequena no

⁶ “The information we have about women who sexually abuse is extremely limited, in part because they are few in number, and also because we currently lack the rich insight of survivors’ accounts. Most published studies suggest that some 3% of adult sexual abusers are women.”

momento do crime, o abuso é menos traumático. No entanto, esses fatores não preveem o impacto do abuso por homens ou mulheres.

Essas abordagens sobre algumas perspectivas possíveis do abuso cometido por pedófilos são levadas em consideração por profissionais da psicologia que cuidam do tratamento tanto de abusados como daqueles que cometem o crime na forma de abusadores ou de ofensores⁷.

É importante salientar que, por ser uma atitude que apresenta particularidades diversas, que dependem de variantes consideravelmente numerosas, as possibilidades não se encerram naquelas apresentadas. O profissional, portanto, deve ser devidamente capacitado a avaliar as situações diversas para propor um tratamento psicológico ou mesmo psiquiátrico, acompanhado, ou não de medidas judiciais.

2.2. A criança como objeto de desejo

Muitas hipóteses são levantadas quando se investiga a gênese do desejo por crianças. Um trauma que retira a infância, a fascinação por seres humanos pré-púberes, a busca por partilha da suposta inocência, entre tantas especulações. O fato é que esse fascínio específico é razão de estudo por ser necessário entender o que leva o abusador a buscar satisfação necessariamente nesse estrato da população.

A fascinação sexual encontra-se em um campo psicológico muito nebuloso. Sigmund Freud foi um dos maiores estudiosos do assunto⁸. Matilde Carone Conti, lembrando o famoso psicanalista e citando seus ensinamentos, alude ao fato de que a “necessidade sexual do homem e do animal é de cunho biológico tão forte que pode ser comparada à necessidade básica de alimentação. Entretanto, algumas pessoas estabelecem formas particulares e até mesmo doentias de satisfação dessa necessidade” (Conti, 2008, p. 28). Ela ainda reforça que a pedofilia é uma dessas formas doentias de satisfação sexual.

É importante salientar, também, que a perversão que aponta para o desejo sexual por crianças não faz do pedófilo uma pessoa marcadamente diferente na sociedade de qualquer um de nós. Sua inclinação ao abuso não os torna marcados a ponto de nos deixar suficientemente preparados contra ele. Anna Salter aponta que eles são como nós, “podem ser amigos leais, bons empregados e membros responsáveis da comunidade de outras maneiras” (Salter, 2009, p. 55), e acrescenta:

⁷ Termo utilizado para diferenciar os pedófilos maiores (abusadores) dos menores (ofensores). Ver Costa *et al.*, 2011.

⁸ Ainda que em muitos campos dos estudos de gênero feministas (especialmente no Movimento de Liberação das Mulheres) as teorias de Freud sejam rejeitadas, atualmente uma releitura de seu trabalho ganhou muitas aderentes, conforme afirma Stevi Jackson em *The desire for Freud* (Jackson, 2010).

Mesmo estupradores de crianças furiosos (uma minoria dos abusadores, sem dúvida) podem se comportar normalmente em público. Eles podem ter uma namorada ou esposa, podem ser populares. Ninguém é capaz de enxergar a raiva cortante que os impulsiona, com exceção de suas vítimas. (Salter, op. cit., p. 56)

Isso faz entender que aqueles que têm as crianças como objeto de desejo sexual não apresentam padrão de imagem, de linguagem ou até mesmo de comportamento. É necessário compreender, para que se mantenha alerta no cuidado com os menores, que são pessoas com atitude normal.

De qualquer forma, psicanalistas frequentemente concordam que o início da formação desse desejo está na infância. Dessa maneira, a relação com os pais é a primeira investigação que se faz para compreender o que leva o abusador a tal comportamento, prática utilizada para a investigação do comportamento obsessivo (ver Kristeva, 2002. Especialmente o capítulo intitulado “O obsessivo e sua mãe”). Muitas vezes, como vimos anteriormente (Seção 2.1: “Abordagem psicanalítica da pedofilia”), tem relação com situações de gerações anteriores, o que evoca o termo utilizado várias vezes pelas terapeutas que colaboraram com a pesquisa, a saber, transgeracionalidade (a ser apresentado no Capítulo 5).

Nesse sentido, esse círculo vicioso torna a criança um potencial abusador em idade adulta. Significa dizer que “a violência do abuso sexual revela como o desenvolvimento psicosssexual da criança fica ameaçado pelo poder do adulto” (Hisgail, 2007, p. 77).

Fani Hisgail (op. cit. p. 81) apresenta o desejo sexual do adulto por crianças como uma fantasia que tem origem edipiana. Significa dizer que há uma ideia de que se desempenha papel importante na organização pré-genital do infante, uma tentativa de transformar a passividade em atividade.

Uma característica a ser observada no pedófilo – que aponta para a marca do silenciamento encontrada na identidade infantil (ver seção 3.5.: “As marcas do silenciamento no discurso da pedofilia”) – é compreender as crianças como presas indefesas. Eles têm segurança de que podem agir de forma sorrateira sem que muitas pessoas, inclusive bastante próximas, desconfiem de sua ação. Essa condição traz certeza de refúgio para o abusador.

Dentre algumas abordagens com relação à gênese do desejo do pedófilo, Hisgail fala da dificuldade apresentada como resultado de surras possivelmente sofridas na infância, conforme vemos a seguir:

Na pedofilia, o anseio pela infância erotizada sinaliza as recordações relativas às surras, reais ou imaginadas pelo sujeito na infância. Concernem ao legado das impressões libidinais da sexualidade perversa poliforma. (Hisgail, op. cit., p. 83)

Esse desejo sexual por crianças tem alimentado redes internacionais de tráfico que envolvem esquemas de poder inimagináveis. O problema não é de hoje e pode ser percebido até em relatos da época do descobrimento por meio da navegação, conforme vemos no relato de Fabio Pestana Ramos, que mostra que, no século 16, crianças “eram violadas por pedófilos e as órfãs tinham de ser guardadas e vigiadas com cuidado a fim de manterem-se virgens, pelo menos até que chegassem à Colônia”, prometidas que estavam para os senhores quem lá permaneciam (Ramos, 1999).

O problema parece que não diminuiu em nada, sendo potencializado pelas facilidades tecnológicas da contemporaneidade, como relato de tráfico de crianças feito por Fani Risgail, a seguir:

Depois da chegada do barco MV Etireno com cerca de 40 crianças e três bebês, a organização não governamental suíça Terre des Hommes, encarregada de verificar a denúncia da Unicef, confirmou que a embarcação estava servindo uma das rotas do tráfico infantil. O surpreendente da história é que o proprietário do MV Etireno é um jogador de futebol nigeriano, Jonathan Akpoborie, principal artilheiro do time alemão Wolfsburg, patrocinado pela Volkswagen, como mostra a reportagem da *Folha de S.Paulo* de 1º de maio de 2001. (Hisgail, op. cit., p. 85)

De fato, temos muitos avanços na visão do que é uma criança hoje e há muito incentivo à denúncia de maus-tratos e abusos sexuais. Podemos notar no quadro abaixo, que retrata resultado de estudo preparado por Víctor Reis para tese de doutorado à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, como evoluiu o conceito sobre infância (ver Reis, 2009, p. 14).

A observação das informações do quadro nos deixa clara a ideia de que a contribuição da ciência e a afetividade familiar são decisivas para a humanização da criança e para a sua inserção significativa na sociedade como cidadão.

**Quadro 1 – Evolução da concepção de infância
(Reis, 2009, p. 14)**

	PERÍODO	FASE DA CRIANÇA	CONCEITO DE INFÂNCIA
1º REGISTRO	Até o séc. 15	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Nada ou quase nada” ▪ “Insignificante” 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistente
2º REGISTRO	Séc. 18	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior aproximação dos pais ▪ Novo tipo de relação entre pais e filhos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A criança é ainda um ser inferior
3º REGISTRO	Séc. 19	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição de uma maior consciência sobre a especificidade da criança 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A relação mãe/criança exige necessidades específicas
4º REGISTRO	Séc. 20	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecimento da importância da relação mãe-bebê ▪ Amamentação materna / sentimento maternal ▪ Valorização da maternidade ▪ Acúmulo de conhecimentos científicos oriundos da biologia, medicina, psicologia, sociologia, direito, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A criança torna-se um cidadão com direitos específicos

Dessa forma, o conceito de criança ampliou-se a partir do século 15, passando a incluir outros atores sociais em sua proteção, além da família. A compreensão de que a criança é objeto de desejo sexual para algumas pessoas torna-a sujeito de defesa, principalmente por parte da família, mas também, agora, envolve-se toda a sociedade, mostrando que a todos cabe a obrigação de denunciar quaisquer tipos de abuso.

É bom lembrar que, em muitos casos, a família está envolvida em uma rede de abusos que engloba as gerações anteriores, a transgeracionalidade. Com isso, nesses casos, não se pode esperar qualquer tipo de denúncia ou esforço significativo para interromper a violência. Cabe a agentes externos perceber e interferir na situação

para que a integridade da criança seja resguardada. É o que incentiva o governo e organizações não governamentais⁹.

De qualquer forma, encontra-se, nesse particular, uma rede de poder envolvida. Aqueles que são responsáveis pelas crianças exercem um poder natural sobre elas. Essa ação se encontra em várias esferas da sociedade e, conforme veremos a seguir, a autoridade é natural em um grupo organizado. O problema que se encontra é o abuso da autoridade, o abuso do poder.

2.3. O poder envolvido

Ao longo dos tempos, como vimos no quadro acima (Quadro 1), a compreensão do conceito de infância foi sendo ampliada. Assim, natural seja que o discurso que a envolve também sofra mudanças.

No trabalho de Rodney Jones sobre discurso e o corpo histórico (Jones, 2008), ele aborda a capacidade de o discurso gerar ações precipitantes que modificam a abordagem do corpo. Esse círculo de ações leva a uma nova antecipação de conceitos e atos, que mais uma vez vai gerar discursos, reiniciando a cadeia de atitudes com relação a essa visão do corpo.

Essa concepção trabalhada por ele mostra como a ideia do corpo da criança como objeto foi sendo modificada a partir de conceitos que foram crescendo ao longo do tempo. A evolução dessa percepção ocorre com fatos contestados que geram novos discursos. Assim, a modificação de um discurso sobre o corpo infantil gerou uma nova visão dele e, conseqüentemente, uma nova ação relativa a ele, demandando de toda a sociedade uma nova atitude direcionada às crianças.

A reflexão de Jones é visualizada em um quadro preparado por ele e baseado em Scollon (2001). Abaixo uma adaptação para a língua portuguesa da compreensão de Jones sobre a mudança na concepção de corpo a partir das alterações nos discursos relativos a ele:

⁹ Ver, por exemplo, o site da Safernet Brasil: www.safernet.org.br e a cartilha preparada pela CPI da Pedofilia: *Abuso sexual infantojuvenil* (Brasil, s.d.)

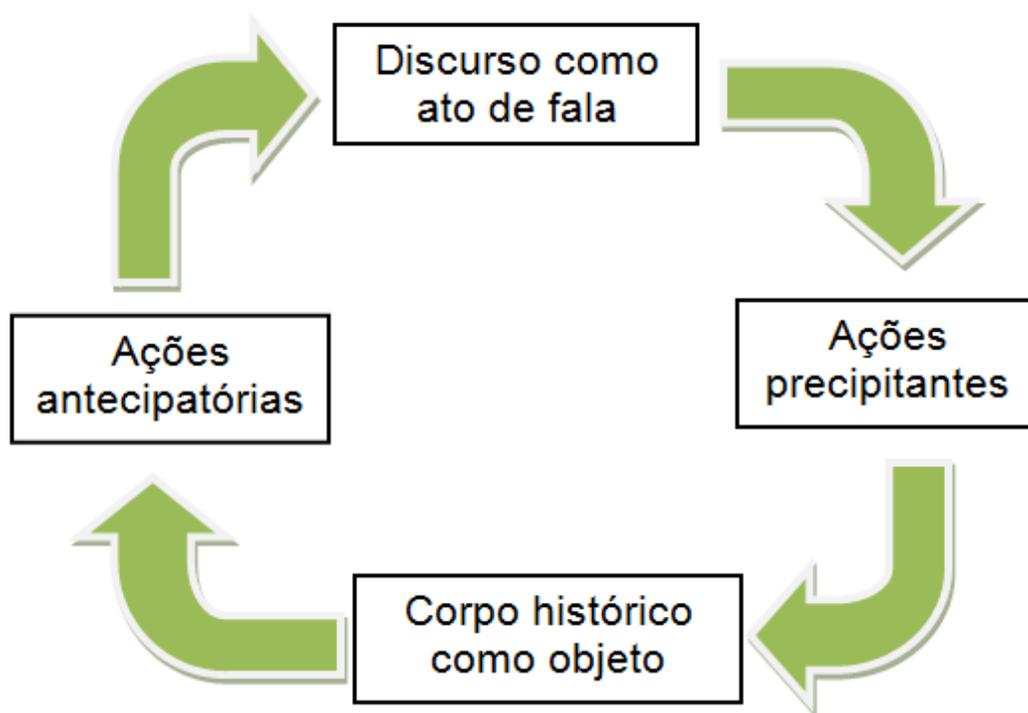


Figura 7: Mudanças na concepção do corpo histórico
Baseado em Jones (2008, p. 248).

Com esse entendimento, percebe-se que a relação que se tem de poder com o corpo da criança também vem sofrendo essas mudanças. Ao passo que há seis séculos a criança era vista como insignificante, quase nada, hoje já se vislumbram suas necessidades e a grande relação que ela tem com a mãe, esta dando-lhe a ligação com a sociedade que lhe vai garantir a sobrevivência, o sentido de pertença e, conseqüentemente, a proteção e a orientação para sua vida.

Essas esferas de responsabilidade, autoridade, conseqüentemente, já que nessa relação há uma influência de pensamentos e opiniões naturais, são exercidas por aqueles que têm a tutela da criança. Repetimos, o grande problema nesse desenho é o abuso do poder, da autoridade, da condição de ser a pessoa que detém a maior possibilidade de influência sobre aquele ser, qual seja, a criança.

Teun van Dijk, teórico do discurso, aborda significativamente a questão do poder e de seu uso abusivo por parte de autoridades políticas (Van Dijk, 2008A), levando a uma reflexão que também contempla família, racismo (Van Dijk, 2008B), poder econômico, relações de gênero e outras esferas de poder na sociedade.

Van Dijk fala da reprodução de ideologia e da manipulação de informação, deixando clara a dificuldade ao acesso às informações sem regulação de acordo com os interesses envolvidos:

Isso significa que precisamos examinar em detalhe as maneiras como o acesso (grifo do autor) ao discurso está sendo regulado por aqueles que estão no poder, como é tipicamente o caso de uma das formas mais influentes de discurso público, qual seja, o da mídia de massa: Quem tem acesso à (produção da) notícia ou aos programas, e quem controla tal acesso? Quem é capaz de organizar entrevistas coletivas que serão assistidas por muitos jornalistas? Os *releases* de quem estão sendo lidos e usados? Quem está sendo entrevistado e citado? As ações de quem são definidas como notícias? Os artigos de opinião de quem ou cartas ao editor estão sendo publicados? Quem pode participar de um programa de televisão? E, de forma mais geral, de quem é a definição acerca da situação social ou política que é aceita e levada a sério? (Van Dijk, 2008a, p. 19)

Com essa ideia de ideologia como forma de deter e manipular o conhecimento para manutenção ou estabelecimento de poder, Van Dijk percebeu que não se dava oportunidade para que se estabelecesse um tipo de conhecimento que permitisse a aproximação entre indivíduos que fazem parte de um mesmo estrato social. Assim, em contraponto à ideologia, Van Dijk utiliza o termo contexto (ver Van Dijk, 2012).

É possível que, considerando-a (a noção de contexto) como um pouco mais formal do que certos conceitos correlatos como “situação”, “circunstâncias” ou “entorno”, usemos a noção de “contexto” sempre que queiramos indicar que algum fenômeno, evento ação ou discurso tem que ser estudado em relação com seu ambiente, isto é, como as condições e consequências que constituem seu entorno. Portanto, não só *descrevemos* (grifo do autor), mas também, e especialmente, *explicamos* a ocorrência de propriedades de algum fenômeno focal em termos de alguns aspectos de seu contexto. (Van Dijk, 2012, p. 19)

Trabalhar, então, a questão do poder envolvido nos casos de abuso sexual a crianças e adolescentes requer perceber quais são as ideologias que envolvem a vida das crianças, a concepção de seus corpos e a visão deles como objeto de prazer. Como foi a evolução desse conceito e onde se encontram os grupos sociais que ainda não chegaram à compreensão da criança como se percebe hoje. Significa dizer que admitimos que ainda há parcela da sociedade que pode tratar a criança como insignificante ou quase nada, relegando, sem problema algum, seu corpo à condição de simples objeto.

Não se pode deixar de levar em consideração que a criança está à mercê dessa concepção, que avançou em muitos aspectos e locais, mas ainda encontra resistência em outros níveis da sociedade. Por isso mesmo, a própria justiça, em alguns casos de julgamento em situações de molestamento a menores, considera importante verificar as situações em que estão inseridos os envolvidos, ou seja, são examinados “história de vida, crenças, valores e momento atual de vida” (ver Costa e Santos, 2004, p. 61).

Com a verificação de que o conceito do corpo da criança como objeto de desejo sofre evolução, no sentido de que se consegue outorgar aos menores direitos sobre ele, a autonomia é dada à criança? Infelizmente, não é isso o que ocorre! Até mesmo sem ter muitas condições, especialmente, no caso dos mais novos.

Surgem, então, as dificuldades nos conceitos da agenciamento (ver Seção 3.6.: O problema da falta de agenciamento em crianças) e do abuso de poder. Como a criança não apresenta “capacidade para liberdade de ação à luz de ou apesar das estruturas sociais; estrutura refere às forças e restrições sociais que afetam muito de nossas vidas sociais”¹⁰ (conceito de agenciamento em Schryer *et al.*, 2003, p. 64), é necessário que a sociedade entenda e delegue quem são seus tutores. Logicamente, pai e mãe, sua família celular, carregam esse poder. Seu abuso, entendemos, gera o escudo para uma violência silenciosa. Isso porque o conceito de inviolabilidade do lar e o silenciamento como característica da identidade da criança são um agravante.

Na apresentação de dados referentes a uma pesquisa realizada envolvendo abuso sexual no seio da família, Santos *et al.* (2009) mostram que não é fácil agir quando há pedofilia intrafamiliar. O subtítulo da pesquisa já demonstra isso quando questiona se a intervenção é uma “ingerência invasiva ou proteção devida?”.

A importância desse olhar cuidadoso sobre a família, especialmente no tocante ao que vimos sobre abuso de poder, a identidade silenciada de crianças, o conceito ainda permanente de que o corpo da criança é um objeto para o desejo sexual, pode ser percebida em alguns resultados da pesquisa citada:

Das 47 crianças abusadas sexualmente, 34 delas sofreram a violência dentro da própria família. Esse dado, além de alarmante, traz fortes repercussões sobre a atuação legal e de atendimento social e de saúde às famílias em situação de violência sexual, pois indica que a situação requer uma compreensão e atuação específica que levem em conta a dinâmica abusiva no contexto familiar, as relações familiares e suas interações sociais, entre outros aspectos que caracterizam a violência sexual intrafamiliar. Sobre os autores da violência sexual: das 41 pessoas denunciadas, 17 eram os pais das vítimas; 10 eram os padrastos; 3, os avôs; 9 eram outros familiares e

¹⁰ “Capacity for freedom of action in the light of or despite social structures; structure refers to the social forces and constraints that affect so much of our social lives.”

2, namorados das mães. Se o fato de que a maior incidência da violência sexual ocorre dentro da família surpreende e assusta, a constatação de ser o pai o agressor mais comum traz grande preocupação. (Santos *et al.*, 2009, p. 517)

O abuso de poder é um problema enfrentado por crianças há muito tempo. A sociedade tem alertado para a necessidade de um olhar mais atento direcionado às crianças, todavia, quando o lar está marcado por uma relação de desigualdade no que diz respeito aos direitos, a criança se torna refém daqueles que deveriam cuidar-lhe, mas aproveita de sua autoridade para impor silêncio no sofrimento.

É necessário, portanto, conscientização de que a família é célula que gera consciência e proteção para a criança.

2.4. A família como centro da proteção

A partir dessa visão da criança como cidadão que tem seus direitos, bem como da percepção de que nessa parcela infantil da sociedade o nível de agência é aproximado do zero, sabemos que vai caber a representantes fazerem a proteção e a busca por uma legislação que a defenda.

A família é evocada, na maioria das vezes, como a instituição em que a criança vai se refugiar; a despeito de muitos casos ocorrerem na família, como aponta a própria cartilha preparada pela CPI da Pedofilia, nas questões 3 e 4:

3 – Em que locais pode acontecer o abuso sexual?

R – Nos mais variados lugares, a começar pela própria casa, nos parques, nas ruas e praias, na vizinhança, nas escolas, consultórios médicos, transportes públicos e particulares, e até através do telefone ou do computador (Internet).

4 – Quem são os abusadores?

R – Os abusadores, na maioria das vezes, são pessoas aparentemente normais e do círculo de confiança das crianças e adolescentes, como por exemplo, familiares, amigos, vizinhos, colegas ou mesmo os seus responsáveis.

(BRASIL, s.d., p. 18 e 19)

A sociedade, como um todo, é instada a defender os menores de atos criminosos e orientá-las a se desvencilharem deles. Muitas organizações não governamentais e instituições municipais, estaduais e federais trabalham em torno do tema oferecendo orientação, tratamento, proteção e outras medidas que enfrentem a situação.

Ocorre que o conceito de família também é outra complicação para a responsabilidade que se entende ser necessária e decisiva para a proteção e o futuro das crianças. Ora, se a família é a instituição primeira que se pensa para o cuidado na defesa contra o abuso, pensamos qual é o conceito de família que se imagina quando pensamos nela.

Judith Hoffnagel, ao estudar a família na obra de Emílio Willems, aponta para uma dificuldade com relação à abordagem do conceito de família que temos hoje. A despeito de muitas reivindicações que se fazem com respeito à diversificação da família, ainda se imagina um grupo de pessoas sob a égide patriarcal e um ritmo de vida mais rural:

“É provável que estudantes da família brasileira estejam impressionados com a incomum habilidade que alguns sociólogos têm mostrado para a reconstrução histórica.” Nesta reconstrução, diz Willems, há uma estrutura patriarcal e essencialmente rural de dominância total na época colonial que ainda sem mantém na primeira metade do século 19, mas que se torna algo indistinto nos tempos de nossos avós e gradualmente desaparece na medida em que chegamos ao presente. Para o autor, isto significa que “não somente o objeto de muita pesquisa histórica, a família patriarcal da aristocracia rural, desapareceu, mas desapareceu também o interesse dos sociólogos nas formas que o sucederam.” (Hoffnagel, 2010, p. 119)

Dessa forma, percebe-se que não é tão fácil esperar somente da família esse cuidado e orientação à criança, simplesmente porque o conceito desse grupo social essencialmente inicial está mudado (ou mudando). Pelo menos, o que se percebe é que há pouco interesse em traçar uma nova concepção desse grupo basilar para a formação e orientação de cidadãos e cidadãs. Portanto, compreendo que é necessário considerar o conceito de tutores para as crianças. Quem são esses que cuidam das crianças, para além de pai e mãe.

Hoje encontramos famílias formadas somente por mães e alguns irmãos (no mesmo lar). Também há pais que criam seus filhos sozinhos, com ajuda da mãe (avó paterna). Tios criam seus sobrinhos como se filhos fossem. Avós, frequentemente, têm os netos morando consigo e muitas vezes sem terem conhecido os pais. Não raro, irmãos e irmãs mais velhos ficam com os mais novos e, literalmente, criam-nos até a idade mais madura. Filhos adotados e, hoje já em algumas casas, com pais ou mães do mesmo sexo formando um casal.

As orientações que se conhecem, portanto, devem considerar que hoje o conceito de família já vai além da ideia de pai e mãe que vivem sob o mesmo teto. Essa organização, aliás, para muitas estatísticas, até vem se tornando minoria. Fato

que aponta para uma grande necessidade de levar a todos que são responsáveis, de alguma forma, por quaisquer crianças, a tarefa de proteger e orientar os menores sob sua tutela.

Sendo a família no seu estilo tradicional ou não, torna-se um desafio para a visão da família como centro de proteção da criança quando deparamos com casos inúmeros que ocorrem no seio familiar. Toda e qualquer orientação por parte do governo ou de organizações não governamentais, mesmo aquela que venha por iniciativa de hospitais, escolas, igrejas e entidades afins, pode ser diluída quando se verifica que há muitas famílias em que o abuso de poder é condição para a violação de quaisquer direitos levantados pela sociedade.

Grupos familiares em que há essa característica geram mais medo que confiança na criança. Não se pode criar o mito de que o menor facilmente vai denunciar o que lhe ocorre. A figura altamente protetiva que se vê de alguns responsáveis pode esconder uma pessoa que tem atitude agressiva e silenciadora.

Um estudo sobre violência sexual infantil mostra que é um mito o fato de que a criança denuncia quando é ameaçada, e complementa dizendo que “o fato é muitas vezes o oposto: as crianças podem não falar por medo de violência contra si ou contra alguém que amam. Elas também não rompem o silêncio quando temem censura ou têm medo de acarretar a ruptura da família” (Furlan *et al.*, 2011, p. 199).

Outro ponto importante levantado pela pesquisa em questão aponta para a necessidade de se levar a sério a situação do abusador. Como pudemos ver no primeiro tópico deste capítulo (2.1.: “Abordagem psicanalista da pedofilia”), há muito mais particularidades a serem compreendidas na psique do pedófilo do que imaginamos. Não se trata de amenizar a gravidade da ação, mas de perceber que, em muitos casos, uma atitude que poderia interromper o ciclo de abusos é o devido tratamento do abusador.

Vejamos o que nos dizem os autores da pesquisa sobre essa necessidade ser considerada uma maior atenção àqueles que são autores do abuso sexual a crianças e adolescentes:

O que realmente se mostra significativo na falha das estratégias preventivas é que elas não levam em conta o acolhimento ao abusador. Acolhimento ao abusador deve ser entendido como uma estratégia preventiva no sentido de que o indivíduo tomado por criminoso é muitas vezes uma pessoa com características de personalidade patológicas não tratadas no decorrer de sua história. Apesar da existência de diferentes perfis psicopatológicos de abusadores, que vão da neurose à perversão, os números do programa *Stop It Now* mostram uma grande quantidade de abusadores em potencial dispostos a trataram-se. (Furlan *et al.*, op. cit., p. 206)

Essa situação se potencializa quando o abusador faz parte da família, ou seja, é um daqueles que, teoricamente, deveria proteger a criança e mantê-la em uma zona de conforto, longe das ameaças dos ataques dos abusadores.

A situação é ainda mais grave quando os que atacam a criança são menores. Quando o caso é assim, o termo utilizado para se referir ao sujeito da ação é “ofensor”. A seriedade do assunto é tratada em estudos como o de Brian Oliver (2007), que discute o problema de adolescentes molestarem crianças sexualmente, recomendando medidas que os adultos possam adotar para reduzir essa situação.

Os três passos orientados por Oliver em seu artigo¹¹ (Oliver, 2007) incluem (1) falar com os jovens sobre o dano que o abuso sexual provoca, (2) abordar os perigos de se deter sobre fantasia orientada para crianças, e (3) intervir onde os jovens em situação de risco apresentam sinais de alerta.

Um estudo detalhado que envolve uma pesquisa-ação chamada “Grupos Familiares com adolescentes ofensores sexuais” gerou um artigo intitulado “‘Ministério da Obrigação adverte’: é preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais” (Costa *et al.*, 2011).

Na pesquisa-ação, que visa investigar e sistematizar o atendimento a adolescentes ofensores numa dimensão grupal, reunindo-os com a família numa abordagem interativa psicossocial, as pesquisadoras mostram a gravidade das relações familiares truncadas com alguns exemplos, a saber:

Experiências de maltrato físico na infância; ambiente familiar agressivo, contundente e transgressor que propicia um relacionamento destrutivo entre pais e filhos; experiências emocionais que desenvolvem baixa autoestima no adolescente; falta de acolhimento afetivo familiar. São características de relacionamento que desenvolvem no adolescente fantasias de dominação e força sobre o outro, como forma de enfrentamento de relações sociais e afetivas, e estratégias de “solução” de problemas. (Costa *et al.*, op. cit., p. 34 e 35)

Dessa forma, fica evidente a responsabilidade da família e a dificuldade que se encontra no seio da sociedade por causa da sua constituição baseada nas relações patriarcais e sua diferença patente. As orientações por parte do governo, organizações não governamentais, hospitais, escolas, igrejas etc. encontram resistência quando os abusadores são os detentores do poder dentro da própria família. Significa dizer que aqueles dos quais se espera serem agentes da proteção são as pessoas que mais

¹¹ Intitulado “Três passos para reduzir o abuso sexual de crianças por parte de adolescentes” (“Three Steps to Reducing Child Molestation by Adolescents”).

contam com o silêncio para continuarem seus atos contra as crianças em suas próprias casas, tornando mais grave ainda a situação.

Como vimos anteriormente, nos casos dos pedófilos agressores, ou seja, os maiores; e mais ainda agora no caso dos ofensores, aqueles que molestam e são também menores, há tratamento para os que se dispõem a mudar essa condição de agressão a crianças e adolescentes.

2.5. As abordagens para tratamento

Como vimos anteriormente (ver 2.1.: Abordagem psicanalítica da pedofilia), há tratamento para aqueles que reconhecem sua condição e aceitam orientações para superarem o problema. A própria instituição onde ocorreu a pesquisa com as colaboradoras terapeutas tem um programa para ajuda aos menores ofensores. Como a casa trabalha somente com crianças, ou seja, o atendimento é direcionado somente aos problemas por que passam os menores, se algum maior procura o serviço é direcionado para outra organização.

Os grupos de trabalho familiares constituem uma estratégia bastante utilizada para que se atinja o objetivo de ajudar os pedófilos a superarem sua condição. Não queremos, aqui, repisar o terreno das medidas judiciais, pois já são conhecidas e nossa pesquisa trata do discurso terapêutico. Contudo, sabe-se que as punições já são estabelecidas pelo Código Penal Brasileiro, diferenciadas pela idade da vítima, ou mesmo no caso de ser menor aquele que comete o ato.

Entre as medidas de prevenção que podem ser tomadas quando se conhece um caso de abuso sexual a menor, encontramos no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2010) algumas preconizações, que foram sintetizadas no trabalho de Santos *et al.*:

Tais medidas incluem desde a orientação da família, a inserção na escola, a articulação família/comunidade, a ordenação de atendimento médico-psicológico até o abrigamento ou colocação em família substituta (art. 101). Nos casos em que o agressor reside com a criança ou adolescente e sua presença no núcleo familiar configura-se uma situação de risco, o Juiz da Vara da Infância e da Juventude pode determinar o afastamento do agressor do lar (art. 130) ou a suspensão de visitas, como uma medida cautelar. A aplicação dessas medidas ocorre de forma compulsória, independente do acordo dos responsáveis e, em alguns casos, até mesmo contra sua vontade ou disponibilidade. (Santos *et al.*, 2009, p. 518)

Dessa forma, encontram-se medidas que servirão para amainar as consequências do abuso no futuro da criança. A família percebe alguma diferença de comportamento na criança, algumas vezes orientada por médicos, professores ou outros profissionais que se aproximam, e resolvem investigar o que gera a situação. Em muitos casos, profissionais da psicologia, por meio de trabalhos especializados para isso, detectam que a criança está sendo vítima de abuso. Segue, a partir daí, um contato mais aprofundado com a família para proteger o menor e encontrar a origem dos ataques.

A criança, a partir daí, segundo relatos mesmo das colaboradoras que trabalham na instituição que deu apoio à pesquisa, bem como em vários textos que mostram ações de grupos de trabalho terapêuticos (ver, por exemplo, Costa e Granjeiro, 2013; Santos *et al.*, 2009; Costa *et al.*, 2011), passa a receber atenção especial, sendo levada a sessões de terapia individuais e em grupo.

Para ambos os casos, tanto dos ofensores como dos abusados, há a opção de realizar o tratamento terapêutico em família. Os grupos familiares são importantes, mas contam com a necessidade de haver vontade própria dos membros da família, visto que não há obrigatoriedade na participação.

Nesse particular, as terapeutas também encontram dificuldade de estabelecer o cuidado à família quando, na maioria das vezes, o pai recusa participar do grupo. Esse é um entrave maior quando ocorre de ser detectada situação de transgeracionalidade na família. A plena consciência do que ocorre é necessária, no caso de problemas que perduram desde outras gerações, para que se encarem as situações e possam ser enfrentadas e superadas.

Outro problema que se encontra quando os adolescentes são convidados a participarem dos grupos é a vergonha que eles alegam para comparecerem. Com relação a isso, Costa *et al.* (2011) mostra o relato de um jovem no próprio grupo falando sobre sua experiência:

Não foi fácil vir para o grupo, foi vergonhoso, achava que ia ter um psicólogo pra cada um, pensando que somos doidos. O primeiro encontro foi o mais importante, o que mais produziu efeitos em casa, já o genograma, foi muito marcante. Foi difícil falar do passado e observar as repetições. (Costa *et al.*, 2011, p. 36)

Alguns relatam que imaginam que na instituição todas as pessoas vão olhar para quem está lá pensando “o que será que esse menino fez?” ou “o que será que fizeram com ele?”, relativo ao problema da pedofilia. Mas, no centro de atendimento os menores são ajudados por uma série de situações, e as mais comuns são dificuldades

na escola, com relação a dificuldade de aprender, maus relacionamentos com professores e com colegas, outros problemas de ordem psicológica. Sendo assim, ainda que se saiba que possa haver pessoas com problemas relativos a abuso sexual de crianças e adolescentes, no ambiente eles nem são a maioria.

O fato é que as marcas de um abuso sexual para a vítima são, lamentavelmente, indeléveis. O corpo terapêutico da casa de acolhida reconhece que seu trabalho é fazer com que a vítima retorne a sua vida normal, sem que o fato lhe retire a possibilidade de seguir adiante, mesmo com as marcas que lhe ficam. Algumas no corpo mesmo!

2.6. Considerações finais

Neste capítulo, foi abordada a visão terapêutica do problema do abuso sexual a crianças e adolescentes, no sentido de compreender o discurso que se faz nesse sentido com relação à pedofilia.

Para que se obtenham resultados significativos na análise de discurso crítica, é necessário que o contexto da situação analisada seja bem compreendido. Sendo assim, além de destrinçar as particularidades da pedofilia e a visão partilhada pela sociedade, é necessário compreender as minúcias do discurso terapêutico sobre o tema.

Assim, pudemos verificar um pouco da visão que ainda se tem da criança como um objeto de desejo e a evolução do conceito de corpo dos menores, bem como o poder que se exerce sobre ela e o conseqüente abuso que se encontra nas famílias nesse particular.

Em seguida, a família é apresentada como o ambiente em que crianças e adolescentes devem ser protegidos e orientados, a despeito de muitos (a maioria) problemas dessa ordem ocorrerem com mais frequência no seio familiar. Por fim, algumas estratégias mais utilizadas por grupos terapêuticos para superação do problema foram conhecidas. Esse trabalho pode ser direcionado à criança que é vítima e àquelas que são ofensoras, bem como a adultos abusadores que, tendo consciência de sua condição, procuram ou aceitam tratamento para sua patologia.

No capítulo seguinte, serão abordadas as estratégias para operacionalização dos dados colhidos e gerados. A teoria selecionada para analisar os *corpora* será apresentada, bem como a metodologia para a pesquisa.

Com o conhecimento do problema e suas apresentações na sociedade, bem como teoria e método para a pesquisa, busca-se estar apto para proceder à coleta e geração de dados, e, posteriormente, sua análise.

PARTE 2 – TEORIA E METODOLOGIA

CAPÍTULO 3 – Análise de Discurso Crítica e gênero

A importância de definir o método de pesquisa reside na necessidade de apontar os caminhos e as opções de avaliação desse caminho. Nesta pesquisa, foi mostrado na Parte 1 o contexto da situação estudada, a saber, a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, bem como o discurso terapêutico sobre esse problema.

Na Parte 2, serão apresentadas as bases teóricas e metodológicas para a análise dos *corpora* produzidos nas entrevistas. Teremos, neste capítulo, a apresentação da Análise de Discurso Crítica (ADC) como um método para análise e o apoio das teorias de gênero, especialmente no tocante às questões de silenciamento e de agência.

Também serão abordados os motivos pelos quais os estudos de gênero podem ser aplicados à análise da situação das crianças, especialmente em sua situação de vítimas de abuso de poder, como consideramos especificamente na violência sexual que ocorre com esse grupo da sociedade.

Os estudos de gênero também contam com várias vertentes que se dedicam especialmente a uma análise discursiva, verificando como as ocorrências linguísticas mostram o funcionamento de situações de opressão. Esses estudos formam uma base para o acompanhamento do discurso terapêutico sobre o abuso sexual contra crianças.

Por fim, veremos a dificuldade encontrada na situação das crianças por sua falta de agência, condição imprescindível para que um grupo consiga superar sua condição de explorado. Esse problema indica a total dependência das crianças de seus pais e mães ou tutores.

Assim, estaremos prontos para conhecer, no próximo capítulo, completando esta parte de teoria e método, a forma escolhida para traçar o caminho da coleta e da geração de dados.

3.1. ADC como método de análise de discurso

É consenso entre os estudiosos da área do discurso que há uma ligação intrínseca entre os campos da atividade humana e o uso da linguagem. Isso significa

que este se realiza em algum evento social e pode ter diversas formas tantas quantas forem as condições específicas e as finalidades desses eventos. Bakhtin já afirma que os enunciados refletem esses pressupostos por meio não somente de seu conteúdo e do estilo de linguagem, mas, também, “pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional” (Bakhtin, 2003, p. 261).

Com essa ideia, teóricos buscaram investigar o discurso, por meio de fenômenos linguísticos – como os citados por Bakhtin, a saber, lexicais, gramaticais, composicionais, entre outros –, de forma que lhes fosse possível compreender e explicar, pela natureza do enunciado, a atividade humana.

A relação entre enunciado e vida, bem como a importância da compreensão dessa particularidade podem ser percebidas nas próprias palavras do autor russo:

A língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua. O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional. (Bakhtin, 2003. p. 265)

Dessa forma, os estudos relacionados aos enunciados que tratam do caso estudado, a saber, o abuso sexual a crianças e adolescentes, nos aproximam da realidade social que remonta ao silenciamento, característica pesquisada por diversas autoras que estudam os fenômenos relacionados ao gênero social e ligada à identidade dos infantes. Por isso, queremos tratar brevemente desse conceito para clarear nossos elementos da Análise de Discurso Crítica na compreensão dos enunciados estudados na análise.

3.2. Ferramentas da Análise de Discurso Crítica

A ADC tem sido relacionada à Linguística Crítica já há alguns anos. Seu foco é nos conceitos centrais de poder, ideologia e crítica. Para cumprir sua tarefa, ela realiza um trabalho necessariamente transdisciplinar, utilizando-se, especialmente de retórica, linguística textual, antropologia, filosofia, sociopsicologia, ciência cognitiva, estudos literários e sociolinguísticos, bem como linguística aplicada e pragmática (Wodak e Meyer, 2009, p. 1).

Fairclough (trad. 2001) dedica-se à verificação de categorias como identidades, ideologia e poder (teoria crítica e social do discurso). Dentro delas, procura trabalhar com os problemas sociais, com os obstáculos para sua superação e com prática

discursiva, empregando a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).

Fairclough trabalha com categorias de análise, a saber, transitividade e tema, significado das palavras, criação de palavras e metáfora; buscando no texto controle, tomada de turno, estruturas de troca, tópicos, formulação, modalidade, polidez. O autor também dedica atenção especial à intertextualidade, verificando representação de discurso, pressuposição, negação, metadiscurso e ironia.

Para Fairclough, discursos são recursos semióticos utilizados para construir aspectos do mundo (físico, social ou mental), os quais podem ser geralmente identificados com diferentes posições ou perspectivas de diferentes grupos de atores sociais (Fairclough, 2009, p. 163). Ele afirma que a ideologia tem existência material nas práticas das instituições e que ela também “interpela os sujeitos”. Por isso, o conceito de hegemonia, relacionado ao poder, está na base das relações sociais, portanto intrinsecamente ligado a discurso, e ele pode fazer relação com a ideologia e com a luta hegemônica.

As práticas sociais fazem parte de um nível em que a relação entre os participantes acontece. Nesse nível, portanto, ocorre a articulação dos discursos com elementos não discursivos, nos quais estão inseridos (a) a ação e a interação, (b) as relações sociais, (c) os indivíduos (crenças, atitudes, histórias etc.), (d) o mundo material, (e) o discurso em si mesmo (Fairclough, 2003, p. 25).

3.3. Contribuição dos estudos de gênero para o caso das crianças

Os estudos de gênero se originam da percepção da situação de injustiça na vida das mulheres. Havia uma acomodação às necessidades e imposições masculinas. A tradição judaica, com seu patriarcalismo, contribuiu muito para essa ordem social, especialmente difundida no mundo ocidental pelo cristianismo. Talvez a resistência das mulheres a essa situação tenha sido a organização de resistência feita para além das armas e da força física. O debate, e a partilha de ideias e de conceitos têm sido a marca dos grupos feministas para equilibrar a situação em todo o planeta.

É quase consenso entre as estudiosas da questão de gênero que Simone de Beauvoir foi uma precursora no assunto (Minh-ha, 1998), levantando as situações em que se impõe a vontade dos homens sobre a das mulheres.

Beauvoir nasceu no começo do século 20 e fazia parte de uma família burguesa na qual regia a moralidade religiosa tradicional. Já na adolescência, rejeita essa criação e segue estudos de filosofia, na Sorbonne, onde fica amiga de Sartre, em 1928. Seu escrito que marca o início sistemático das reflexões sobre a situação das

mulheres é *O segundo sexo* (Beauvoir, 1960), no qual ela trata, por meio de ensaios, de alguns fatos e mitos sobre a condição feminina. O assunto interessa a mulheres e homens, suscitando discussões em diversos âmbitos da sociedade. É nessa publicação que Beauvoir cunha a expressão “patriarcado”, para referir-se à dominação masculina na sociedade. Pierre Bourdieu também aborda o tema em seu trabalho, fazendo distinção entre diversas categorias aplicadas a ambos os gêneros (Bourdieu, 2003).

Em *Por uma moral da ambiguidade* (Beauvoir, 2005), pode-se perceber a construção da teoria feminista de Beauvoir, que será utilizada posteriormente por muitas teóricas do assunto, e que também levará ao início de trabalhos discursivos com relação a gênero. Ela questiona, nesses ensaios, a moralidade estabelecida em nome de Deus, e diz que, na dificuldade de afirmar isso, deve-se buscar caminhos para a liberdade numa relação igualitária. Para isso, lança mão de ações éticas para que todos e todas tenham possibilidade de agir de acordo com sua vontade, em respeito aos direitos dos seus semelhantes.

É bom ressaltar, todavia, que há críticas ao trabalho de Beauvoir. Mary Ellman, por exemplo, questiona sua maneira de tratar do pensamento chamado patriarcal ou androcêntrico. Ela considera equivocada a afirmação de que a racionalidade e a lógica sejam atribuídas aos homens (Ellman, 1979). Para ela, Beauvoir retira essas formas de raciocínio dos limites femininos, depondo contra as próprias mulheres.

A despeito das críticas, Simone de Beauvoir ainda é considerada uma das teóricas que iniciaram a reflexão sobre gênero, no tocante às mulheres, inclusive na prática discursiva.

3.3.1. Gênero e discurso

O trabalho com a questão de gênero no campo da linguagem é feito por muitas teóricas e considera diversos aspectos. Entre eles, podemos destacar as repetidas afirmações sobre a construída incapacidade de mulheres, com relação aos homens. As palavras relacionadas com o gênero feminino que mostram um menosprezo com a força de produção das mulheres e a sua contribuição com a sociedade, não somente no trabalho doméstico ou no cuidado de filhas, filhos e marido.

É importante passar por algumas visões sobre a questão de gênero trabalhadas por teóricas no assunto, para que uma boa noção se tenha do geral desta situação. Além disso, temas trabalhados por pesquisadoras do assunto no Brasil também mostram a especificidade desse estudo no país.

Nesta pesquisa, o fato de se tratar de um homem pesquisando gênero mostra que a importância do tema reside no desejo de buscar uma sociedade em que as relações sejam pautadas por igualdade, respeito e liberdade, como tratou Beauvoir nos ensaios de *Por uma moral da ambiguidade* (Beauvoir, 2005).

É no encontro com o outro, para além do enfrentamento, no conhecimento do diferente e na entrega às demandas daqueles que vivem conosco, que poderemos reconhecer suas necessidades, as situações em que também contribuimos – seja por ato ou por omissão – para a legitimação de poder e dominação, e, mais justo, buscar lado a lado a modificação dos contextos de desigualdade e desrespeito aos direitos humanos básicos. Por isso mesmo, é um desafio superar a questão do sexismo nesta pesquisa. Certo é que há o olhar de um homem, o que não se pode negar. Contudo, juntamente com ele, há a certeza da necessidade de superação de uma ordem injusta e desigual.

De igual maneira, temos o desafio de apresentar uma busca da situação de ameaça pela qual passam crianças e adolescentes quando, especialmente, por abuso de poder, vivem cercadas de violência e de sexo forçado. A realidade de infantes é bem diferente da vivida pelas mulheres. Elas conseguem, por terem mais condições de exercer agência, se organizar, refletir sobre suas necessidades e exercer sua resistência, inclusive com argumentos e organização social (Holland, 1998; Xavier, 2008).

A realidade das crianças é bem diferente. Sua defesa e resistência, o alerta para sua situação de ameaça com relação a direitos e respeito, não tem como agente elas próprias, mas dependem de adultos que são seus responsáveis e cuidadores. A sociedade civil programa leis que são base para que haja uma defesa desse grupo, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), todavia, em muitos casos, os agressores são os próprios pais, mães ou tutores, familiares, responsáveis.

Em seu trabalho sobre métodos de pesquisa não sexista, Margrit Eichler afirma que há vários tipos de sexismo, contudo apresenta sete principais que se apresentam nesse tipo de trabalho, a saber, androcentrismo, generalização exagerada, insensibilidade de gênero, dois pesos e duas medidas, adequação de sexo, “familismo” e dicotomia sexual. (Eichler, 1991, p. 4).

Para a autora, é importante levar em consideração que o sexo é uma variável fundamental na sociedade. Ele não pode ser ignorado ou tratado de forma superficial com intenção de não causar problemas. Isso só serve para mascarar a marca dessa diferença, trazendo, ainda mais, um apagamento das questões de gênero. Essa particularidade marca a insensibilidade nos textos para a situação de gênero na sociedade.

Eichler também mostra que essa situação pode se confundir com uma generalização exagerada. Entretanto, há diferença. Já que essa estratégia pode ser considerada como uma forma de androcentrismo, cabe reconhecer de que maneira está sendo utilizada. Contudo, no mínimo, esse problema em uma pesquisa não permite compreender, claramente, as necessidades das mulheres na sociedade, conforme ela afirma:

Se um estudo simplesmente falha em relatar o sexo de seus colaboradores, ou se um estudo de políticas ignora completamente os efeitos diferentes disso, por exemplo, uma determinada política de seguro desemprego para os dois sexos, então não poderemos identificar se estão incluídos sujeitos masculinos ou femininos ou se homens e mulheres poderiam beneficiar-se de forma diferenciada ou serem prejudicados por uma política particular.¹² (Eichler, 1991, p. 6 e 7)

É por esse problema detectado por Margrit Eichler (e também apontado para uma tentativa de superação) que percebemos a necessidade de dar voz a quem não tem efetivos mecanismos de fala em sua comunidade. No caso das mulheres, elas mesmas, como dito acima, por sua agenciamento, têm conseguido denunciar e resistir aos abusos de poder da dominação masculina. Contudo, nossa tarefa é mais árdua quando buscamos vozes silenciadas dos indivíduos que não conseguirão atingir o patamar de agenciamento atingido por alguns grupos da sociedade, especialmente o que tratamos aqui, ou seja, as mulheres.

Uma característica importante dos estudos de gênero é a perspectiva interdisciplinar. Sara Mills mostra essa necessidade em uma publicação que organiza (Mills, 1995). Ela se situa no campo da linguagem, mas mostra que não se pode compreender a complexidade da situação de gênero sem o apoio de outras disciplinas que possam ampliar o debate e fazer compreender as demandas de mulheres na sociedade.

Da mesma forma, apresenta o trabalho organizado por Kira Hall e Mary Bucholtz (Hall e Bucholtz, 1995), mostrando que é necessário incluir o gênero nas mais diversas disciplinas, para que haja uma interação de saberes e, dessa forma, surjam possibilidades de uma compreensão mais apurada da situação e possibilite uma superação das formas de opressão das mulheres.

¹² "If a study simply fails to report the sex of its respondents, or if a policy study completely ignores the different effects of, let us say, a particular unemployment insurance policy on the two sexes, then we cannot identify whether male or female subjects were included on whether males or females would differentially profit from or be hurt by a particular policy."

As pesquisas na área de linguagem têm sido profícuas nos últimos tempos. Mostrando que o discurso está relacionado com a prática social (cf. Fairclough, trad. 2001), muitas pesquisas apresentam resultados da investigação sobre gênero por meio do discurso.

Um bom exemplo de estudo de gênero e discurso é *Gendered discourses* (Sunderland, 2004). Nessa obra, Sunderland trata de discurso e análise de discurso relacionados a gênero. A importância da análise de discurso para compreensão das questões de gênero pode ser percebida quando Sunderland propõe, citando Nigel Edley:

As análises de discurso mostram até que ponto o discurso é marcado pelo gênero e, na verdade, a proliferação de trabalho aqui pode ser justamente por causa da capacidade da análise de discurso de desafiar a compreensão de gênero tradicional, reducionista e essencialista.¹³ (Sunderland, 2004, p. 20)

Assim, Sunderland procede ao estudo de alguns casos para demonstrar essa capacidade da análise do discurso. A autora verifica o discurso em sala de aula, revistas para pais e literatura para crianças. Ela deixa claro o propósito da sua análise, quando afirma que encontra possibilidades de estudo “dentro e além das palavras ditas ou escritas”¹⁴ (Sunderland, 2004, p. 190).

Bom destaque, também, merece seu *Language and gender* (Sunderland, 2006), especialmente na unidade B4, em que ela fala sobre o desenvolvimento da compreensão de gênero. Nessa parte do seu trabalho, ela aborda o feminismo e a teoria linguística de acordo com Deborah Cameron.

Cameron também é uma referência mundial em estudos de gênero. Ela direciona sua pesquisa na área de sociolinguística e antropologia linguística, tendo publicado mais especificamente sobre linguagem de gênero e sexualidade. Tem também voltado seu interesse para a situação do mundo globalizado, da ideologia de linguagem e da linguagem de mídia.

Por essa inserção em várias áreas de conhecimento relacionadas com a linguagem, Cameron demonstra uma perspectiva interdisciplinar em seus estudos de gênero. Além disso, há um viés bastante crítico inclusive para com as próprias linguistas feministas. Em seu artigo sobre os estudos de linguagem e gênero

¹³ “Discourse analyses have shown the extent to which discourse is gendered, and indeed the proliferation of work here may be precisely because of the ability of discourse analysis to challenge traditional essentialist and reductionist understanding of gender.”

¹⁴ “in’ and ‘beyond’ words spoken or written”.

produzidos nos anos 1990 (Cameron, In: Mills, 1995), ela nos convida a uma reflexão sobre os esforços para que as pesquisas nessa área se tornassem mais acessíveis para a população em geral. Sua crítica vai no sentido de que se valer desse assunto poderia estimular a busca por um nicho voltado para vendas e lucro em primeiro lugar.

Por isso mesmo, ela verifica que muitas produções aproximavam-se do estilo ligado ao sucesso de vendas no mercado internacional, a saber, os livros de autoajuda. Inclusive, aponta que os trabalhos produzidos por Deborah Tannen (Tannen, 2001) estão sendo vendidos em seções de psicologia, autoajuda e crescimento pessoal. O assunto é abordado como questão de gênero, e as pessoas respondem a Tannen dizendo que seus livros têm ajudado a salvar seus casamentos (Cameron, op. cit., p. 32-33). Para Cameron, a importância da produção deve estar em sua capacidade crítica. A mudança coletiva é que deveria estar em jogo. Nesse sentido, a busca pela justiça, no tocante às relações de gênero, é o que se mostra mais significativo.

Para isso, Cameron tem a linguagem como base de sua pesquisa, sem deixar de lado outras disciplinas como ferramentas para aprofundamento das questões. Em *The feminist critique of language* (Cameron, 1998), ela aponta a importância da linguagem nos estudos da questão feminista.

Nessa mesma publicação, ela aponta a observação de três fenômenos essenciais nos estudos de linguagem, a saber: a fala e o silêncio; as representações da linguagem e o discurso sexista; e o ato de falar de gênero.

No caso desta pesquisa, a relevância da atenção ao silêncio é significativa, visto que as crianças têm como marca de sua identidade o silenciamento. Por isso, verifica-se que os estudos de gênero contribuem para a compreensão do fenômeno que ocorre com relação ao abuso do poder exercido sobre os menores.

Para Cameron, o silenciamento se caracteriza em momentos em que às mulheres se nega o direito de se expressarem sobre si mesmas livremente. Ela atenta para a utilização dos termos quando se explica esse fenômeno, mostrando o poder das metáforas. É importante ressaltar que dizer que as mulheres estão em “silêncio” ou “silenciadas” não significa que elas estão literalmente em silêncio, ou seja, que elas não têm capacidade de utilizar a linguagem. Há tabus que a sociedade impõe, transformando um aparente silêncio em “silenciamento”. O que acontece quando as vozes são abafadas, escondidas. Isso ocorre, como ela mesma atesta, em cerimônias religiosas, na retórica política, no discurso legal, bem como na ciência.

Segundo seus resultados, é necessário conseguir dar vozes às mulheres acabando com o silenciamento. Isso seria expressar a diferença das mulheres. Essa atitude está em consonância com o que diz a análise de discurso crítica (cf.

Fairclough, trad. 2001), a saber, o uso da linguagem está de acordo com a prática social, sempre baseado na história e nas condições de vida dos falantes. Assim, é certo que mulheres que não concordam com suas condições terão atitude para exigir mudanças, inclusive – ou principalmente – com o uso da fala, da escrita e da imagem.

Assim, Cameron propõe uma crítica feminista da linguagem. Uma atitude que possa ser positiva para as mulheres e que venha da própria cultura delas, defendendo seus interesses e dando voz àquelas que foram silenciadas pela sociedade e por uma cultura androcêntrica. Seu trabalho avança buscando aprofundamento em elementos que demonstrem as questões de gênero e sexo na linguagem. Pode-se aprofundar nos seus estudos sobre a diferença entre sexo e gênero, bem como a importância da linguagem nos estudos da identidade da mulher por meio de suas pesquisas (Cameron, 2006). Da mesma forma que ela considera importante verificar a questão de gênero nas mulheres, também engendrou esforços para apresentar o gênero para além do masculino e feminino, com estudos da identidade gay e lesbiana (Cameron, 2003, especialmente o capítulo 4: “Sexuality as identity: gay and lesbian language”); e aprofundou-se na construção da masculinidade heterossexual, o que se pode perceber em texto traduzido para o português (Cameron, 2010)

Outra estudiosa da área de gênero e linguagem é Claire Walsh. Seu trabalho considera bastante a relação entre linguagem e poder público, especialmente na política, na igreja e em organizações (Walsh, 2001).

Uma primeira questão que podemos apreender em Walsh é a leitura do contexto de sexo e gênero no discurso. Na língua inglesa, a questão da nomenclatura é suficientemente resolvida no sentido de que se apresentam dois termos diferentes, quais sejam, *gender* e *genre*. O primeiro relaciona-se com o sexo e o segundo, com a gramática e o texto. Para a compreensão dessa diferença e da importância da utilização correta e satisfatória, levando-se em conta o interesse de mulheres, Walsh também indica a leitura da publicação organizada por Sara Mills que apresenta a questão de linguagem e gênero (cf. Mills, 1995).

Sendo assim, torna-se muito mais complicado para a língua portuguesa abordar as questões de gênero, visto que temos uma mesma palavra designando ideias diferentes. Tornou-se, então, necessário deixar claro, até mesmo para os trabalhos de análise de discurso crítica, o que é gênero social e o que é gênero discursivo¹⁵, para além dos termos que designam sexo e gênero gramatical. Estudando as esferas públicas do discurso, Walsh afirma que os estereótipos criam

¹⁵ Para conferir como os gêneros podem interferir na construção da identidade, ver Magalhães, 2005.

uma generalização, uma convenção no tratamento e na forma de agir, e essa convenção é masculina.

Para Walsh, as convenções que caracterizam esses gêneros estão atravessando atualmente um processo de mudança e de desafio. A ação das mulheres em busca de reconhecimento e respeito traz uma situação de tensão e crise que demanda um ajuste, para que se encontre um meio-termo nas relações que satisfaça a ambos os gêneros, construindo uma sociedade mais justa para todos e todas.

Walsh utiliza o conceito de poder traçado por Norman Fairclough em *Language and power* (Fairclough, 1989) – em que ele afirma que há um poder no discurso e um poder por trás do discurso¹⁶. Dessa forma, seu trabalho interpreta os textos a partir dos seus contextos de situação, considerando fala, escrita e aspectos visuais. Tudo baseado nos fatores globais que contribuam para produção, reprodução e transformação das relações e das identidades de gênero na esfera pública (Walsh, op. cit., p. 63).

Seu trabalho revela a tensão que ocorre entre os gêneros dentro dos órgãos públicos e aponta para uma ação mais consciente por parte das próprias mulheres. Elas não se colocam mais passivamente, aceitando ou suportando as estratégias de dominação. Estão exercendo seu poder de agência. Essa visão da ação das mulheres é importante para a compreensão do gênero e da dificuldade da agência por parte das crianças, o que também será abordado nesta pesquisa.

Outro expoente dos estudos de discurso e gênero é Mary Talbot. Ligada ao centro de pesquisa em mídia e cultura, ela investiga as relações de poder e exploração de gênero. Sua atenção às mídias de televisão, rádio, jornais e especialmente à Internet ajudarão na compreensão das veiculações de notícias a respeito de ocorrências de abuso sexual a crianças e adolescentes.

Os trabalhos de Talbot mostram sua produção a respeito de poder e linguagem, buscando investigar as relações na sociedade moderna, como as identidades se confrontam e como as estratégias de manutenção de poder são refletidas no uso da linguagem (Talbot, 2003).

Talbot se aprofunda na pesquisa das atuações dos indivíduos e organizações por meio das mais diversas mídias, como as citadas acima, mais especificamente, no contexto atual, a Internet e suas formas variadas de se apresentar (Talbot, 2007).

Em *Language and gender: an introduction* (Talbot, 1998), ela aborda estereótipos estabelecidos pela sociedade – seja para mulheres ou homens (parte 1);

¹⁶ “Fairclough refers to this as power behind discourse to distinguish it from what he terms power in discourse.” (Walsh, op. cit., p. 62).

como se dá a relação entre homens e mulheres, levando-se em consideração esta tensão permanente entre ambos (parte 2); e a construção de gênero por meio do discurso, e como se dá o estabelecimento de uma linguagem que busca a dominação (parte 3). A compreensão dessa tensão é uma luz que se busca nas relações de gênero e poder para lançar base aos estudos do relacionamento entre adultos e crianças. Qual é a questão que aponta, discursivamente, para a gênese do abuso na fragilidade da criança e na exploração não somente desse aspecto, mas da característica de sua identidade frequentemente silenciada?

Assim, em Mary Talbot vamos perceber que o gênero é tratado como uma categoria social. Não se está falando, portanto, de gênero como argumento gramatical. Além disso, ela enfatiza que gênero é construído socialmente, diferentemente do sexo, que está dentro de um contexto biológico¹⁷.

Pelo quadro abaixo, pode-se perceber a diferença que Talbot aponta entre sexo e gênero:

Quadro 2 - Diferença entre sexo e gênero (baseado em Talbot, 1998)¹⁸

SEXO	GÊNERO
a) Biologicamente estabelecido	a) Socialmente construído
b) Determinado por genes, gônadas e hormônios	b) Aprendido culturalmente
c) O cromossoma masculino determina o sexo do novo ser. Se Y, as gônadas desenvolvem testículos. No caso de X, serão ovários	c) As características masculinas ou femininas são adquiridas na percepção do que é afirmado pelo seu contexto
d) Essencialmente binário	d) Não se determina de forma antagônica
e) Macho ou fêmea	e) Masculino ou feminino

3.4. A influência do poder no discurso na relação com crianças e adolescentes

O discurso de que a criança deve sempre obedecer gera situações esdrúxulas, especialmente quando um adulto faz ordenações absurdas ou mesmo comete atos que não estão corretos. Isso se agrava ainda mais quando essas atitudes transformam a criança em vítima. Daí, podemos começar a entender por que a criança, na maioria dos casos, silencia. Desobedecer é ensinado como errado e contestar a ação de um adulto é desobediência.

¹⁷ Para demonstrar a diferença entre sexo e gênero, Talbot cita o trabalho de Ann Oakley que aprofunda o conceito de gênero e os discursos sobre sexo na sociedade (Oakley, 1972).

¹⁸ Em Xavier, 2008, p. 48.

A respeito da questão de poder sobre as crianças que os adultos sabem que têm, e as crianças pouca força conseguem para resistir a isso, pode-se notar no trabalho de Izabel Magalhães ao investigar a relação entre paciente e médico.

Em seu livro *Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico*, verifica-se uma total situação de silêncio da criança em uma consulta. O que pode ser percebido nas suas palavras a seguir:

E as crianças, como é o olhar que lhes dirigem a instituição médica e os pediatras? Nas consultas pediátricas, fala-se às crianças e, principalmente, sobre as crianças, mas elas muito pouco falam. (Magalhães, 2000, p.131)

Mais uma vez, percebemos que é negado à criança o direito à fala. Ela não precisa falar. O poder está com o adulto. Na consulta, além da mãe ou do pai, encontra-se, ali, naquele momento, alguém que, especificamente nesse assunto – a sua saúde –, tem mais autoridade que seu responsável, a saber, o médico. A ele cabe a palavra máxima. A ele cabe comandar as tomadas de turnos na conversa. Sendo assim, como vimos no trecho aludido de Magalhães, a criança fala pouco.

A tomada de turno pode ser um elemento de clara demonstração de poder. Norman Fairclough, falando sobre esse fenômeno do discurso, ao citar a análise etnometodológica da conversação, afirma que “os sistemas de tomada de turno nem sempre são construídos em torno de direitos e obrigações iguais para todos os participantes” (Fairclough, 2001, p. 193).

O que gera, então, esse processo? Para Fairclough, esses fenômenos ocorrem no discurso por haverem papéis predefinidos nos indivíduos ao fazerem parte de determinados eventos e estruturas. Significa dizer que, apesar de as estruturas sociais não serem definidas especificamente nas suas formas de relação, alguns papéis o são (Fairclough, 2003, p. 23). Isso ocorre na estrutura familiar com as crianças. O papel delas é sabido por todos como indivíduos que devem ser cuidados, educados etc. No mesmo caminho, adultos exigem respeito, silêncio e total não questionamento de seus atos e de suas ordens. Quem nunca ouviu a frase, vinda de algum adulto, “Faça o que eu digo. Não faça o que eu faço”?

Esse poder exercido sobre a criança também é reflexo de uma entidade recorrente na sociedade. O poder social, conforme encontramos em Van Dijk (2008a), pode ser entendido como controle, ou seja, “controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Tradicionalmente, controle é definido como controle sobre as ações dos outros” (Van Dijk, 2008a, p. 17).

O controle se dá na estrutura social. Mas, como sugere Fairclough em seu *Analysing Discourse* (2003, p. 24), há uma relação entre eventos sociais, prática social e estruturas sociais. Considerando que o discurso compõe a prática social, o linguista que se debruça sobre a análise de discurso crítica deve observar que:

(...) quando “fazemos” análise de discurso como análise social, nós nos envolvemos com estruturas de organização, controle e poder vastamente complexas, das quais a fala e a escrita públicas podem ser apenas uma de muitas outras práticas sociais a serem examinadas. (Van Dijk, 2008a, p. 22)

Sem dúvida, a estrutura familiar é o núcleo da sociedade que ensina, propaga e controla os seus componentes. As crianças são inseridas nesse contexto para se prepararem para a vida na sociedade. Por isso mesmo, além da ideia de que um adulto deve cuidar e ser exemplo, portanto, ensinar, temos o fato de que pais e mães são responsáveis por aquele indivíduo. Isso, além de dar à criança uma aura de segurança, o que é bom, pode, também, favorecer a ação de criminosos que disso se aproveitam. Podemos constatar no resultado da observação de um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a triste afirmação a seguir:

A maioria dos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes ocorre dentro de casa e são perpetrados por pessoas próximas, que desempenham papel de cuidador destas. Nesses casos, os abusos são denominados intrafamiliares ou incestuosos. (Habigzang *et alii*, 2005, p. 341)

É bom salientar que, por intermédio da ADC, serão verificadas as situações de abuso de poder comunicativo. E entendemos que não se fala de problema no poder, mas no abuso que se faz dele. Van Dijk também deixa claro que abuso de poder é o uso ilegítimo do poder (Van Dijk, 2008a, p. 28-29).

Ele também aponta para os planos mentais que geram os discursos. Nesse caso, percebe-se que a fala está eivada das ideologias que permeiam o pensamento humano. Assim, isso será povoado a partir dos contatos existentes no convívio social e suas relações. Sobre isso, Van Dijk afirma que “nossos discursos e outras ações sociais são, portanto, baseados em modelos mentais (planos etc.) que são informados por ideologias e atitudes socialmente compartilhadas” (Van Dijk, 2008b, p. 20).

O conceito de contexto em Van Dijk foi mais aprofundado em *Discurso e contexto* (Van Dijk, 2012). Nessa publicação, ele aponta a importância de se relacionar

o contexto ao resultado do discurso. Aborda desde Malinowsky e Halliday, passando pela Linguística Sistêmico-Funcional, até os mecanismos de controle do discurso.

Essas situações que apontam para o poder no discurso, e seu conseqüente contexto que está intrinsecamente relacionado a isso, serão uma forma de analisar o discurso terapêutico relativo aos abusos sexuais a crianças e adolescentes na sociedade.

3.5. A interdição do sexo e da violência como complicadores das denúncias

Para compreendermos que há fenômenos que influenciam no discurso da criança, ou mesmo no silêncio de seu discurso, podemos lançar mão do conceito trabalhado por Foucault (2004) sobre interdição, o que ele também considera um entre os procedimentos de exclusão. Segundo ele, a sociedade tem formas de controlar, selecionar, organizar e redistribuir o discurso. Em variados estudos do discurso, pode-se perceber a primazia do poder e da ideologia nesses processos. Soma-se a isso, segundo Foucault, também a questão dos perigos.

O discurso de crianças e adolescentes reside no campo da interdição. Senão vejamos o que diz Foucault sobre esse processo:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (...) as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e da política. (Foucault, 2004, p. 9)

Dessa forma, podemos perceber que, além da identidade da criança que convive com o silêncio, há também o tipo do discurso que leva à interdição, segundo Foucault, a saber, a sexualidade. Não há o direito e também não é apropriado.

Associado ao discurso da sexualidade que passa por essa perceptível interdição da sociedade, há também o discurso da violência. Sabemos que esse choque que traz falar de agressividade passa por o que podemos chamar de filtro que tenta proteger os seus membros. Dessa forma, há também uma interdição do que se pode falar sobre o tema e trazer também esclarecimento.

Convivemos, nesse ponto, com uma situação complicada. É necessário falar sobre o assunto para que haja resistência, por meio do conhecimento satisfatório da situação, por outro lado é necessário defender indivíduos que ainda não têm maturidade para falar sobre o assunto e devem ser protegidos. Sobre isso, vejamos o que disse o jornalista Carlos Marcelo:

De repente, em vez de discussões sobre a final inédita da Copa do Mundo ou sobre o fracasso da Seleção de Dunga, o noticiário foi monopolizado por frases como “o adolescente viu a mão de Eliza ser atirada para os cães e os ossos do corpo foram concretados” e “Eliza foi degolada, desossada e jogada para os animais”. Pior: em menos de dois dias, especialistas já estão na tevê tecendo conjecturas macabras, do tipo “os cachorros podem ter consumido partes do cadáver e, se eles ingeriram carne humana, pode ser que haja resquícios nas fezes dos animais”. Nenhuma criança passará incólume por esse tipo de informação. (Marcelo, 2010)

Evitar o discurso sobre a violência diante de crianças, para a sociedade, também significa protegê-las da violência, portanto, é uma forma de cuidar. Fica interdito, portanto, esse tema no contexto de que a criança faz parte. As indicações de programações na tevê já apontam para isso. Temas de sexualidade, com palavras de calão ou linguagem e atitudes violentas são proibidos para menores de determinadas idades.

Significa dizer que, para a criança, falar sobre sua situação de abuso sexual é extremamente difícil. O silenciamento estabelecido no discurso de crianças e a interdição sobre o tema da violência e do sexo as fazem calar na maioria das vezes e, quando não é assim, seu discurso não é levado em consideração.

3.6. As marcas do silenciamento no discurso da pedofilia

A situação de silenciamento é estudada mais correntemente por teóricos que trabalham com gênero social. É de se compreender que as mulheres são mais gravemente silenciadas em suas relações na sociedade, mas, observando em outros contextos, podemos encontrar essa negação do direito ou da oportunidade de se expressar livremente em outros segmentos. É um fenômeno que pode ser associado ao apagamento da identidade ou mesmo ser utilizado para reforçar o poder com relação aos silenciados.

Deborah Cameron, uma das autoras mais citadas com relação a gênero, propõe observar, como um dos fenômenos mais importantes para a compreensão da situação da mulher na sociedade, entre três temas, a fala e o silêncio (Cameron, 1998, p. 1 a 21), como vimos acima (ver 3.2.1. “Gênero e discurso”). Para ela, em seus estudos de gênero e linguagem, dizer que as mulheres estão em “silêncio” ou “silenciadas” não quer dizer que elas estão literalmente em silêncio. Não é correspondente com situação de não ter capacidade de se expressar, de utilizar a linguagem para demonstrar sua impressão de determinados fenômenos. No particular

dos estudos de gênero, podemos afirmar que esse fenômeno é a hegemonia masculina, conforme se pode perceber em estudos como de Pierre Bourdieu (2003).

O silenciamento, então, pode ser compreendido como aquilo “que acontece quando as vozes são abafadas, escondidas” (Xavier, 2008, p. 43). Isso pode ocorrer em diversos âmbitos da atividade humana, verificando-se em cerimônias religiosas, na retórica política, no discurso legal, na ciência ou mesmo na mídia em geral, fazendo um paralelo com o fato da interdição estudado por Foucault (2004) e abordado mais acima (3.4. A interdição do sexo e da violência como complicadores das denúncias).

O fenômeno ocorre também com os infantes vítimas de abuso sexual. Em família, percebe-se que cada vez mais é demonstrado que a recorrência dos fatos se dá por falta de abordagem do assunto na célula familiar. Isso gera na criança o fenômeno do silêncio, deixando de falar sobre o ocorrido por uma série de fatores, como podemos perceber na matéria de Adriana Bernardes sobre o assunto publicada no *Correio Braziliense*:

O receio de apanhar, de não ser acreditada e das ameaças dos algozes leva 57,8% das vítimas a conviver com os recorrentes episódios. (...) “Essas crianças demoram muito para se abrir por medo de apanhar, por sentir vergonha de estar fazendo uma coisa feia. Quando elas falam, sentem-se responsáveis pelo drama familiar que se instala”. (Bernardes, 2010)

O paralelo desse silenciamento infantil com o fato estudado por Cameron pode ser percebido quando ela aborda situações em que o silêncio pode “também significar autocensura por medo de ser ridicularizada, atacada ou ignorada” (Cameron, 1998, p. 3).

O rompimento desse silenciamento é o que está fazendo vir à tona uma quantidade maior de casos. Pude demonstrar a percepção da grande necessidade de romper o silêncio em artigo escrito para o jornal *Correio Braziliense* (Xavier, 2011). Quanto à impunidade ainda reclamada por muitas famílias, e um fato que alude a falhas na justiça, lamentavelmente, deve-se tratar em outro ambiente, mas, sem dúvida, o assunto urge. O que se percebe é que isso também pode ser um fator que ainda gere cada vez mais silenciamento ou um fenômeno do qual ainda não se trata que estou chamando aqui de ressilenciamento. Em primeira análise, entendo que isso poderia ser a volta ao silêncio daquele que, estimulado por situações ou instituições diversas, acreditou que sua situação poderia ser modificada por meio de sua voz, com denúncias, explicações e relatos de fatos encobertos. Ao perceber a impunidade e a volta da ameaça, o indivíduo pode considerar o fato de calar-se mais vantajoso para

sua integridade física, para proteção de seus parentes ou para a simples manutenção da sua vida.

Esse processo pode gerar, sem dúvida, uma situação de poder, seja pela identidade da criança ou adolescente, no sentido de ser alguém sem voz, ou mesmo pela característica daquele que abusa dessa condição.

É importante saber que nos estudos de gênero existem fatos relatados de sociedades em que “há regras proibindo mulheres de falar fora do espaço de suas casas ou em presenças superiores” (Cameron, 1998, p. 4). Com a criança, fica clara a atitude da família de orientar para que se mantenha em silêncio ao visitar outras pessoas, ao estarem em espaços públicos ou mesmo quando há presenças de pessoas importantes em casa. Essa é uma característica percebida na identidade da criança.

Considerando, então, que o silenciamento é uma característica também da identidade da criança e buscando uma compreensão dessa identidade por meio dos estudos de gênero, podemos afirmar que essa atitude de crianças de não falar também pode se caracterizar como uma autodefesa para elas.

Deborah Cameron afirma que não se deve simplesmente comparar silêncio com falta de poder. Muitas vezes, silenciar-se pode estar relacionado a uma estratégia de resistência ao poder opressivo. Isso pode ser utilizado por pessoas que são obrigadas a realizar uma confissão de pecados com um padre, a relatar um delito para um oficial da lei, ou até mesmo a passar por alguma sessão de terapia que não lhe agrade com um profissional da área que não lhe esteja respeitando, por exemplo.

O que fica de mais marcante no silenciamento de crianças, em relação ao silenciamento de mulheres, é que estas já conseguem se organizar por si mesmas. Podem exercer o agenciamento que lhes dá a visibilidade não somente de sua identidade, mas busca que suas vozes sejam ouvidas e apontam para a realidade de opressão e desigualdade social. No caso das crianças, elas ainda não têm capacidade para se organizarem entre si. Dependem, portanto, que adultos o façam por elas. Muitas vezes, o que é mais perturbador, são esses que as oprimem e desejam manter essa ordem para continuar a exploração, estabelecendo uma relação de poder não para a proteção, mas para o abuso.

3.7. O problema da falta de agência em crianças

Na pesquisa de mestrado, tive contato com o termo *agency*, para analisar a busca por direitos e por cidadania das prostitutas, especialmente com os conceitos explanados por Ruth Lister (1997).

Para ela, o termo significa um “processo autônomo de autorrealização” (Lister, op. cit., p. 37). Assim, o indivíduo não somente tem consciência da sua condição na sociedade, mas também busca colocar-se nela, resistir às situações em que há exploração, exigir que sua condição seja respeitada e fazer parte da produção de pensamento e decisões onde se está inserido.

Em um primeiro momento, houve debate sobre como traduziríamos o termo. A dúvida se deu pela dificuldade da utilização da palavra “agenciamento” ou simplesmente “agência”. Ambas poderiam confundir com ato de gerenciar o trabalho das profissionais do sexo ou mesmo o lugar onde elas se agrupam para negociarem seus programas, respectivamente. Optamos pela palavra “agenciação”. Conceito com o qual trabalhamos, desde então, para significar o que Lister quis dizer em seu trabalho (cf. Magalhães, 2008).

Para lançar luz sobre o assunto, utilizamos o trabalho de Dorothy Holland (*et alii*, 1998) em que se trabalha a construção da identidade em várias culturas, exemplificando as ações realizadas para o conhecimento da sua realidade, para a avaliação do seu contexto e para as decisões tomadas em direção à autorrealização.

No caso da pesquisa no mestrado, a agenciação das prostitutas dependia delas mesmas (Xavier, 2008). Os muitos exemplos de grupos minoritários, explorados e oprimidos mostram pessoas que, apesar de precisarem de orientação, de esclarecimento e de uma grande necessidade de conhecerem as ferramentas com as quais poderiam trabalhar, são capazes de modificar sua realidade.

O conceito é amplamente utilizado por trabalhos de feministas que mostram a necessidade de a mulher ser a protagonista de sua condição na sociedade. Esse estímulo gerou não somente a ascensão de muitas escritoras na área de gênero e de reflexão sobre os direitos da mulher, mas também a criação de várias organizações não governamentais que reúnem ativistas e planejam ações que visam a conscientização da classe.

Em Holland *et alii* (1998), aborda-se a construção da identidade, afirmando que as ações das pessoas serão formadas por representações de processos e capacidades previamente convencionadas. Contudo, a antropologia já se debruçou sobre discussão entre culturalistas e universalistas. Os primeiros afirmam que o ser humano se constrói por meio da cultura em que é inserido; os outros, que a cultura está subordinada à natureza humana. A antropologia crítica tende a adotar o conceito de que a cultura realmente afeta a condição emocional, de desenvolvimento individual, cognitivo e suas tendências. Isso aproxima a antropologia crítica do conceito de poder e conhecimento traçado por Foucault em seus trabalhos (Foucault, 2007a e 2007b).

Dessa forma, percebe-se que é importante o conhecimento para que esse poder de gerenciar sua própria existência faça efeito. No caso das crianças, a identidade em construção e a idade natural de se conhecer seu contexto de vida mostram essa limitação. Além disso, esse contexto é limitado até certo ponto ao que lhe é passado por seus pais. A gerência para buscar o que aprender, com o que ter contato, quais palavras ouvir e com quem conviver ainda não é exercida. Essa é a falta de agência vivida nessa fase.

Os direitos das crianças não podem ser traçados por elas mesmas. Não porque os adultos não lhes concedem, mas porque ainda não há maturidade suficiente para tal. Assim, eles estão em condição de dependência, até mesmo das suas vontades em muitos momentos.

Esse é um ponto do problema. A situação mais grave é quando o adulto que é tutor (natural ou determinado por justiça) é aquele que abusa de sua condição e, além de não oferecer a proteção e o direcionamento de que a criança necessita, ainda é o seu agressor. Essa ordem vilipendia toda a construção da sociedade de cuidado e proteção dos menores. Quando o seio familiar, o local de proteção, é utilizado para mascaramento da violência, a sociedade civil, muitas vezes, não consegue ver os crimes, gerando um ciclo de perpetuação da agressão.

Por isso, é necessário que se ouçam os sinais dados pelas crianças. Pais e mães devem estar atentos para mudanças de comportamento. Repetindo o que estamos enfatizando sobre a necessidade de quebrar o silêncio, as famílias têm hoje uma diferença em sua perspectiva. Antes era muito comum que quaisquer problemas havidos no seio da família fossem silenciados. Havia o ditado comumente repetido de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Essa ideia escamoteava violências e abusos, especialmente por parte dos homens. Hoje a situação vem mudando. Ainda é duro conseguir que situações sejam denunciadas, mas já há um aumento significativo nos alertas. A mudança jurídica também foi importante para isso, como atestam Ivonete Granjeiro e Liana Fortunato abaixo.

O surgimento da violência doméstica como problema social e jurídico é um fenômeno recente porque nos foros acadêmicos brasileiros sempre se encarou a violência doméstica como um aspecto da experiência privada, individual, separada do fenômeno social. (Costa; Granjeiro, 2007, p. 5)

Como queremos enfatizar nesta seção, as crianças passam por esse problema da falta de agência. Nesse sentido, contam com a tutela, o cuidado, o

direcionamento de adultos que lhe são responsáveis. Além disso, a sociedade dispõe de mecanismos para que sua defesa seja legítima, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2010). Quando isso tudo cai no silêncio, sua situação corre sério risco.

3.8. Considerações finais

Neste capítulo, foram abordadas a ADC e os estudos de gênero, especialmente na questão dos fenômenos linguísticos que envolvem a situação de opressão histórica pelas quais passam as mulheres ao longo da história da humanidade.

Esses estudos serão a base teórica que trará luz à compreensão dos fenômenos discursivos que serão analisados. Dessa forma, a situação de silenciamento, a interdição dos temas da violência e do sexo, o poder envolvido nas relações entre crianças e adultos, bem como os contextos e as práticas sociais são importantes para a compreensão do discurso terapêutico sobre a pedofilia.

No próximo capítulo, serão esclarecidos os caminhos para o método utilizado na pesquisa: como foram feitos os contatos e como foram coletados e gerados os dados. Quais foram os caminhos adotados para o conhecimento do contexto da situação da pedofilia, bem como a apresentação das categorias de análise adotadas.

CAPÍTULO 4 – Análise de Discurso Crítica e pesquisa discursiva

O método é o que norteia um trabalho de pesquisa. A delimitação planejada e executada é o que vai proporcionar àqueles que terão acesso ao texto uma melhor compreensão do processo de investigação do assunto, bem como a efetiva apreensão do resultado.

Nesta pesquisa, iniciamos com um histórico do problema da pedofilia no mundo atual, especialmente or meio de periódicos e depoimentos de abusados e abusadores (capítulo 1), e com uma visão panorâmica do trabalho terapêutico oferecido aos envolvidos nesse problema (capítulo 2). Entendemos que esse primeiro momento mostra a necessidade de haver uma investigação aprofundada do fenômeno. Essa constatação se dá para quaisquer áreas do conhecimento humano. Sem dúvida, a linguística pode contribuir muito para a compreensão dessa particularidade humana, especialmente por meio da teoria utilizada nesta investigação, a saber, a Análise de Discurso Crítica (ADC). Sendo a ADC um método interdisciplinar, a aproximação com outras áreas do conhecimento é imprescindível para um resultado satisfatório.

No segundo momento, iniciamos mostrando as particularidades teóricas que envolvem discurso e gênero (capítulo 3). Assim, fica claro o instrumento utilizado para apontar os fenômenos reconhecidos no discurso terapêutico sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes em confronto com o que é percebido em reportagens, livros e entrevistas acerca do assunto.

Neste capítulo, portanto, mostraremos por que a pesquisa qualitativa, aliada a entrevistas semiestruturadas, foi o método mais satisfatório e por que foi importante aproximar a atividade terapêutica da análise do discurso da pedofilia.

4.1. Pesquisa discursiva

A importância do contexto para a ADC reside no fato de que se compreende a linguagem como parte do sistema social. Dessa forma, é importante – para não dizer imprescindível, ainda que compartilhamos dessa ideia – que o analista de discurso busque um entendimento exaustivo do ambiente em que os falantes convivem. Sem essa investigação, pode-se fazer afirmações que não condizem com o significado dos enunciados.

Por outro lado, alguém poderia argumentar que uma pesquisa documental sobre determinado assunto seria satisfatória para se conhecerem os meandros de alguma comunidade de fala. Nessa pesquisa, bastaria conhecer a história do grupo

por meio de reportagens ou leituras que mostrassem a constituição e o funcionamento da sociedade. Todavia, para obter respostas mais emblemáticas, é necessário que quem pesquisa participe da vida do grupo estudado, sem se limitar a observar de fora (ver Angrosino, 2009, especialmente no capítulo 2).

Para Angrosino (2009), a pesquisa etnográfica é importante “para estudar questões ou comportamentos sociais que ainda não são claramente compreendidos”, bem como para “conhecer a perspectiva das próprias pessoas sobre a questão” (p. 36). Isso mostra que esse tipo de pesquisa tem como objetivo fazer chegar à luz situações que não são entendidas não somente a partir do olhar de quem pesquisa, mas, principalmente, com o entendimento das pessoas que vivem tal problema.

Antes de tudo, conhecer o contexto social ajuda a delimitar uma pesquisa e definir como o problema será abordado. O afastamento da convivência e as hipóteses preestabelecidas por quem pesquisa podem gerar resultados equivocados e afoitos. Por isso, é recomendado que haja uma efetiva aproximação da comunidade que vive a situação para, dessa forma, chegar-se a hipóteses apropriadas.

Para se aproximar das comunidades em que os fenômenos ocorrem, o pesquisador pode passar por situações difíceis. É necessária alguma aproximação com membros que possam inseri-lo no meio e fazê-lo sentir-se bem-vindo e livre de desconfianças. Afinal, é comum pessoas que oferecem contribuição para as investigações acadêmicas sentirem-se como uma espécie de cobaia. Dessa forma, a atitude de quem está conduzindo a pesquisa será imprescindível para quebrar esse possível afastamento e gerar a confiança necessária.

Pode-se perceber como essa dificuldade atinge os pesquisadores, mesmo no seu próprio âmbito de trabalho, a saber, escolas, universidades ou outras instituições – lugares onde se esperaria uma contribuição mais tranquila e natural –, por meio do trabalho de Telles (2005) publicado na revista *Linguagem e Ensino*. O próprio título escolhido pelo autor já mostra o clima que o pesquisador vai encontrar ao iniciar seu trabalho e entrar em contato com aqueles que poderão colaborar com sua tarefa, senão vejamos: “*É pesquisa, é? Ah, não quero, não, bem!*” *Sobre pesquisa acadêmica e sua relação com a prática do professor de línguas*. O autor escreve sobre professores que necessitam fazer pesquisa em ambiente de aula. Os que lhe estão respondendo são, teoricamente, colegas de trabalho. Dessa forma, já sabem do que precisa aquele que o procura para ajudá-lo em sua tarefa. Assim, o pesquisador poupa tempo em explicar como se faz a pesquisa, contudo, o possível colaborador já pode acenar com uma negativa.

Esse processo gera, sim, uma tensão muito grande no início da pesquisa. Uma grande ideia precisa ainda ser confirmada no momento em que o pesquisador busca

inserir-se em um determinado grupo social. Infelizmente, muitos alunos de graduação e pós-graduação são empurrados para o campo de pesquisa sem orientação básica, sem acompanhamento inicial de algum orientador mais interessado. Assim, têm que se aventurar sozinhos, quando o ideal seria dar o primeiro passo acompanhados de um profissional. Vejamos o que Telles (2005, p. 93) nos diz sobre isso:

Quantos alunos universitários realizam pesquisas? Quais cursos de licenciatura têm uma disciplina que inicie os alunos à prática da pesquisa? Há, também, uma dimensão ética de alguns pesquisadores da educação que invadem as salas de aulas com a parafernália de suas câmeras de vídeo, microfones, gravadores, questionários, tabelas de observação e tentam estudar o professor, seus alunos e suas didáticas, “pensando” que coletam dados válidos a respeito da prática pedagógica do professor.

Com suas palavras, Telles mostra a dificuldade de um iniciante realizar sua pesquisa de forma etnográfica. Com as ditas “parafernalias”, quem pesquisa não somente espanta o colaborador e passa-lhe um pensamento de sentir-se uma cobaia, como também fica evidentemente afastado do grupo que pesquisa. Isso porque uma das características da etnografia é a tentativa de fazer parte do grupo que se pesquisa; tentar ser parecidos com quem o integra, mantendo, devidamente, a ética sem que haja uma imposição. Por isso mesmo, Angrosino sugere que “a verdadeira etnografia depende da capacidade de um pesquisador de observar e interagir com as pessoas enquanto elas essencialmente executam suas rotinas do dia a dia”. Dessa forma, e somente dessa forma, pesquisadores que adotam a ADC poderão fazer interpretações aproximadas dos significados de frases, palavras, estruturas sintáticas e outras particularidades da língua.

Não somente no Brasil, mas também ao redor do mundo, percebe-se que a etnografia é uma prática adotada por diversos campos da pesquisa acadêmica. Pode-se compreender que um grande estímulo à utilização dessa forma de pesquisa se deu na antropologia e que, com o estímulo de Malinowski, aproximou-se aos estudos textuais. Os que se dedicam aos estudos da linguagem podem ter conhecimento disso por meio dos estudos de Halliday e Hasan (1985, especialmente o Capítulo 1: “Context of situation”, p. 3 a 14). Ao discorrerem sobre a importância do contexto e da perspectiva social para a compreensão do texto, afirmam que “Malinowski introduziu as duas noções que chamou contexto de situação e contexto de cultura; e ambas, ele considerou, são necessárias para a compreensão adequada do texto” (p. 7).

A partir daí, mostrou-se importante situar-se no contexto social das culturas que serão pesquisadas para que os resultados das análises fossem significativos, com

o objetivo de, como afirmou Malinowski, demonstrar uma “compreensão adequada”. Assim, temos vários exemplos de pesquisas, inclusive linguísticas, que utilizaram a prática etnográfica para chegarem a uma compreensão significativa dos seus dados.

Podemos verificar o exemplo de Hamilton e Barton (1999), que realizaram uma pesquisa etnográfica sobre práticas de letramento em uma comunidade específica. Para compreenderem bem o que significavam os discursos dos envolvidos, os pesquisadores se propuseram a conviver na comunidade e confrontar com a realidade editoriais escritos pela editora de um jornal local e cartas escritas por uma associação de moradores. Nesse trabalho, eles investigam panfletos confeccionados por associações da comunidade e entrevistam pessoas para confirmarem sua análise.

Na conclusão de seu trabalho, Hamilton e Barton apontam o seguinte:

O primeiro aspecto que apontamos é a importância de começar a partir das práticas socioculturais como forma de identificar textos relevantes para o estudo. Argumentamos neste trabalho que a pesquisa que pode integrar a análise de textos com a análise da prática sociocultural oferece uma poderosa estratégia para compreensão de um fenômeno como o letramento. (...) É o nosso conhecimento sobre suas práticas que molda a seleção de textos que escolhemos para estudar. No entanto, uma vez que já os temos, eles se complementam e enriquecem nossas outras fontes de dados. (Hamilton; Barton, 1999, p. 66)

Com o conhecimento e a experiência de pesquisadores que já passaram pela situação de expor seus dados e sua verificação, pode-se perceber a importância de começar o estudo de casos a serem pesquisados pela aproximação com a própria comunidade que se quer compreender. Segundo percebemos, os textos não somente serão iluminados pelo conhecimento da prática sociocultural, mas a prévia participação na sociedade e na cultura pesquisadas deverá ajudar na seleção dos textos que serão relevantes para a compreensão dos fenômenos a serem analisados.

Nesta pesquisa, não se busca caracterizá-la como etnográfica, todavia é importante enfatizar essa necessidade de aprofundamento do contexto social mesmo em uma pesquisa essencialmente discursiva. Sem o devido conhecimento da realidade social, o analista de discurso corre o risco de fazer afirmações que não correspondem à prática. Sendo assim, as aproximações com os grupos envolvidos no tema, sejam, nesse caso, famílias de abusados, terapeutas, agentes de justiça, jornalistas, organizações não governamentais e outras pessoas que tenham relação com o assunto pesquisado, são imprescindíveis para a compreensão e a explanação da prática social.

4.1.1. A busca pelo campo de pesquisa

Ressaltamos a necessidade de o pesquisador ser bem preparado para envidar esforços em uma boa estratégia de aproximação do grupo que vai colaborar com sua pesquisa. Isso envolve uma sensibilidade na escolha do campo de pesquisa. Por isso mesmo, Angrosino (2009) recomenda quatro pontos para que se faça uma boa escolha do local onde se vai empreender seu trabalho. Esses pontos envolvem necessidades acadêmicas, mas também pragmáticas:

- a) Escolha um lugar em que a questão acadêmica que você está investigando tenha a maior probabilidade de ser vista de forma razoavelmente clara.
- b) Escolha um campo comparável a outros que já foram estudados por outros pesquisadores, mas não um que já tenha sido excessivamente estudado.
- c) Escolha um campo com um mínimo de obstáculos “de acesso”.
- d) Escolha um campo no qual você não se torne um fardo para a comunidade. (Angrosino, 2009, p. 47 a 50)

Um pouco dessa tensão de buscar um local de pesquisa e do que pode acontecer durante o processo de pesquisa se pode perceber no relato de Viviane Resende na sua pesquisa sobre o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR):

A formação dos núcleos de base da Comissão Local do MNMMR do Distrito Federal está relacionada à atuação de *Júlia*, outra educadora do Movimento que participou da pesquisa, cujo envolvimento com o Movimento deu-se em visita à Comissão Estadual do MNMMR em Pernambuco. Ela já atuava com crianças e adolescentes em *Pequizeiro*, cidade satélite de Brasília, como educadora em uma ONG ligada à Igreja Católica. Quando voltou dessa viagem, integrou-se como militante no Movimento. A atuação de *Júlia* nessa ONG possibilitou seu acesso à creche *Espaço Criança*, em *Pequizeiro*, por meio de uma freira, coordenadora da creche. O trabalho realizado dentro dessa creche veio a ser o embrião dos núcleos que se espalharam no Distrito Federal. (...) Assim, iniciou-se o processo de nucleação na própria creche, com atuação de *Júlia* e um colega, ambos militantes e voluntários no Movimento. Entretanto, com a saída de *Irmã Márcia*, que “acreditava na organização dos meninos”, da coordenação do *Espaço Criança*, a sua substituição por um “coordenador bem radical, a primeira coisa que ele fez foi proibir as atividades” (entrevista com *Júlia*). O resultado foi a configuração de um núcleo de base independente da creche pequizeiro. (Resende, 2009, p. 102 a 103)¹⁹

¹⁹ A autora deixa claro que os participantes da pesquisa são referidos por meio de pseudônimo. Isso se aplica também às instituições e cidades, para resguardar as identidades envolvidas. Esses nomes estão assinalados na citação por itálico.

O relato de Resende sugere como pode ser tensa e delicada a pesquisa em um grupo em que se insere para buscar dados. As próprias pessoas que lhe dão legitimidade podem, em determinado momento, já não estarem mais presentes ali. Decorrendo daí um repentino rompimento de conexão. Situações há, portanto, que fogem ao controle de quem pesquisa. Dessa forma, em alguns momentos, o planejamento deverá ser repensado e refeito.

No início desta pesquisa, meu interesse liga-se a um fato acontecido em uma igreja de minha convivência, o que gerou uma curiosidade muito grande com relação ao fenômeno do abuso sexual a crianças e adolescentes. Assim, as leituras feitas de reportagens sobre o assunto, livros especializados e investigativos, e artigos acadêmicos levaram à descoberta de um problema psicológico significativo no violentador que gera a pedofilia e que, por conseguinte, também é gerado nos abusados e em sua família. Sendo assim, tomei a decisão de confrontar os relatos dessas ocorrências, que são múltiplos, com a avaliação psicoterapêutica de abusados e suas famílias. A ideia era verificar como o contexto discursivo pode sugerir as implicações psicológicas do fenômeno, e se isso realmente confirmaria a impressão dos relatos de que há realmente uma marca de silenciamento das vozes das crianças e de interdição dos temas de violência e sexo, contribuindo para a perpetuação dos abusos, fato que pode ser explorado pelos próprios violentadores.

Para tal investigação, entrei em contato com uma instituição, e a primeira impressão foi de uma recepção bem calorosa e que prometia uma parceria bastante convidativa. Todavia, o tempo passava e as promessas de marcarmos o início da colaboração para a pesquisa não se concretizavam. As notícias de que havia uma reestruturação na organização eram acompanhadas de um pedido por paciência e um adiamento de algumas semanas ou meses. Isso gerou um atraso na pesquisa, já que a espera se dava pela confiança alcançada nas conversas sobre o assunto e a afirmação de que o trabalho seria efetivamente bom para alertar famílias no sentido de amenizar o problema. Ficou a ansiedade pelo início e a frustração de ver o tempo passar. A decisão de buscar uma instituição diferente se deu quando, ao não mais obter respostas de mensagens eletrônicas e telefonemas, percebi que a postergação poderia estar ocorrendo por um melindre em dizer que não seria possível colaborar com a pesquisa. As hipóteses para isso podem ser várias. Entre elas, podemos vislumbrar que o grupo de psicólogos não se sentiu à vontade para colaborar, imaginando expor a instituição ou os que eles atendem. Na verdade, não é possível mais saber por que não foi possível. O que se aprende, nesse caso, é que não se deve perder tempo. Quando se percebe uma protelação de datas, deve-se buscar

outro lugar que ofereça abertura para efetivamente realizar a pesquisa e coletar e/ou gerar os dados necessários.

Em um momento posterior, um contato externo à instituição comunicou a minha frustração à responsável pela minha aproximação com a organização. Sua reação foi de que realmente seria muito bom realizar a pesquisa, tanto para mim quanto para eles; contudo, a alegada reestruturação não o permitiu naquele momento e, agora sim, faria contato comigo, o que não se concretizou até então.

Esse caso pode ocorrer com qualquer pessoa que se lance em uma pesquisa. O importante é manter a calma e buscar outros contatos. Não se deve deixar que a frustração seja maior que a ideia da pesquisa. Especialmente na ADC, as pesquisas geram dados significativos para as questões de resistência e denúncia do uso do discurso para abuso de poder (veja, por exemplo, Van Dijk, 2008A e 2008B). Assim, é importante que o pesquisador insista e não deixe as intempéries emperrarem sua ideia.

Uma boa recomendação para fazer contato com instituições, grupos sociais ou profissionais que lidam com os temas que se está procurando é manter contato com os outros pesquisadores com que se tenha contato e conhecer o tema baseado em leituras. Em muitos casos, o analista pode interessar-se por algumas situações por meio da imprensa. Não é difícil conseguir o contato do jornalista identificado na matéria e procurar um encontro para buscar contato com as fontes institucionais, o que pode facilitar a investigação. As instituições públicas que lidam com diversas situações também podem ajudar. Uma lista de organismos que o Estado oferece para lidar com os temas pode ser encontrada nas secretarias de governo. Também as mais variadas organizações não governamentais (ONGs) estão acostumadas a ajudar na investigação acadêmica sobre as situações com as quais lidam. Por fim, para o pesquisador que trabalha para cumprir uma exigência de pós-graduação *stricto sensu*, é sempre importante partilhar ideias com quem o está orientando. Assim, se algum direcionamento estiver sendo equivocado logo no início, com esse trabalho acadêmico em conjunto, pode-se reorganizar e ajustar o que for necessário.

4.1.2. Notas de campo: um recurso da pesquisa etnográfica

Para atender as necessidades dessa forma de levantamento de dados, os pesquisadores lançam mão de recursos que possam registrar os ambientes em que estiveram presentes, as impressões, as atitudes, ou seja, tudo que possa aclarar àqueles que não estavam nas situações vivenciadas, bem como fazer visualizar o convívio com o grupo, esclarecendo seus mecanismos sociais.

Dentro desses elementos que são utilizados pelos pesquisadores, encontramos a nota de campo. Ela, segundo Jean Jackson, varia muito, mas quem vai lançar mão desse instrumento deve defini-lo muito bem para que se saiba exatamente o que suas notas vão esclarecer (Jackson, 1993, p. 6).

Também sobre as notas de campo, Nancy Lutkehaus relembra as pesquisas de Malinowski e suas bases etnográficas para os trabalhos da antropologia – assim como o fazem Halliday e Hasan (op. cit.) –, ao descrever o trabalho realizado em conjunto com Camilla Wedgwood na vila de Manam, uma pequena ilha na costa nordeste de Papua Nova Guiné (Lutkehaus, 1993).

É importante também cuidar da ética nas pesquisas etnográficas e qualitativas. As notas de campo podem expor tanto pessoas como instituições. Dessa forma, vemos, segundo Flick, que “a integridade ética deve focar três aspectos: a qualidade científica, o bem-estar dos participantes e o respeito à dignidade e aos direitos dos participantes” (2009a, p. 52). Considerando esses aspectos discutidos por Flick, especialmente em seu comentário seguinte com relação à confidencialidade na redação do trabalho de pesquisa, resolvemos adotar nomes fictícios para a instituição, bem como para os terapeutas acompanhados e entrevistados.

A questão da confidencialidade ou do anonimato pode tornar-se problemática quando a realização da pesquisa envolver vários membros que compartilhem o mesmo ambiente. Quando o pesquisador entrevista diversas pessoas na mesma empresa ou vários membros de uma família, a necessidade de confidencialidade não ocorre apenas em relação ao público externo àquele ambiente. Os leitores do relatório não deverão ser capazes de identificar qual a empresa ou quais as pessoas que participaram da pesquisa. Com esse propósito, o pesquisador deverá alterar detalhes específicos para a proteção das identidades e tentar garantir que colegas não possam identificar os participantes a partir das informações que forneceram. (Flick, 2009a, p. 55)

Sendo assim, considera-se por bem, da mesma forma, não identificar, nas notas de campo, algumas pessoas pela sua função dentro da instituição pesquisada. Como vimos em Flick na citação anterior, até mesmo a própria identificação entre os entrevistados (tarefa difícil de conseguir, visto que os que trabalham juntos podem se conhecer profundamente e identificar a fala de cada um) é desaconselhada. Lançar mão de recursos que possam minimizar ao máximo esse ponto é o que o pesquisador deve fazer.

Exemplo dessa atuação pode-se encontrar na pesquisa feita por Viviane de Melo Resende. Ao verificar a situação de meninos e meninas de rua, ela tomou o cuidado de encontrar um nome fictício para a instituição em lide. Assim, nem mesmo o

local em que os profissionais trabalham e os menores que são atendidos poderiam ser identificados pelos leitores (ver Resende, 2009).

Outro ponto importante também observado com relação à ética na pesquisa, e como isso se dá na construção e no cuidado com as notas de campo, pode ser encontrado nas orientações feitas por Angrosino, a saber:

- Cuide para que cada ficha de notas (ou qualquer outro formato de registro mais conveniente) tenha cabeçalho com data, lugar e hora de observação.

- Procure registrar o máximo possível de trocas verbais palavra por palavra; nada transmite mais a sensação de “eu estive lá” do que as próprias palavras dos informantes.

- Use pseudônimos ou outros códigos para identificar os informantes a fim de preservar o anonimato e o sigilo – você nunca sabe quando pessoas não autorizadas vão dar uma espiadela furtiva. Um pequeno conselho vindo de amarga experiência pessoal: não torne o seu sistema de códigos complexo e obscuro a ponto de nem você ser capaz de reconstruir o elenco de personagens.

- Cuide para registrar os eventos em sequência: alguns pesquisadores gostam de dividir seu bloco de notas (o mesmo conselho vai para quem toma notas diretamente em computadores *laptop*) em horas ou até minutos para poderem assim colocar as ações exatamente em ordem.

- Mantenha todas as descrições de pessoas e objetos materiais em nível objetivo; tente evitar fazer inferências baseadas apenas em aparências. (Angrosino, 2009, p. 60)

A instituição, portanto, será identificada nesta pesquisa como Casa de Acolhida Terapêutica (CAT). É uma instituição que atende no âmbito do Distrito Federal e é gerida por uma secretaria de Estado. O atendimento se dá para menores até 18 anos incompletos (já que, ao completar essa idade, o indivíduo é considerado maior) que apresentem distúrbios de ordem comportamental e emocional. O CAT também atende e trata menores com problemas de linguagem e transtornos psiquiátricos. Além do atendimento com relação ao déficit de aprendizagem, a demanda é muito grande com relação a crianças e adolescentes que passaram por violência sexual ou familiar. Esse foi o motivo da aproximação com a instituição e do interesse por pesquisar nesse ambiente. O local fica em área que tem acesso fácil, com ponto de ônibus próximo, o que facilita a chegada de pessoas de vários lugares, sem exigir, assim, transporte particular.

O atendimento é gratuito e feito das 8h às 18h. É necessário que o responsável se identifique e leve comprovante de residência, bem como documentação da criança ou adolescente, mais especificamente certidão de nascimento. Há uma triagem feita com aqueles que vão ser atendidos. O agendamento respeita uma ordem de chegada, mas também pode ser verificada uma necessidade maior de urgência dependendo do

caso. Depois desse procedimento minucioso, a criança é encaminhada para o atendimento, que pode ser específico com relação à necessidade de quem está sendo atendido.

O CAT tem uma lista de espera com mais de 400 crianças e adolescentes precisando de atendimento. Como o centro também atende famílias que vêm de cidades que são próximas ao DF e que não contam com esse serviço especializado, a demanda se mostra maior do que a própria instituição pode oferecer.

Com relação a esse ponto, a situação fica mais ainda grave quando se sabe que os profissionais para o atendimento às crianças são em número de 15. Para o atendimento específico aos que sofreram abuso de ordem sexual, o número cai para oito.

As demandas dentro do DF não são poucas. Além das famílias que percebem a necessidade de seus filhos ou tutelados serem cuidados, as crianças e adolescentes são encaminhados com sua família por escolas, hospitais, conselhos tutelares e varas de infância e adolescência, bem como delegacias que tratam de tais casos no âmbito do crime já denunciado e investigado.

Ajuda a reforçar a compreensão de que a demanda é grande o depoimento, em conversa informal, de um dos terapeutas ao destacar que há muita gente necessitando de atendimento. Para compreender a dificuldade que eles próprios têm com relação à eficiência de seu atendimento, o desabafo informava que o encontro com uma criança naquele mesmo dia teve uma marcação de retorno para daí a dois anos. Esse comentário significa dizer que efetivamente o trabalho não pode ter um acompanhamento eficiente. O terapeuta em questão ainda disse que, mesmo sabendo da necessidade de visitas e de um acompanhamento constante, não há essa possibilidade por haver uma grande demanda e também um número insuficiente de profissionais que façam esse atendimento.

O ambiente, por outro lado, compõe-se de espaços bem arejados e com uma boa utilização de luz natural. Esse aspecto contribui para não o transformar em um ambiente sombrio e que sugira obscuridade no assunto tratado. As crianças são recebidas pelos seus atendentes com um sorriso e com palavras que abram para um relacionamento que oferece confiança.

As salas de atendimento são compostas por poucos móveis (mesa, cadeira para quem atende – por trás da mesa – e para responsável e criança ou adolescente). Não são grandes, o que indica que ali não é o espaço de trabalho do profissional (onde ele guarda seus pertences laborais ou até mesmo pessoais). Não há telefone nem computador de mesa. Esse aspecto também aponta que o referido espaço é

dedicado única e exclusivamente ao atendimento, com atenção especial às pessoas e ao caso em questão.

4.2. Pesquisa qualitativa

O método adotado de pesquisa qualitativa, neste caso, se dá pela necessidade de uma maior sensibilidade no trato com o assunto da pedofilia. Há inúmeras pesquisas quantitativas com relação ao tema. Elas são feitas de acordo com demandas específicas, como se pode ver, por exemplo, na pesquisa realizada por Habigzang *et alii* (2005). Sem dúvida, elas ajudam a compreender e mensurar quaisquer problemas, todavia o comentário de Flick a seguir nos dá uma ideia da necessidade de uma escolha pela pesquisa qualitativa em determinados estudos de relações sociais.

A mudança social acelerada e a conseqüente diversificação das esferas de vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais. Trata-se de situações tão novas para eles que suas metodologias dedutivas tradicionais – questões e hipóteses de pesquisa obtidas a partir de modelos teóricos e testadas sobre evidências empíricas – agora fracassam devido à diferenciação dos objetos. Dessa forma, a pesquisa está cada vez mais obrigada a utilizar-se de estratégias indutivas. Em vez de partir de teorias e testá-las, são necessários, “conceitos sensibilizantes” para a abordagem dos contextos sociais a serem estudados. (Flick, 2009a, p. 21)

E para que não reste dúvida sobre a pesquisa qualitativa e não se dê margem a uma incompreensão do termo “estratégia indutiva” utilizado por Flick, ele continua:

Contudo, ao contrário do que vem sendo equivocadamente difundido, esses conceitos são essencialmente influenciados por um conhecimento teórico anterior. No entanto, aqui, as teorias são desenvolvidas a partir de estudos empíricos. O conhecimento e a prática são estudados enquanto conhecimento e prática locais. (Flick, *idem, ibidem*)

A pesquisa qualitativa, portanto, exige um planejamento para conhecimento detalhado do contexto social da pesquisa. Isso vem ao encontro dos estudos do discurso, especialmente na análise de discurso crítica proposta por Fairclough (2001 e 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999).

De acordo com eles, o discurso faz parte do contexto social. Por ele se conhece a prática social e, mais ainda, a importância dessa compreensão reside no

entendimento de que o discurso pode ser transformado para que a prática social seja mudada, atingindo, dessa forma, o contexto social e os problemas detectados. Senão, vejamos o que sugere Fairclough:

O discurso pode gerar representações imaginárias de como o mundo vai ser ou deveria ser a partir de estratégias de mudança que, se alcançar a hegemonia, pode ser operacionalizadas para transformar esses imaginários em realidades. (Fairclough, 2006, p. 26)

Dessa forma, a ADC é motivada a encontrar um problema dentro de um contexto social referente a desigualdades, especialmente no tocante ao uso do poder, e pode, além disso, propor uma operacionalização do discurso que gere uma possível transformação, por exemplo, maior igualdade nas relações entre os atores sociais.

4.2.1. Entrevista semiestruturada

Além das estratégias de aproximação na observação do contexto social e das notas de campo, serão instrumentos de avaliação nesta pesquisa qualitativa as entrevistas semiestruturadas.

Essa forma de entrevista, que será utilizada para colher os depoimentos dos profissionais psicoterapeutas que trabalham no CAT, é pré-elaborada, mas deixa uma margem para que se possa incentivar o colaborador a produzir mais dados que favoreçam uma boa análise. Isso é importante em estudos do discurso porque sem uma quantidade de dados significativa é problemático traçar paralelos entre discurso e prática social, e, dessa forma, fazer uma análise consistente.

Muitas vezes, o pesquisador ou a pesquisadora limita o número de entrevistados que comporão sua análise e programa encontros com esse determinado número de pessoas que poderão colaborar. Todavia, algumas vezes, a entrevista não sai conforme o esperado e os dados mostram-se irrelevantes. Em que sentido isso pode ocorrer? Uma das razões pode ser a falta de empatia entre o pesquisador e o colaborador, podendo gerar respostas mais monossilábicas; também pode ocorrer por uma natural timidez de quem colabora, fazendo com que o pesquisador tenha que descartar os dados. Por isso, aconselha-se aos pesquisadores sempre buscar indivíduos que possam ajudar oferecendo entrevistas em número maior do que se busca ter no fim da pesquisa para que seja um número suficiente.

As questões elaboradas para serem feitas aos profissionais terapeutas do CAT buscam atender também às questões de pesquisa, a saber:

a) Como se caracteriza a interdiscursividade no discurso de abuso sexual contra crianças e adolescentes?

b) Como são construídas por meio do discurso as identidades de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?

c) Que elementos de construção de gênero social podem ser encontrados nos relatos dos atores envolvidos nos eventos terapêuticos?

Ao responder a essas questões, busca-se atender a investigação de que outros discursos constroem a realidade dos abusos sexuais a crianças e adolescentes, como são vistos ainda esses atores, e como a compreensão de gênero social influencia nesse processo.

As perguntas das entrevistas semiestruturadas com os terapeutas da instituição em que se pesquisou o tema são:

a) De onde você é?

b) Há quanto tempo vive aqui?

c) Quantos anos você tem?

d) Por que resolveu escolher essa profissão?

e) Conte como foram seus estudos.

f) Há quanto tempo você trabalha na profissão?

g) Onde você desenvolve seu trabalho?

h) Como você vê o seu trabalho?

i) Por que você resolveu seguir esse tipo de atendimento em sua profissão?

j) Quais são as maiores dificuldades para exercer essa tarefa?

k) Pode contar um pouco da experiência mais marcante para você?

l) Como foi a reação dos responsáveis?

m) Como se comportou a criança e o que ela falava sobre o ocorrido?

n) Que tipo de apoio você recebe da instituição em que trabalha?

o) Quais são os aportes oferecidos pelo governo para resolver o problema?

p) Quais são as dificuldades encontradas pelas crianças ao lidar com o fato?

q) Quais são as lacunas deixadas pela família que favorecem o/a abusador/a?

r) Qual é a diferença de tratamento com relação a meninos e meninas?

s) O que mais o/a impressiona no relato dos abusados? Por quê?

t) Na sua experiência, o que poderia ser feito para erradicar esse problema por parte da família e por parte do Estado?

u) Fale um pouco sobre as implicações no futuro da criança abusada e de sua família

v) Há mais algum fator importante que você gostaria de colocar?

Com o primeiro bloco de perguntas (de “a” a “e”), o propósito é traçar um perfil da colaboradora, mostrando um pouco da sua realidade de vida e, conseqüentemente, as possíveis inserções sociais que se possa ter.

Já no segundo bloco (de “f” a “j”), busca-se uma compreensão da visão da própria profissional com relação à sua ocupação, quais são as impressões do seu trabalho de forma geral e a importância e as dificuldades encontradas para exercer essa tarefa, especialmente no tocante ao tema da pesquisa.

Nas perguntas “k” a “m”, a terapeuta vai oferecer um relato de alguma experiência que mais deixou marcas em seu trabalho, vai falar da atuação dos pais e também de como a vítima se comportou e com que tipo de palavras falava do que lhe ocorreu em encontros com a terapeuta.

Por fim, o último bloco (de “n” a “v”) tenta encontrar no relato da terapeuta a especificidade do trabalho no CAT e um pouco mais da vida pessoal de quem foi abusado e também da implicação disso para a sociedade.

Nas entrevistas com psicoterapeutas que trabalham com casos tão delicados como esse, a saber, o abuso sexual de crianças e adolescentes, sabe-se que se trata de situações bem complicadas que podem gerar desconforto de ambas as partes. Um dos possíveis conflitos dessa ordem diz respeito ao sigilo das informações e ao receio de expor as vítimas e suas famílias. Dessa forma, os relatos dos colaboradores se aproxima ao que Van Maanen (1998) denomina “relatos impressionistas”²⁰. Sobre esse tipo de relato, ele afirma que:

Os relatos impressionistas permanecem quase um subgênero da escrita etnográfica. Eles são normalmente aproximados aos realistas ou talvez, com mais frequência, aos relatos confessionais. Quando relatos impressionistas dominam um texto, algo notável foi percebido, e esses textos são frequentemente muito discutidos. (Van Maanen, 1988, p. 106)

Com isso, é necessário ter o cuidado de não deixar o entrevistado encabulado ou de não ser invasivo no tocante a fazer comentários que não cabem a um

²⁰ Impressionist tales, no original em inglês.

pesquisador. Quanto a isso, Angrosino tem muitas sugestões para o entrevistador que são de importância relevante e que foram tomadas em conta nas entrevistas com os psicoterapeutas em questão, o que ele denomina “protocolo” (Angrosino, 2009, p. 63 a 65):

1. *Tente evitar interferir demais na narrativa.* Claro que isso não significa deixar de participar ou incentivar sempre. Mas não usar a entrevista para descarregar seus sentimentos ou posições sobre o assunto, muito menos sobre as atitudes ou opiniões dos entrevistados.

2. *Olhe as pessoas nos olhos.* Isso não significa encarar fixamente, mas também não quer dizer desviar o olhar para o nada, somente fitar o computador ou mexer continuamente no gravador.

3. *Tente controlar e evitar sinais não verbais indesejáveis* (expressões faciais de nojo ou desaprovação, por exemplo).

4. *Dê tempo para um bate-papo quebrar o gelo.* É necessário dar tempo para que se conheçam e que a entrevista não pareça um inquérito policial.

5. *Aceite hospitalidade quando oferecida.* Significa dizer que aceitar um pequeno lanche não prejudica em nada. Isso também se mostra uma maneira de criar empatia. Por outro lado, agendar uma entrevista em meio a uma grande refeição não é apropriado. Nesse caso, é melhor buscar um agendamento em momento mais propício.

6. *Esteja atento à condição de saúde do entrevistado.* Independentemente de sua urgência na agenda, não é necessário dizer que alguém fragilizado fisicamente não deve ser molestado com entrevistas. É uma questão de sensibilidade, que está acima de quaisquer necessidades de pesquisa.

7. *Faça o dever de casa!* Nesse ponto, Angrosino aconselha ao pesquisador a já estar bastante ciente de como funciona o local de pesquisa bem como ter uma ideia geral de como são as relações no universo a ser pesquisado.

8. *Personalize a entrevista!* É necessário que a pessoa dê seu toque pessoal à entrevista. A visão institucional pode ser coletada de documentação da organização. As entrevistas a pessoas variadas são importantes por isso.

Dessa forma, julgamos importante esse gênero discursivo de entrevista que gera um dado narrativo a ser analisado, especificamente com as técnicas utilizadas pela ADC. Elas são úteis no sentido de que “servem não somente para construir a identidade do narrador, ou melhor, do protagonista principal, mas também para atribuir

identidades, frequentemente negativas, aos outros participantes ou personagens da estória” (Hoffnagel, 2010, p. 71).

Para esta pesquisa, foram anexadas somente as partes utilizadas como referência, compondo um conjunto de citações. O corpo completo está disponível para novas pesquisas e apresentação de resultados. Além disso, evitou-se expor momentos na entrevista em que a empolgação com o tema levou a uma extrapolação na conversa, situação natural em assuntos de alto impacto, mas que devem ser objeto de maior cuidado por parte dos pesquisadores.

4.3. Seleção de dados

A escolha dos dados a serem analisados se deu em um caminho bastante longo e foi modificada à medida que surgiram necessidades e foram verificadas algumas dificuldades também, visto que se trata de um tema muito delicado. No envolvimento com pessoas, ainda mais sendo menores, torna-se demasiado cuidadosa a manipulação de dados e a conversa com crianças e seus familiares.

Em princípio havia, sim, a intenção de entrevistar crianças para que falassem do que se lhes ocorreu. Contudo, ao longo do caminho, foi percebido que, além de ser uma situação que, ao envolver até mesmo a própria Justiça, era demandado um conhecimento específico, a saber, na área psicológica especialmente no trato das vicissitudes do universo infantil.

Dessa forma, foi planejado entrevistar familiares e psicoterapeutas. O que evoluiu para somente fazer geração de dados narrativos com os profissionais terapeutas.

Em seguida, por já haver um trabalho com dados bibliográficos coletados que demonstravam, de forma bem satisfatória e atual, a visão da sociedade e sua atuação com relação aos casos de pedofilia (livros, entrevistas em jornais, matérias etc.) que foram trabalhados ao longo da pesquisa e apresentados em congressos, a estratégia foi utilizar esse material como apoio contextual.

Considerando que a pesquisa em arquivo é positiva nesses casos que geram dados impressionistas com pessoas, Angrosino afirma dentro de seus pontos positivos que “ela é geralmente não reativa. O pesquisador ou a pesquisadora não influi nas respostas das pessoas que deram a informação”, e também ela “é valiosa no estudo de assuntos que possam ser considerados difíceis ou delicados demais para serem diretamente observados ou questionados” (Angrosino, 2009, p. 71). Conclui, ainda, afirmando que “a boa pesquisa etnográfica depende de uma composição de fontes de observação, de arquivos e de entrevistas”. (*Idem, ibidem*).

No espírito de uma pesquisa que vise o contexto, deveria ser um caminho natural ao pesquisador, visto que ele procuraria conhecer o tema a partir primeiro de leituras, entrevistas, reportagens, literatura técnica e outros; em seguida, ao aproximar-se de uma instituição que trabalha efetivamente com o problema a ser pesquisado, faria observações e travaria conversas que lhe aclarariam mais os conceitos apreendidos; por fim, as entrevistas fariam essa finalização já com uma base para que sua análise tenha efeito.

4.3.1. A instituição e os contatos iniciais

Após a dificuldade encontrada na primeira instituição eleita para realização da pesquisa, foi necessário engendrar novos contatos para buscar uma outra instituição que pudesse favorecer uma investigação de qualidade. Em um primeiro momento, houve contato com pessoas também bastante solícitas que trabalhavam, sim, em uma instituição que atendia crianças abusadas e seus familiares. Todavia, em conversas mais aprofundadas, foi percebido que o atendimento se dava mais em âmbito de assistência social. O que não seria o foco da pesquisa. Ainda assim, uma indicação desses profissionais foi imprescindível para aproximação com pessoas ativas em uma outra instituição que é gerenciada pelo Governo do Distrito Federal.

Essa organização (denominada na pesquisa de CAT – Casa de Acolhida Terapeutica) conta com uma estrutura preparada para atender crianças e adolescentes que sofrem com problemas de ordem de aprendizagem, mas também (e os casos são muitos) aqueles que passam por violência física e sexual. O encaminhamento, como vimos acima, pode se dar por iniciativa da família – mas esses casos são infinitamente menores – ou por indicação de instituições como hospitais, delegacias, escolas e conselhos tutelares.

Menos de 10 profissionais fazem o atendimento ao grande número de crianças e famílias que procuram atendimento no CAT. Pela grande demanda, o intervalo de tempo para retorno é muito grande, o que dificulta um acompanhamento mais significativo.

A receptiva e a abertura para a pesquisa foram bastante positivas. Desde os profissionais responsáveis pelo corpo de psicoterapeutas, até a direção no esforço para visar os documentos necessários e exigidos pelo comitê de ética.

Este – o novo (visto que atua desde somente o início de 2012) comitê de ética –, comparando-se ao comitê conhecido, com o qual já muitos trabalhos foram realizados dentro do âmbito da análise de discurso crítica, não somente por mim, mas por muitos outros colegas pesquisadores, após avaliar o primeiro pedido de aprovação

da pesquisa, apontou diversas pendências estranhas ao âmbito de um trabalho discursivo. Essa dificuldade teve que ser superada com paciência e tentando compreender as solicitações do comitê, para que os prazos não ficassem ainda pior depois da perda de contato com a primeira instituição escolhida e abandonada.

Após a aprovação do comitê, as entrevistas com os profissionais terapeutas foram agendadas e o processo foi iniciado para gerar os dados com as narrativas dos colaboradores daquela instituição.

4.3.2. Dados das colaboradoras

O capítulo analítico sobre as entrevistas (parte 3, capítulo 5) será iniciado com a devida inclusão das especificações das colaboradoras terapeutas. Será constante do local de nascimento, do tempo em que vive no local da entrevista (a saber, Brasília), a idade, o motivo pelo qual escolheu a profissão, um relato sobre os estudos, o tempo de trabalho nessa tarefa específica, como a colaboradora vê seu trabalho, por que resolveu escolher esse tipo de atendimento e quais são as maiores dificuldades para exercer essa tarefa.

As colaboradoras também foram instruídas sobre a pesquisa, inclusive tiveram a possibilidade de desistir após as orientações, por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo modelo se encontra em anexo (Anexo 9).

4.4. Operacionalização

Desde o início da pesquisa, a partir da tomada de consciência do problema ocorrida em uma situação aproximada, houve um início de leituras em materiais que se apresentavam por meio de pesquisa em literatura específica e também temas que surgiam através da mídia.

Considerando a necessidade de haver uma análise do contexto social, ou seja, com base em depoimentos em entrevistas semiestruturadas e notas de campo, conforme vimos anteriormente (especialmente em 4.2.1. – Entrevista semiestruturada), foi selecionada uma instituição que pudesse oferecer facilidade de contato com seus profissionais terapeutas para colaborar com depoimentos sobre o tema.

As entrevistas foram gravadas e digitadas de acordo com uma padronização de transcrição, de forma que facilite, na leitura, o reconhecimento de processos verbais. Após a geração desse texto que reproduz o discurso do colaborador, passou-se, então, à análise de acordo com o método da ADC. Esse é um processo que não demanda excesso de recursos financeiros, contudo, é necessário dedicação para

satisfazer o trabalho de transcrição. Logicamente que, se o pesquisador não dispuser de tempo, a tarefa pode ser paga, o que vai exigir um investimento em dinheiro para remunerar um profissional para fazê-lo.

4.5. Categorias de análise

Dentro da ADC, não se deve encerrar a análise a algumas categorias específicas porque os dados em alguns momentos apontam para surpresas e surgem situações que demonstram outros resultados significativos. Contudo, a partir de uma análise prévia, o pesquisador detecta os dados que mostram as ocorrências que demonstram na maior parte as hipóteses encontradas depois de conhecimento das práticas discursivas e do contexto de situação.

Assim, para percebermos as especificidades do discurso relativo à pedofilia, queremos apontar os gêneros discursivos, as identidades envolvidas e, no discurso propriamente dito, as ocorrências relativas à seleção lexical e à intertextualidade, bem como as ocorrências de identidade.

4.5.1. Seleção lexical

Neste item, são analisadas as palavras escolhidas que podem favorecer ou desfavorecer e até que possam sugerir significados novos ou construídos objetivamente. Ainda nesse campo, Magalhães orienta que é importante considerar a exploração de itens lexicais de um campo semântico específico.

Para ela, quando novas palavras são criadas, novos significados são construídos e novos itens lexicais são codificados. (Magalhães, 2005, p. 189). A exploração de determinadas palavras dentro de um campo semântico específico também é relevante para a análise. Há, como afirma Fairclough (2001, p. 236) recobrando Kristeva (1986), “formas significativas de significar domínios particulares de experiência, o que implica ‘interpretar’ de uma forma particular, de uma experiência teórica, cultural ou ideológica particular”.

Pode-se afirmar que há a dificuldade da quantidade de palavras reconhecidas no léxico de determinada pessoa. Todavia, a utilização das palavras que ela tem lexicalizadas é a demonstração da sua escolha. É, portanto, a retomada de um contexto em que essa palavra foi absorvida e aponta para uma decisão em sua seleção. Esse é o fator importante no reconhecimento da seleção lexical como uma modalidade imprescindível na análise de discurso crítica.

Significa dizer que, no campo da semântica e da pragmática, o falante vai recorrer a grupos específicos de palavras, e dentro desses grupos, recorrerá a

palavras específicas para mostrar seu pensamento. Esse processo sempre leva em consideração o que seu grupo de falante considera significar determinado signo:

O próprio pensamento é um signo, que remete a um outro pensamento, o qual é seu signo interpretante. Esse último remete ainda a um outro pensamento que o interpreta, em um processo contínuo e indefinido. (Armengaud, 2006, p. 27)

Essa será a maneira de utilização da ADC como base teórica na análise desta pesquisa, para compreensão da prática social e da prática discursiva, a partir dos contextos verificados. Como método, também, foi utilizada a pesquisa qualitativa com entrevista semiestruturada, conforme será abordado adiante no detalhamento do trabalho para a geração do *corpus*.

4.5.2. Intertextualidade / interdiscursividade

Podemos afirmar que nenhum texto surge de nada. Eles sempre vão remontar algum outro discurso, visto que estão intrincados de relações por fazerem parte de um contexto social, o qual também abarca uma prática discursiva (Bentes, et. al., 2007). Dessa forma, podemos perceber o conceito de intertextualidade trazido por Izabel Magalhães:

A intertextualidade é a propriedade que apresentam os textos de serem constituídos de fragmentos de outros textos, que são referidos explicitamente ou incorporados de forma implícita. Esses outros textos podem ainda ser assimilados, ecoados e refutados. A intertextualidade ressalta a historicidade dos textos, na medida em que eles se acrescentam a “cadeias de comunicação” já existentes constituídas de textos prévios. Com relação à distribuição, a intertextualidade permite compreender as cadeias textuais a que os textos estão vinculados, passando por transformações relativamente previsíveis, por exemplo a transformação de enunciados de políticos em notícias transmitidas nos jornais impressos e na televisão. (Magalhães, 2000, p. 90)

De acordo com o conceito, a intertextualidade não versa diretamente sobre um texto que foi citado explicitamente, isso pode se dar de forma sutil. Pode ocorrer no que se chamam as entrelinhas. O texto de outrem pode ser utilizado, inclusive, de forma subjetiva ou inconsciente.

Fairclough também esclarece que os textos podem ou não ser “reacentuados”; eles são ou não afetados em seu tom prioritário (por exemplo, irônico ou sentimental)

no texto adjacente (Fairclough, 2001). O que se apreende disso é que a intertextualidade não precisa ser utilizada necessariamente para uma crítica, mas também pode ocorrer para enfatizar uma abordagem. Sobretudo porque a utilização de um outro discurso pode ser feita diretamente, indiretamente, de forma livre ou utilizando-se de uma narrativa anteriormente produzida (Fairclough, 2003, p. 49)

Maria Lília Dias de Castro, ao estudar Bakhtin e a intertextualidade, afirma que “a segunda voz, uma vez instalada no discurso do outro, entra em hostilidade com o seu agente primitivo e o obriga a servir a fins diametralmente opostos. O discurso se converte em palco de luta entre duas vozes” (Castro, 1997: 130). Isso fica mais latente ainda quando a instalação no discurso se dá por meio da ironia. Um discurso denominado por Bakhtin de bivocal é eivado de palavras de duplo sentido, o que é uma característica do discurso irônico.

Em seu trabalho, Maria Lília de Castro define a ironia da seguinte maneira:

Pode-se entender o texto irônico como o resultado de uma operação dedutiva de contradição ou contrariedade em que se recupera o elemento pressuposto como a verdadeira expressão da significação. (*Idem, ibidem*)

Pela ironia, percebe-se que o enunciado está querendo reafirmar o que se disse, contudo com a sutileza de demonstrar que aquela não é uma verdade inquestionável ou irredutível, ou seja, o discurso irônico contribui para a quebra dos paradigmas e dos axiomas estabelecidos pela sociedade na qual se está inserido.

Deve-se ressaltar que há divergências sobre o conceito de intertextualidade. Há o conceito de interdiscursividade, que considera somente a relação entre tipos de discurso ou gêneros de discurso, que pode ser recobrado em Pêcheux (1998); contudo, consideraremos a ideia de intertextualidade como “a relação histórica que é estabelecida entre um texto e outros textos que são parte de seu contexto social imediato ou distante” (Magalhães, 2005), ou seja, uma intertextualidade vertical.

O conceito de interdiscurso pode evocar o que Bakhtin diz sobre polifonia. O autor pode até mesmo chegar a conclusões diferenciadas de pontos de vista revisitados, mas, ainda assim, sua ideia não surge do nada:

O que caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas esse regente é dotado de um ativismo especial, rege vozes que ele cria ou recria, mas deixa que se manifestem com autonomia e revelem no homem um outro “eu para si” infinito e inacabável. Trata-se de uma mudança radical da *posição do autor* em relação às *pessoas* [grifos do autor] representadas, que de

peças coisificadas se transformam em individualidades. (Bezerra, 2010, p. 194)

O que se percebe, portanto, é que, para Bakhtin, há uma escolha consciente do falante ao selecionar entre seus argumentos aqueles com os quais mais se identifica. Esse processo é complicado e envolve relações de poder, gênero, racismo e outros (ver, por exemplo, Van Dijk 2008a e 2008b).

4.6. Considerações finais

A definição do método de pesquisa é o que norteia o trabalho de análise. É um processo que exige conhecimento dos instrumentos que podem ser utilizados para uma pesquisa significativa na operacionalização dos dados que compõem o *corpus*.

A partir da definição do método e das teorias utilizadas, passamos a conhecer os dados que fazem parte do objeto de pesquisa e, assim, analisar com base no planejamento traçado metodologicamente.

PARTE 3 – ANÁLISE

CAPÍTULO 5 – Análise das entrevistas

Após um panorama da situação de abuso sexual contra as crianças e conhecer a teoria e o método com os quais os discursos terapêuticos serão analisados, chega o momento de nos debruçarmos sobre as entrevistas. São os discursos terapêuticos que nos vão dar uma mostra significativa desse contexto para a análise a ser feita nesta pesquisa.

As entrevistas com as oito colaboradoras fazem parte dos anexos e estão transcritas de acordo com as convenções para transcrição apresentadas na parte inicial desta tese.

Aleteia, Bete, Carmem, Dora, Elis, Fabiana, Gabriela e Helena são nomes fictícios – escolhidos pelas próprias colaboradoras a partir da letra de sua ordem de entrevista – de profissionais que trabalham na terapia de crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual e de suas famílias. Esse trabalho terapêutico também é oferecido a adolescentes que cometem abusos sexuais a outras crianças, os chamados ofensores.

Analisar discursos advindos de entrevistas, para a Análise de Discurso Crítica, significa que textos que fazem parte de uma prática social vão nos mostrar como o contexto funciona com relação àquela situação analisada. Dessa forma, pode-se afirmar que o discurso está inserido em uma prática social, que pode moldar, também, a maneira como o indivíduo se manifesta discursivamente. Esse círculo em que está inserido o discurso envolve evento social, prática social e estrutura social. O que se pode perceber como fator de conexão entre esses eventos abstratos é a linguagem, pois está inserida em cada nível e traz significação a cada manifestação discursiva. Essa relação pode ser percebida no quadro produzido por Fairclough, conforme vemos abaixo:

Quadro 3 – A linguagem nos níveis sociais (Fairclough, 2003, p. 24)

Estruturas sociais	<i>linguagens</i>
Práticas sociais	<i>ordens de discurso</i>
Eventos sociais	<i>textos</i>

As práticas sociais fazem parte de um nível em que a relação entre os participantes acontece. Nesse nível, portanto, acontece a articulação dos discursos com elementos não discursivos, nos quais estão inseridos (a) a ação e a interação, (b) as relações sociais, (c) os indivíduos (crenças, atitudes, histórias etc.), (d) o mundo material, (e) o discurso em si mesmo (cf. Fairclough, 2003, p. 25). Assim, Fairclough afirma que:

Eventos sociais são formados por (redes de) práticas sociais – práticas sociais definem formas particulares de ação, e embora eventos atuais possam divergir mais ou menos dessas definições e expectativas (porque elas transitam por diferentes práticas sociais, e por causa dos poderes de agentes sociais), eles ainda são parcialmente formados por eles. (Fairclough, op. cit., p. 25)

Dessa forma, percebe-se que o discurso inserido na sociedade, no contexto social, é uma parcela do próprio funcionamento das relações que compõem esse grupo social. Analisar as entrevistas, portanto, é uma forma de nos apercebermos da situação vivida no contexto dos terapeutas com relação aos casos de abuso sexual a crianças e adolescentes. Como vimos em Fairclough acima, o discurso nos aponta, também, como se dão as relações sociais, quais são as identidades envolvidas, que discursos transversos se apresentam a partir desses.

5.1. Observações

Alguns fatores dos momentos das entrevistas e também das passagens pela instituição em visitas, conversas para agendamento das conversas, bem como de audiências para explicação da pesquisa e como se dariam as coletas dos dados necessários serão explanados nesta seção. Será apresentada uma visão do local e um pouco de como acontece o funcionamento do CAT.

Em um breve relatório solicitado para conhecimento de como funciona a instituição, foram informadas os atendimentos e as atividades que fizeram parte de 2011. O documento dá uma ideia de como funciona o Centro de Atendimento Terapêutico com relação ao tipo de atendimento que realiza, bem como da quantidade de pessoas que recebe. É bom salientar que, pelo fato de ser o único centro especializado do Distrito Federal em atendimento a crianças abusadas, o número de pessoas que o procuram aumenta a cada ano.

Os números apresentados no relatório, intitulado *Atendimentos/atividades realizadas em 2011*, são:

Entrada de usuários no programa por mês:.....	45 usuários (média)
Pré-acolhimento ²¹ :.....	394
Acolhimento PAV ²² :.....	241
Notificações:.....	11
Atendimentos (procedimentos técnicos-ano-total):.....	2.960
Usuários atendidos diversas especialidades-ano:	839
Demanda reprimida (2010):.....	218
Demanda reprimida (2011):.....	185
Total de demanda reprimida:.....	403
Capacitação ofertada pela equipe do PAV:	3
Reuniões de supervisão:.....	34
Pesquisa:	1 ²³
Artigos científicos:	2
Alta do PAV:.....	351

O ambiente visual do CAP busca dar um acolhimento aos usuários no sentido de que se sintam em um local acolhedor. Há muitas imagens que estimulam a uma convivência harmoniosa e que mostram o lugar como familiar e bastante ofertador de carinho.

Um quadro é colocado perto de uma sala de espera chamado “Cantinho da oração”, contendo reflexões bíblicas e palavras religiosas de incentivo àqueles que procuram solução para situações difíceis.

Outro quadro dedicado aos funcionários com o nome de “Mural do servidor”, em que se afixam avisos funcionais, apresenta uma página com elogio de usuário ao atendimento dispensado pelos profissionais aos seus filhos com problemas psiquiátricos. Iniciativa do próprio responsável pelas crianças.

O local é sempre bastante frequentado. Muitas crianças circulam pelo local acompanhadas de seus responsáveis, mas ainda se pode encontrar adolescentes mais velhos indo sozinhos para acompanhamento terapêutico. Os funcionários sempre se mostram solícitos e pacientes. Não o digo somente no tratamento comigo para solução das questões relativas à pesquisa, mas, sobretudo, de uma percepção pessoal com relação ao contato com esse público que passa pela instituição.

²¹ O pré-acolhimento é o momento em que a pessoa faz uma espécie de triagem, em que sua situação é mais detalhadamente avaliada para que seja encaminhada ao local e ao especialista mais bem indicado para sua situação.

²² Trata-se do programa que atende vítimas específicas de violência.

²³ Grupo multifamiliar de ofensores sexuais e grupo multifamiliar de vítimas de abuso sexual em meninos.

No atendimento dos casos de violência infantil, inclusive dos abusos sexuais a crianças e adolescentes, encontram-se profissionais das áreas de assistência social, psicologia, pedagogia, psicopedagogia, enfermagem e psiquiatria (sendo este o único homem da equipe). O grupo também conta com um técnico-administrativo que faz o trabalho de secretaria com relação a atendimento, arquivo, documentação e outras demandas do campo administrativo.

Os profissionais terapeutas são demasiadamente ocupados. Por esse motivo, encontrar um tempo para a entrevista foi muito difícil. Com a maioria delas, só foi possível agendar em horário muito cedo, antes de iniciar o expediente, ou mesmo aproveitar o horário de almoço dos profissionais, para não atrapalhar agendamentos e demandas dos usuários.

Foi nesse ambiente e com essas demandas relatadas que as entrevistas ocorreram. Apesar de tudo, a disponibilidade em ajudar e o sentimento de estar colaborando para algo que se considerava importante para o trabalho em prol da minimização dos problemas relativos ao abuso sexual contra crianças e adolescentes foi percebido em cada terapeuta.

5.2. Entrevistas

As entrevistas foram feitas no próprio ambiente do CAT. No momento que havia sido agendado, a própria colaboradora selecionava uma sala que não estava sendo usada para que o trabalho pudesse ser feito. Nem sempre era fácil encontrar um ambiente livre para a realização da pesquisa. Em alguns casos, houve interrupção, mas sempre foi possível retornar e terminar suficientemente.

Os contatos anteriores puderam favorecer o momento da entrevista, no sentido de que a participação em algumas reuniões e as conversas com as terapeutas favoreceram o conhecimento e a confiança.

As respostas às questões duraram cerca de uma hora. Tudo foi gravado com o dispositivo do telefone celular. Assim que o gravador estava preparado, era deixado em cima da mesa e o contato com ele se dava somente se houvesse necessidade de parar a entrevista por alguma interrupção inesperada. Dessa forma, a conversa se dava de forma próxima ao informal, favorecendo a quebra da tensão e uma descontração por parte da colaboradora.

Cada terapeuta entrevistada foi orientada a escolher um nome com a letra a qual se relacionava com sua posição na entrevista. Significa dizer que a primeira a ser entrevistada escolheu um nome fictício iniciado pela letra a, e assim por diante, até que a última escolhesse um nome com a letra h (foram oito entrevistas selecionadas

para a análise). Esse processo foi escolhido para que mantivesse a relação cronológica e, ainda assim, preservasse a identidade da colaboradora.

A formulação das questões de entrevista de acordo com a modulação semiestruturada também busca deixar pesquisador e colaborador livres para acrescentar ao trabalho dados que possam emergir na conversa ou mesmo direcionar a entrevista de forma a quebrar alguma tensão que possa haver.

Passaremos às entrevistas e às análises dos dados de cada uma, enfatizando as ocorrências dentro das categorias analisadas. Antes das análises, inclui-se um breve relato das particularidades de cada colaboradora. Constarão, para conhecer melhor as identidades de cada uma, idade, local de origem, um pouco da infância e dos estudos, além da escolha da profissão.

5.2.1. Aleteia

Aleteia mostrou-se bem aberta a colaborar com a pesquisa respondendo as questões. É uma pessoa perceptivelmente muito ocupada e bem envolvida com a instituição para além do seu trabalho. Isso foi observado especialmente porque, apesar de sua predisposição em colaborar, havia pouco espaço de tempo para uma dedicação exclusiva ao momento da entrevista. Mas, com paciência, um dia deu certo.

Ela é nativa do estado do Ceará e vive em Brasília há 21 anos (na época da entrevista). Por esse motivo, considera-se já uma brasiliense, já habituada ao clima da cidade, tendo comentado, especialmente, o nível de umidade hostil.

Relatou a idade de 51 anos e mostrou-se uma pessoa bem relacionada com os estudos desde a tenra idade. Inclusive, a escolha do seu nome fictício se deu por seu conhecimento da língua grega. Enfatizou que “aleteia” significa “verdade”.

Seu caminho dos estudos até a escolha da profissão foi relatado por ela como uma forma de construção. Para ela, a convivência leva a construir um desejo, à escolha de uma vida profissional que seja ideal para si. Nesse caminho, o pai e uma irmã foram importantes no incentivo aos estudos e à escolha da profissão. Os relatos do pai sobre a atuação dos profissionais da área de assistência social foram significativos para a admiração que se criou em torno do trabalho. Além disso, o respeito pela figura do pai fez com que ela o ouvisse e considerasse suas orientações.

Relatou que é a 17ª filha de uma prole de 19. Por isso, acabou sendo, de certa forma, cuidada pela irmã mais velha, que tinha colegas que trabalhavam na LBA e que se tornaram exemplo de atendimento assistencial. Isso incentivou a buscar se inserir nesse mercado de trabalho: idealizado pelo pai e relatado pela irmã mais velha.

Após o vestibular, chegou a trabalhar com o pai na construção civil. Pôde orgulhar o pai, que era líder sindical, conciliando greve e mediando relação entre patrão e empregados. Na época da entrevista, já contava 18 anos de profissão. O envolvimento com abuso sexual contava cerca de 7 anos.

Aleteia é também formada em teologia, o que acabou gerando uma conversa mais amíúde sobre o tema e favoreceu mais confiança para a partilha de dados. Dessa forma, a colaboração da assistente social foi bem extensa e gerou dados significativos.

5.2.2. Bete

Bete, além de atender as crianças abusadas e suas famílias, também coordena a equipe da Casa de Acolhida Terapêutica (CAT). Ela é de Pernambuco e vive em Brasília (na época da entrevista) há 30 anos.

Sua formação foi em universidade pública, na área de serviço social, com especialização em terapia familiar, o que a habilitou para trabalhar com famílias e crianças abusadas.

Ela relatou ter 47 anos de idade e afirmou não saber bem como escolheu o curso de serviço social. Transferiu-se de Pernambuco para Brasília, portanto, já teria vindo com a faculdade iniciada.

Seu contato com o trabalho de assistência social e a dedicação a crianças se deu já no seu primeiro emprego. Dessa forma, percebendo que no trato com os infantes seria necessário e até imprescindível o contato com a família, Bete resolveu aperfeiçoar-se no trabalho com famílias, para que tivesse mais recursos e pudesse oferecer um suporte maior. Assim, hoje, dedica-se à terapia familiar.

Na área familiar, Bete se especializou em verificar situações de violência que envolvessem crianças a adolescentes. Ela relatou que esse trabalho surgiu por necessidade, visto que o CAT atende nas áreas da saúde, assistência e educação, mas as demandas para situações de violência eram muitas. A instituição foi aumentando a necessidade de assistência em saúde mental, em detrimento das necessidades educacionais.

Bete disse que é necessária a realização de outros cursos que complementem a formação para além do que se faz na universidade. A demanda no trabalho mostra essa necessidade. Assim, tudo no CAT se foi construindo aos poucos. A procura por formação extra e a prática com as assistentes sociais que já trabalhavam há algum tempo e tinham experiência de atendimento.

Ela se formou em 1987, e logo após foi trabalhar em uma instituição que se localiza em uma cidade de Brasília mais carente e populosa. Seu trabalho sempre girou em torno de atendimento a crianças e familiares, e sobre isso ela faz questão de enfatizar que se sente muito feliz pela área em que trabalha.

5.2.3. Carmem

Carmem é do interior de Goiás e vive em Brasília há 33 anos (na época da pesquisa). Além do maior tempo de vivência na capital federal, sente-se mais brasiliense que goiana por sua afinidade com a terra em que vive.

Ela tem 42 anos de idade (na época da entrevista), e é formada em psicologia. Mesmo tendo dúvida no início se seguiria esse caminho ou a medicina, tinha certeza de que queria trabalhar com crianças e adolescentes. Relatou que, desde seu primeiro contato com a área, ficou apaixonada e decidiu seguir e aperfeiçoar o atendimento a essa parcela da sociedade.

Carmem tem formação em terapia comportamental e especialização em psicopedagogia e em terapia de família. Sua busca por especializar-se nessas áreas se deu pela necessidade do seu trabalho de atendimento a crianças e seus familiares. Além do seu trabalho no CAT, Carmem também atende em consultório particular, onde se depara com casos de autismo, psicose, dislexia e violência.

Ela mostrou que a evolução no atendimento da instituição se deve muito ao próprio interesse das terapeutas. Elas mesmas procuram especialização no assunto e dão sugestões para melhoria no atendimento.

Assim, segundo sua visão do próprio ambiente de trabalho, há uma preparação para detectar os problemas vividos pelas crianças por mais encobertos que estejam. Pode-se perceber as situações de negligência, de maus-tratos, além dos abusos e da violência que estão ocorrendo em alguma família.

Sua experiência conta com 20 anos de trabalho com tratamento especialmente com crianças, problemas de rendimento escolar, falta de atenção, agressividade e relação com a família.

5.2.4. Dora

A quarta colaboradora da pesquisa com a entrevista foi Dora. Ela é uma pessoa bastante experiente, que tem atuação na área de educação e de saúde. Como sua especialidade é deficiências em geral – intelectual, física, auditiva –, trabalhou inclusive coordenando equipes de avaliação nessa área.

Esse trabalho realizado na coordenação desses grupos avaliativos consistia em inspecionar organizações não governamentais que cuidavam de problemas de deficiências com crianças e adolescentes. Desse trabalho, Dora foi selecionada para o CAT, onde está lotada no grupo que é responsável por atendimentos psicológicos há cerca de dez anos.

Dora é nascida no estado de Goiás, e já está residindo na cidade sede do CAT há mais de 30 anos. Na época da entrevista, relatou ter 52 anos.

Seus estudos foram direcionados ao magistério. Logo em seguida à sua formação, na sua cidade natal, trabalhou no próprio colégio onde se formou dando aulas. Assim, veio para Brasília para lecionar e cursou a faculdade de pedagogia, o que a levou, após isso, a se especializar em atendimentos a casos de deficiência.

5.2.5. Elis

A quinta entrevistada é nascida em Brasília mesmo. Relatou ter 51 anos e ter vivido na cidade a vida toda.

Elis explicou sua escolha pela profissão dizendo ter feito uma avaliação de exclusão. Foi percebendo o que não queria fazer, que escolheu uma profissão que lhe aproximasse mais da saúde – campo do qual ela gosta bastante – e do relacionamento com pessoas – pela facilidade de ouvir, como ela mesma reconheceu em si.

Sua paixão pela área da saúde e relacionamento com pessoas a fez aceitar um trabalho em um hospital, convidada por um projeto realizado pela faculdade. Assim, iniciou-se na tarefa da psicoterapia. Crianças internadas podiam receber ajuda terapêutica de uma equipe de estudantes de psicologia.

Essa experiência, inclusive com participação em reuniões de equipe no hospital para discutir casos de crianças atendidas, a fez perceber a importância desse conhecimento em sua formação acadêmica e profissional.

Assim, Elis considera que essa sua participação nesse projeto lhe trouxe uma gama de conhecimento grande e é base para seu trabalho no CAT, apesar de ter relatado que já teve um consultório montado por cerca de 10 anos. Todavia, afirma que sua preferência é trabalhar com saúde, com criança e com a questão das deficiências.

Elis trabalha com saúde há 27 anos, e está há 17 no CAT. Conta que está a quatro anos da sua aposentadoria e que a experiência no CAT, apesar de assustadora no início, foi a que lhe trouxe muito prazer de trabalhar e de ver o progresso das crianças com as quais trabalha.

Ela se mostrou bastante interessada, articulada e conhecedora dos mecanismos de funcionamento da instituição em que trabalha, compreendendo o envolvimento com outros órgãos do governo e as implicações burocráticas.

Elis também é uma pessoa perceptivelmente muito procurada na instituição. Sua entrevista foi interrompida por três vezes. Todavia, sua disposição em colaborar foi sempre maior que qualquer possível desistência. Ela sempre se mostrou decidida a terminar seu depoimento, incentivando o próprio pesquisador com muita paciência.

5.2.6. Fabiana

A colaboradora de número seis escolheu ser chamada de Fabiana. Declarou 34 anos como idade e nasceu em Brasília mesmo.

Quanto a sua formação, Fabiana disse que sempre quis trabalhar na área de saúde. Afirmou que seu sonho era ser dentista, por isso prestou vestibular para odontologia, mas não conseguiu ser aprovada nas oportunidades que tentou entrar para a faculdade dessa especialidade.

Assim, Fabiana escolheu psicologia, ainda sem saber certamente do que se tratava, mas, atraída por ser algo que, de alguma forma, trataria as pessoas. Foi aprovada e se sentiu, na palestra sobre o curso oferecida pela universidade, em meio a jovens felizes por estarem realizando seu sonho, como alguém que “caiu de paraquedas”.

Na palestra, a possibilidade de trabalhar com pacientes da oncologia a fascinou. Ela relatou que no momento pensou: “Aqui é meu lugar”. A partir daí, a psicologia hospitalar foi seu objetivo.

Nesse caminho, Fabiana planejou uma residência em São Paulo, a qual oferecia preparação para a sua área escolhida. Todavia, ela se casou e não levou a diante o plano de sair da cidade. Assim, passou em concurso para a área organizacional, com especialização em recursos humanos, mas foi alocada no setor de saúde, para trabalhar na área clínica. O que possibilitou trabalhar com situações de problemas de família.

Fabiana pôde conviver com temas como vulnerabilidade e enfrentamento à violência doméstica, situação em que já teve contato com o abuso sexual a crianças e adolescentes.

5.2.7. Gabriela

A próxima entrevistada, de número sete, escolheu Gabriela para ser chamada. Ela é natural de uma cidade de Rondônia que faz fronteira com a Bolívia. Filha de militar e de servidora pública, Gabriela viveu em muitos estados e tem muitos irmãos. Muitos nasceram em vários estados diferentes.

Gabriela declarou a idade de 47 anos e disse que já vive em Brasília há 30. Portanto, passou sua vida de formação profissional já na capital, apesar de ter sua educação basilar espalhada por várias cidades pelo Brasil.

Na universidade, ela escolheu o curso de pedagogia. Gabriela contou que sua família tem tradição de seguir os estudos até a pós-graduação, chegando a formação em mestrado, doutorado e até pós-doutorado.

Na continuidade dos estudos, ela seguiu a especialidade de orientadora educacional. Destacou a habilidade para aconselhamento, preparando-a para ouvir as questões emocionais das crianças. Isso a tornou mais simpática a essas questões do que aos problemas específicos de aprendizagem aos quais um profissional de pedagogia mais se dedica.

Assim, Gabriela se dedicou à rotina de duplo curso: pedagogia e psicologia, fazendo disciplinas das duas áreas. Enfatizou que, por sua afinidade, começou a selecionar mais as disciplinas de psicologia como eletivas. Esse processo a levou a se identificar mais com as matérias que tinham envolvimento clínico do que aquelas que tratavam da psicologia de recursos humanos.

Gabriela também teve experiência na área empresarial, especialmente porque seus estágios foram com trabalho de dinâmica de grupo, já que sua identificação inicial, no início dos estudos da educação, foi com aconselhamento e gestão.

Ela seguiu seus estudos durante nove anos e se especializou em terapia de família, passando pela psicologia jurídica. Na universidade tratou de questões relacionadas a experiências familiares com adolescentes drogados e, com isso, foi levada a trabalhar na vara de infância.

Todas as suas experiências são sempre aludidas como atividades de grande importância para seu trabalho com a estrutura familiar, especialmente com problemas que envolvem crianças e adolescentes. Assim, ela caracteriza seu trabalho como uma busca do motivo para o menor ter cometido o crime em questão. Há uma investigação da estrutura familiar, que foi bastante praticada com participações em teses de doutorado, na coleta de dados, na pesquisa sobre como atender e acolher as demandas de uma estrutura familiar complexa e fragmentada.

Sua experiência em uma instituição de recuperação de menores infratores foi enfatizada como competência para avaliação de situações de delinquência e crime

envolvendo crianças e adolescentes. Gabriela, nesse particular, caracteriza seu atendimento de cunho pedagógico, mas com toda a carta de conhecimento que envolve leitura de contexto familiar, de delinquência, de crimes, e de psicologia jurídica no tocante às particularidades que envolvem o ambiente em que os menores são autores ou vítimas.

Ela se sentiu bem à vontade para contar detalhadamente sua vida e suas experiências profissionais, bem como os casos que foram solicitados a partilhar. As narrativas eram relatadas sem pressa de terminar e com riqueza de detalhes.

Destacou-se, para mim, a visão bastante humanitária de Gabriela no tocante ao atendimento às crianças. Ela criticou bastante a visão dentro da escola da imposição que se faz muitas vezes aos estudantes, e destacou que, na sua posição de pedagoga, muitas vezes tem que se submeter a regras impostas de classificação de pessoas. Nesse particular, lembrou que há os trabalhos feitos com deficientes mentais que, na sua visão, não levam em conta o ser humano, mas somente a sua condição de saúde mental.

Por fim, Gabriela considera seu trabalho com violência uma forma de trazer paz para as pessoas que passam por situações tão complicadas que, muitas vezes, trazem desesperança de superar o sofrimento e conseguir um bem-estar significativo.

5.2.8. Helena

A última colaboradora com entrevista para a pesquisa foi uma mineira que escolheu ser chamada de Helena. Ela nasceu em uma cidade do interior de Minas Gerais e está em Brasília há somente três anos (à época da entrevista). Helena relatou ter 23 anos e veio para Brasília por ter sido aprovada em um concurso público para um cargo na Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Ela é psicóloga e disse que escolheu a profissão porque sempre teve fascínio pela área de mente humana e comportamento. Sua tendência sempre foi seguir pelo caminho das disciplinas humanas. Assim, ela considera que a psicologia veio para preencher esse interesse de conhecer melhor o funcionamento do ser humano, da família e, principalmente, das crianças e adolescentes, área pela qual ela tem maior curiosidade e dedicação.

Helena falou de sua formação acadêmica voltada para a área clínica, durante os cinco anos em que permaneceu na universidade para graduação. Sua reflexão sobre essa atuação é de que faltava mais para o psicanalista inserir-se no contexto em que o paciente estava inserido. Isso a incomodou a ponto de pensar que era possível fazer mais, procurar mais possibilidades de atender aquele que necessitava. Com

isso, ela considerou sua aproximação da assistência social uma atividade importante para se conhecer melhor o contexto do paciente. Para ela, fazer visitas no ambiente em que a pessoa vive é essencial para se conhecer efetivamente aquela pessoa a quem se está prestando um serviço terapêutico.

Para Helena, não há como sugerir um tratamento padronizado para todas as famílias, já que cada uma tem sua particularidade. Cada uma vive em um contexto completamente diferente das outras. Sendo assim, é necessário que o terapeuta, na sua visão, tenha disponibilidade de se inserir na condição de vida para que proponha uma atividade que seja possível e efetiva para o atendido e sua família.

Considerando importante seguir sua preparação para atender de forma integral, incluindo a família, os seus pacientes, Helena seguiu para uma pós-graduação em terapia familiar e de casal.

Para Helena, seu local de trabalho favorece um atendimento suficiente, especialmente por contar com profissionais de especialidades diferentes. Ela destacou a atuação de médicos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, psicopedagogos, neurologistas e psiquiatras infantis, o que favorece a atividade de estudo de caso. Por outro lado, a crítica que se faz é com relação à falta de estrutura, a desorganização, especialmente porque muitas famílias vêm de longe e não há como atender a todos. Infelizmente, Helena lembrou que o CAT é a única unidade de referência em saúde mental de criança e adolescente em todo o Distrito Federal. Além disso, ainda são atendidas, no local, famílias de outros estados, como Bahia, Minas Gerais, Tocantins e até Maranhão.

Ela considera que sua atividade com a violência não foi muito bem uma escolha. Por ter experiência com criança e família, Helena foi colocada nessa atividade, da qual não fugiu e decidiu de preparar mais para atender aqueles que são vítimas da violência doméstica infantil. Hoje já consegue afirmar que gosta de trabalhar com isso e, por sua experiência de aproximação com a assistência social, consegue perceber que as famílias com históricos diferentes (violência, negligência, abandono) têm funcionamento diferente, portanto, exigem tratamento específico para suas demandas.

Helena, portanto, mostrou ser uma figura-chave na equipe terapêutica por sua inserção na assistência social e na psicologia, bem como sua experiência com observação familiar no contexto do tratamento com crianças e adolescentes.

5.3. A intertextualidade reforçando a importância do contexto familiar

A análise da utilização do discurso familiar como apoio ao trabalho feito por terapeutas para superar a situação de abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes é significativa no sentido de que ela faz compreender como esse discurso é aproveitado.

Frequentemente, o discurso familiar é associado a controle excessivo, a uma utilização do poder por parte de atores machistas se valendo do modelo patriarcal ou a prática de separar lugares antagônicos para homens e mulheres, relegando a estas posições notadamente inferiores (ver Lakoff, 2010).

Todavia, há a afirmação de a família ser a solução para o desvio de alguns componentes da sociedade. Considerada a célula *mater* de qualquer grupo social, a família pode ser o local da gênese de bons caracteres ou mesmo de desvios psiquiátricos de difíceis curas.

Dessa forma, a análise do intertexto relativo à família encontrado no discurso das terapeutas deve ser feita de forma crítica, como propõe a ADC e como reafirma Norman Fairclough e Isabela Fairclough, ao falarem sobre Ciência Social Crítica (ver Fairclough e Fairclough, 2012, cap. 3: “Critical discourse analysis and analysis of argumentation”). Para eles, uma avaliação crítica das instituições que fazem parte de uma sociedade é importante para conhecer possibilidades de mudança no contexto social que favoreçam a melhoria do grupo.

Logicamente que as terapeutas buscam melhorar não somente a situação pessoal da criança traumatizada, muitas vezes, por um abuso que foi cometido, em alguns casos, por próprios membros da família, mas também têm como objetivo modificar a vida em casa, os relacionamentos e os cuidados.

Desde sua própria descrição com relação à criação, as terapeutas mostram considerar que a criação e os cuidados familiares fazem a diferença na formação do caráter do indivíduo. Vejamos nas palavras de Aleteia como ela se refere à importância de conseguir satisfazer sua família no direcionamento de sua vida acadêmica e profissional: “E comigo foi o ideal profissional do que teve a... o incentivo de meu pai, teve da minha irmã, né, aí você pergunta: e a sua mãe? Minha mãe nem tanto, mas foi mais meu pai e minha irmã”. (Anexo 1, p. 1)

A admiração pelo pai, no caso de Aleteia, mostra que ela contou com um exemplo e com alguém a quem queria mostrar estar trilhando o caminho certo. Confirma-se, isso, nas próprias palavras dela:

Eu via **no meu pai**, tenho **nele** a minha memória, que ele faleceu, que era um homem **íntegro, honesto, justo, legal** assim, sabe, ele não fazia acepção de pessoas, era **desprovido de**

preconceito e qualquer coisa... era um homem **livre**... tinha uma **mente libertária**, pode-se dizer assim. (Anexo 1, p. 156)

O mesmo carinho e sentido de exemplo ela demonstra por sua irmã mais velha:

(...)ela me adotou e eu me sentia assim, tipo **bem acolhida**, assim, como as coisas dela. E ela também trabalhava em cartório e trabalhava próximo à LBA. Então ela tinha muito contato também com trabalhadoras sociais. E via como essas colega dela atendiam essas pessoas. E ela também... quer dizer, quando meu pai falava do serviço, essa minha irmã falava da assistência, né? Do assistencialismo que era a LBA(...). (Anexo 1, p. 156)

O reforço da importância da família já é demonstrado na própria criação da terapeuta, o que é levado para seu trabalho a partir do exemplo considerado positivo da irmã. Essa preocupação é transmitida para seus cuidados com a família que lhe apresenta seu problema. O reconhecimento de que a vida saudável em família é condição importante para a formação do caráter faz a terapeuta dedicar especial atenção a esse aspecto da recuperação da criança:

Porque também o abuso não acontece só com a criança, **acontece com os pais e com os familiares**. Porque **ela não nasceu sozinha**. Aquela reação dela **vai interferir nos pais**, nos irmãos e nos parentes dela. (Anexo 1, p. 156)

Dessa forma, percebe-se que o contexto familiar é constantemente recobrado para relacionar os abusos, seja no campo da negligência ou mesmo na recuperação do abusado, para que consiga viver bem com o trauma que sabidamente vai carregar, ou da vida em família no sentido de recuperar a responsabilidade para com os mais novos. Afinal, a experiência ruim pode ser amainada, mas nunca apagada:

Você tem uma experiência de tipo, você se queimou você nunca vai se esquecer que o fogo queima! Você num tá se queimando mais, mas quando você vê aquilo você sente, é memória. **Memória é isso**. (Anexo 1, p. 156)

Até por essa relação familiar e a conseqüente consideração da importância desse contexto construído no lar na construção do caráter do indivíduo, os casos que ocorrem na família são os considerados mais chocantes. Uma das questões da bateria

de perguntas feitas às terapeutas solicita que relate algum caso que mais marcou seus atendimentos. A maioria descreve atos cometidos por próprios parentes, como a que vemos abaixo relatada por Elis:

A qual a mãe tinha sofrido situação de violência com o pai, mas (???) física se separou e casou com esse policial que era ótimo, que era.., né?, inclusive no diário da menina ela traz esse sofrimento, ela **tinha ele como pai**. Então ela começou a proteger a irmã, porque ele usava ameaça de que iria pegar a irmã mais nova... que se ela num ficasse... Então ela entrava com ele, pra proteger a irmã, e aí tem tudo isso relatado no diário. Então se você lê o diário, você lê o sofrimento daquela... aquilo ali é uma coisa assim que.. né? Na época tirei xerox e mandei pro diá.., pra polícia civil pra.. porque, cê lê aquilo ali, dá uma coisa assim a cores, né? entendeu? (Anexo 1, p. 158)

Fica evidente, no discurso de Elis, a decepção com o que se espera de uma pessoa considerada “ótima” e de quem se esperava um tratamento de proteção especialmente por três fatores encontrados no discurso que evoca um contexto familiar: 1. A menina abusada o tinha como pai. Isso faz com que a expectativa de proteção, respeito e exemplo, entre outras prerrogativas, seja maior. 2. A mãe vinha de um contexto de agressão com o ex-marido e pai das meninas. Certamente, o novo marido conhecia tal situação e, naturalmente – ou teoricamente –, esperava-se que ele oferecesse um tratamento diferente daquele que deturpou a convivência do casal. 3. O novo marido era policial. A figura de proteção, conhecedora do contexto de violência doméstica que a mulher vivera, não combina, também teoricamente, com a posição de novo algoz.

As decepções são muitas para a criança e para a própria mãe, que se põe na condição de culpada e carrega diversas marcas detectadas na terapia. Inclusive, nesse caso específico, nota-se um contexto de violência contra a mulher que se repete. Isso reforça o conhecimento de que o ciclo de agressão doméstica é difícil de romper e é previsível (ver Dias 2007 e 2011).

As terapeutas, então, têm consciência de que trabalham com um conceito de família que enfrenta situações difíceis no sentido de que o abuso de poder machista está envolvido. Como no caso relatado acima por Elis, em que esse pai valeu-se da sua condição de “autoridade” (visto que exercia a profissão de policial) e da situação de ser, agora, o chefe da família, o discurso familiar tem essa dificuldade por carregar esses vícios históricos quando os seus componentes utilizam-se do poder para abuso e não para cuidado, orientação e proteção. Vejamos, nas palavras de Elis, a constatação dessa controvérsia:

E... e... e.. no abuso... cê tá falando de família... a gente passa também pela questão cultural. A gente recebe que, vem de lá de num sei onde, que **o pai, antes de qualquer coisa...** o início sexual da filha passa pelo pai e depois.. (Anexo 1, p. 158)

O pai que é tido como protetor, provedor, conselheiro e exemplo para os filhos, demonstração de amor para com a mãe, também carrega, muitas vezes até pela condição de provedor e protetor, a marca do abuso de poder (conforme visto em Van Dijk, 2008), tentando justificar o direito de posse de atitudes, pensamentos e do corpo daqueles a quem protege: considerados por ele como propriedades suas.

Romper com esse pensamento é tarefa difícil. Restabelecer a relação entre a família e, mais ainda, a própria condição de saúde psicológica do abusado e dos familiares envolvidos é tarefa que os terapeutas buscam em seu trabalho.

Para Carmen, por exemplo, ao relatar seu trabalho no envolvimento com um dos casos que compartilhou na entrevista, demonstrou toda a dificuldade encontrada para além do abuso. Significa dizer que a família carrega situações difíceis a serem tratadas que estão além do abuso sexual aos menores. Dessa forma, percebe-se que, para sanar a pedofilia encontrada, há que se encararem outros problemas que vão surgindo ao longo da terapia. A preocupação no relato de Carmen também aponta para a consideração que se tem para com a família e a necessidade de sua atuação na superação do problema dos abusos sexuais:

[eles estão] Abrigados, em abrigo... porque a família, toda evangélica, não conseguiu tá lidando com isso dentro de casa, e tinha outros filhos menores... e às vezes pegavam os irmãos mantendo relações... e aí... é... eles foram abrigados. É **uma família muito difícil**. A gente tem histórico de deficiência mental, de transtorno mental e aquela coisa toda, e assim... pra atender você tem que ter uma energia extremamente absurda, entendeu? E muitas vezes assim... no quadro de deficiência mental, de transtorno, não é um treino rápido, é um treino demorado. Então você **tem que tá com disponibilidade pra eles**, disponibilidade pra um monte de coisa que tudo isso eu não tenho... (Anexo 1, p. 157)

A família, na visão das terapeutas e, por consequência, no tratamento terapêutico, é condição importante para que se recupere a autoconfiança, para que se possa continuar a vida a despeito das marcas que o abuso deixa. Mesmo que essa seqüela tenha sido imposta por algum membro da família, pior ainda o protetor, pai, avô, irmãos mais velhos ou alguém similar, os profissionais que trabalham a superação buscam oferecer mecanismos que refaçam a relação familiar ou, pelo menos, traga compreensão para continuar tocando a vida.

5.4. Léxico e marcas da identidade infantil

Relembrando, mais uma vez, Fairclough, para quem “o discurso inclui representações de como as coisas são e de como foram, como também ‘imaginários’ – as representações de como as coisas poderiam ou podem ou deveriam ser” (Fairclough, 2012, p. 98), podemos afirmar que a escolha subjetiva das palavras demonstra a personalidade que se espera, que se tem ou que se pode transparecer uma intenção de modelagem com relação à criança ou ao adolescente.

Os lexemas adotados em um determinado discurso são importantes para o entendimento da ideia que se tem do objeto descrito, por assim dizer. Da mesma forma como aponta traços da identidade de quem os utiliza. Os estudos sobre letramento já apontam para a construção de uma ideologia de acordo com o contato com a linguagem ensinada. Essa ideia fica patente quando Izabel Magalhães afirma que “os estudos sobre letramento e discurso como práticas sociais destacam o papel da língua na constituição das relações, identidades e valores sociais” (Magalhães, 2012, p. 81).

No discurso terapêutico, são identificados os menores que passam pela experiência traumática de serem abusados, mas também se fala dos ofensores. Essa primeira diferença e seleção de adjetivo (ou substantivo, dependendo da função sintática) já mostra um comportamento primordial na ação do falante envolvido com o tema da pedofilia. Todavia, percebe-se que esse nível mais consciente exige um envolvimento maior, mais profissional e mais reflexivo. Essa é uma mostra de que a ADC pode continuar agindo no sentido de entender que o discurso é uma representação da prática social e pode ser utilizado para contribuir na mudança de realidades injustas com percepção de palavras que prejudicam ou perpetuam uma situação de abuso. É o caso da explicação de diferenciar um adulto abusador de um menor ofensor. Vejamos essa situação no discurso de Fabiana, colocando a situação de um jovem ofensor. As características de sua identidade ficam perceptíveis quando ela aponta sua condição:

Lembrar dessa cena, né? Da.. da.. experiência que ela vivenciou. E aí.. por isso que precisa trabalhar, precisa colocar no lugar. O que a gente tem feito, deixado muito claro pro **adolescente ofensor**... que o fato dele ter abusado dessa criança não foi **início marcante** da sexualidade dele.. (Anexo 1, p. 159)

O ofensor – reforçando, o menor que comete abuso sexual contra outro menor –, o menor pedófilo, também vive uma série de problemas que são detectados no trabalho terapêutico.

O abuso de poder está intrinsecamente ligado a uma experiência sexual que não é consensual. Ainda há as experiências pseudoconsensuais, em que se “convence” o outro a “deixar” que ocorra com oferta de engodos como balinhas, presentes ou coisas parecidas. De qualquer forma, é um abuso de poder, no caso, financeiro – daquele que pode adquirir bens com valor de troca. O adolescente ofensor pode se valer de ser um irmão mais velho ou simplesmente ser um indivíduo mais adulto ou perto da maturidade. Isso poderia lhe dar a condição de cuidador, de orientador, uma posição em que o poder pode ser mal exercido.

Ainda assim, a submissão sexual também é uma forma de poder, como aborda Bourdieu em *A dominação masculina* (1999). Dessa maneira, o ofensor pode se sentir capaz, adulto, formado e poderoso por cometer tal ato. A terapeuta lembra que o tratamento o faz compreender que a etapa de formação sexual sadia foi negligenciada com o ato cometido. A ofensa sexual a outro menor precisa ser esclarecida que não se configura uma experiência sexual sadia.

Já para o abusado, é uma experiência de submissão que pode traçar uma identidade acuada para toda a vida. Gabriela é uma terapeuta que trabalha bastante uma técnica chamada de genograma. Ela consiste em detectar, no trabalho com as crianças, problemas decorrentes de relações familiares que podem ser advindos de situações anteriores. Desses problemas, inclusive o abuso vivido, pode-se encontrar traços de personalidade marcados por essas situações. Gabriela traça, a partir do estudo do genograma, essa identidade relacionada com o medo que caracteriza a criança abusada:

E aí quando fui conversar com ela foi muito difícil porque eu tinha pouco tempo pra falar com ela e tive que pegar o genograma, que é um trabalho que a gente tem ele há muito tempo. Aí falei, quando a criança tem **medo** ela tá sofrendo alguma **pressão**, tá **acuada**, da forma que você descreveu o medo dela... ela num tá com medo de escuro, ela num tá com medo de fantasma, ela num tá... ela tem..

Medo de ficar sozinha.

Ela tem uma coisa que ela num fala. Ela tá com **medo do não dito**. Aí quando comecei a falar pra ela as perguntas que eu já faço sempre, né?... assim... ela dá que nome pras coisas? Como é que ela chama? É perereca é? Como que ela chama? Mudou ultimamente? Comecei a fazer algumas pergunta e num deu outra... deu que o esposo dela tava abusando das duas criança, ela trouxe o medo de uma e..

Duas meninas?

Das duas.

Duas meninas?

Duas meninas.

Que idade eram as meninas?

De quatro a mais nova e seis a mais velha. Então... assim.. aí pra ela foi um choque. Primeira coisa que a mãe faz é não ver. (Anexo 1, p. 160)

O trabalho do genograma já busca identificar a gênese de um medo inexplicável que a criança apresenta. Dessa forma, já se espera, no atendimento a uma criança abusada, um comportamento que apresente essa característica acuada, exageradamente tímida, que evidencia um medo. Sem a experiência que Gabriela, como terapeuta bastante envolvida com o tema, tem, poder-se-ia encerrar o assunto dando por resultado um medo de escuro, um comportamento adquirido por contato com filmes de terror ou qualquer coisa parecida. Além de perceber que a criança sofria abuso, o genograma ainda pôde apontar que ele fora cometido pelo marido da mãe. Mais um caso que envolvia membro da própria família como sujeito dos ataques.

Esse medo se soma à condição de criança considerada incapaz e ainda eivada de fantasias, o que faz com que suas palavras sejam observadas com bastante reserva. Isso gera o silenciamento como integrante da identidade das crianças.

Nas entrevistas feitas com as terapeutas, há vários elementos que mostram a marca da identidade silenciada da criança. O silenciamento é uma das marcas verificadas pela psicanálise no comportamento de pessoas relacionado com a sexualidade. Por isso, o silenciamento também é um fator consideravelmente estudado por pesquisadores de gênero (ver Kulick e Cameron, 2003, especialmente o capítulo 6: "Language and sexuality: theory, ressearch and politics"). Os estudos de gênero são base para a compreensão da identidade da criança, levando em conta que se trata de indivíduos que são, muitas vezes, objeto de abuso de poder por parte de seus tutores ou outros adultos.

As marcas do silenciamento da criança podem ser percebidas em trechos das entrevistas, especialmente em palavras marcantes que evidenciam a intenção de não falar:

...ela não tem medo mas ela tem uma outra forma de **não falar**, que é a linguagem técnica de psicologia, ela não tá, ela tá **não falando**, quando ela te pega não vai não vai, ela tá **não verbalizando**.. (Anexo 1, p. 160)

O que eu queria falar no teu tema, as crianças ficam **silenciada**.. (Anexo 1, p. 160)

Meninos e meninas, apesar deles saberem e sentirem que não era dela falar... mãe... isso não tá certo e a mãe deixa... **não vamo falar nada**, um **segredo** mesmo. (Anexo 1, p. 160)

E aí no último dia o menino virou e falou: “Porque o que eu levo daqui é **poder falar e ser ouvido**.” (Anexo 1, p. 159)

Nesse último dado, percebe-se, por análise antagônica, que a terapia permite que o menino fale de forma que seja efetivamente ouvido. Deixa evidente que normalmente ele não fala. Se ele consegue falar, não é ouvido de forma significativa. Poder falar e ser ouvido de verdade, segundo o que se percebe no discurso, é condição anormal, não somente para ele, para as crianças em geral, especialmente se for vítima de abuso sexual, fato que envolve sexo e violência, temas naturalmente interditados.

Os destaques dessas marcas de identidade principais das crianças, como o medo, fruto do resultado do abuso, e o silêncio, condição da própria criança, agravada pela violência, geram um indivíduo cada vez mais facilmente colocado na condição de alguém que se pode abusar. O violentador conta com o silêncio e com o medo para engendrar seu ato, conforme vemos abaixo:

Porque o abusador dificilmente numa primeira vez ele já vai direto ao ato. Ele vai experimentando, ele vai fazendo uma carícia, ele vai.. e se a criança **não relata**.. (Anexo 1, p. 156)

Como a ADC verifica criticamente os discursos, percebendo o funcionamento de um contexto social a partir da linguagem, ela também crê que a modificação do discurso favorece uma melhoria na sociedade. Nesse caso, o que se percebe é que é necessário romper o silêncio. Um desafio para as famílias e para a sociedade em geral.

5.5. A transgeracionalidade no discurso terapêutico

Uma característica percebida no discurso terapêutico é que os profissionais que atendem as crianças abusadas e suas famílias já têm de antemão a tarefa de investigar o histórico de abusos dentro da relação ancestral.

Segundo elas afirmam, é muito comum que, quando se descobre um caso de abuso intrafamiliar, já é resultado de um histórico de permissões, omissões, segredos

e pessoas silenciadas em torno de abusos sexuais frequentes. Por isso o estudo do genograma (que é a busca das relações anteriores entre os familiares) e a investigação das histórias transgeracionais na terapia.

O discurso das terapeutas apontou para uma característica desse abuso, qual seja, a transgeracionalidade, como a responsável por haver uma permanência de ocorrências de violência sexual contra crianças repetidas em muitas famílias.

Segundo relata a terapeuta Aleteia, há pessoas que vão à terapia acompanhando o filho sem imaginar que sua própria história, escondida até então, pode ser escarafunchada e revelada:

Quando você vai catar a história, ela também passou por aquilo. Só que ela teve corage de vir pedir ajuda po filho, e de forma indireta ela veio denunciar. Só que ela vem pensando que jamais vai denunciar os dela. Mas **no tratamento ela tem que abrir**. Aí **é quando a gente sabe que o problema é transgeracional**. (Anexo 1, p. 156)

Dora, explicando os resultados da transgeracionalidade, e reforçando que ele pode influenciar na vida de vários membros de uma mesma família, relata o caso de uma parente próxima de uma criança que é atendida por ela. Essa pessoa, prima da vítima, foi exposta a uma sexualidade exacerbada e precoce, resultando em uma entrega ao trabalho com prostituição²⁴:

A outra, que **é a prima**, ela ficou tão assim.. é.. com a sexualidade tão aflorada, que.. ela.. ela agora, segundo a avó, essa avó, ela já.. já tá fazendo disso uma... ela deve ter uns **treze anos**... ela já tá fazendo disso um trabalho, ela já tá **vivendo a prostituição**. Entendeu a questão da **transgeracionalidade**, né? (Anexo 1, p. 157)

Carmem também faz um relato com exemplo mostrando como se trabalha a transgeracionalidade em uma família, especialmente com a técnica do genograma:

Ah, a **transgeracionalidade** tem livros específicos pra isso, que é o **genograma** que a gente utiliza muito. Então a gente constrói um **mapa dessa família**, até a **terceira geração**, e aí elas... assim... é filho de quem, né? Comé que era essa história? Comé que é essa vivência? É muito interessante nessa área, por exemplo, de você ver os **mitos da família**.

²⁴ Para uma compreensão da prostituição como um trabalho opcional em que a mulher profissional do sexo exerce agência, diferentemente da prostituição por necessidade, sem prazer e/ou por obrigação, ver Xavier, 2013.

Uhum.

Aquilo que é levado **de geração pra geração**.

Uhum.

O que que é **os ditos não ditos dessa família**, tipo... é... vou te dar um exemplo bem básico assim: não pode comer manga verde, manga verde após o almoço morre. Por que que morre? Já foi ver? Não sei o que, então a gente começa a quebrar.

A vovó falou e ficou...

A vovó falou e ficou.

Até tradição.

Não pode dar... antes do casamento, por que que... ah eu dei e não presto. Então a gente começa a perceber em cima daquilo que é falado, como ficou aquilo, **como significou isso** e como ela vai levando... porque a gente tem realmente uma coisa uma **repetição** e a gente **repete uma história familiar**, entendeu? Mas a gente já percebeu o que que é repetido, então o que que você vê, **ciclos de violência são repetidos...** um pai que batia, né?, como forma de comunicação, batia lá, a mãe repete isso batendo nele também... é a forma de aprendizagem que ela teve, não teve comunicação verbal, uma coisa que a gente nota muito nessas famílias hoje é a falta de comunicação. (Anexo 1, p. 157)

Dessa forma, podemos perceber que a transgeracionalidade deixa claras as repetições de comportamento que uma família apresenta. Além do disso, os terapeutas vão perceber, por meio do apoio do trabalho com o genograma familiar, a ideologia que permeia aquela família. Os julgamentos de situações, de pessoas e de instituições estarão intrincados na personalidade de seus membros.

As famílias carregam, muitas vezes, problemas relativos a esse segredo das situações injustas que acontecem, como violência, abuso sexual, descontrole financeiro, uso de drogas e álcool e outras ocorrências parecidas.

Já no campo do julgamento de situações e escolhas ideológicas, uma família pode levar aos seus membros uma visão específica no campo do esporte, da religião, da política partidária, e também leva a uma escolha cultural no campo da alimentação, música, leitura ou temas parecidos.

Nesse sentido, os terapeutas continuam a afirmar sobre a importância da família e da transgeracionalidade como fator que perpetua a violência sexual cometida a crianças e adolescentes no lar:

Aí a gente vai fazendo essa quebra, né?, **por onde entrou** a violência na sua família. Aí a gente **vai lá atrás** pra poder ver essas relações de violências foram construídas..

Da pessoa entender que isso não é normal..

É.

Isso não pode continuar..

Exatamente.

Às vezes a pessoa nem percebe que tá acontecendo.

O que a gente nota na violência sexual é o seguinte: **a porta de entrada**, principalmente na violência doméstica, né?, sexual

doméstica, eu to falando, a porta de entrada muitas vezes não é a violência, é.. é... são as **relações violentas**, entendeu? Ela vai indo, até que chega no abuso, né?, e **se você também não continua trabalhando depois, essas relações continuam**, né?, **uma questão até cultural**. Então é todo um paradigma que tem que ser mudado.. (Anexo 1, p. 158)

Nesse relato de Elis, percebe-se que, quando ela fala sobre a “questão cultural”, relacionando com relações que continuam, sua afirmação mostra que a família faz desse tipo de atitude, dessa consideração dos fatos, uma situação cultural. Torna-se uma prática que segue seu rumo de geração a geração. Os entes seguintes continuam um pensamento e uma atitude que são considerados normais. Além disso, a violência “entra” na família, desconsiderando como e onde ela está já dentro dela. É necessário, segundo as terapeutas, um trabalho constante para que as relações deletérias não continuem. Essa é a importância do trabalho feito por meio do genograma e o estudo da transgeracionalidade em cada família que é assolada pela violência sexual e/ou doméstica.

5.6. Meninos e meninas: a cultura e o discurso envolvidos

As marcas de gênero também nos apontam a maior dificuldade para as meninas com relação à violência à qual são submetidas. Por uma série de fatores, a sociedade espera (e, por isso mesmo, predetermina) uma determinada atitude diferente de meninos e meninas. Lilian Atanga, pesquisando sobre o modelo camaronense de mulher, sabedora de que sua verificação era sobre um grupo marginalizado com poderes assimétricos (Fairclough, 2003), esclareceu que:

Tais discursos sobre as mulheres e as construções das mulheres por homens e pelas próprias mulheres (como lutadores que resistem à posição tradicional das mulheres) mostram a evolução dolorosa de uma sociedade profundamente "masculina".²⁵ (Atanga, 2012, p. 40)

Com isso, percebemos que há, sim, discursos que buscam a superação dessa relação assimétrica de poder. Ela gera abuso e traz insatisfação para os componentes da sociedade. As mulheres, com seu poder de agência, têm sido protagonistas nos estudos da linguagem que trabalham pela igualdade de direitos. Assim, apontam para

²⁵ “Such discourses on women and constructions of women by male and female themselves (as fighters who resist the traditional positioning of women) shows the painful evolution of a deeply “masculine” society.”

fatores, que temos abordado nesta tese, como o silenciamento, o abuso de poder, a denúncia e a violência doméstica entres outros.

Outra dificuldade, que está intrinsecamente ligada à identidade feminina, é a relação de uma falta de dureza por parte do masculino que o faça traçar paralelo com a identidade homoafetiva. A sustentação de uma ideia de heterossexualidade masculina que deva ser demonstrada por força física gera uma agressividade e uma manutenção do poder pela violência. Isso se soma ao conceito de que a superioridade vem de uma performance sexual ativamente masculina, conforme podemos perceber nas palavras de Russel Luyt abaixo:

Os discursos dominantes de masculinidade tendem a servir o interesse dos homens jovens heterossexuais que defendem a escolha por um objeto sexual feminino e são mais capazes de desempenhar uma relação heterossexual.²⁶ (Luyt, 2012, p. 70)

Essa compreensão de um poder machista que permeia a sociedade já atinge aos pequenos dentro da própria família. O pensamento patriarcal atinge todo um grupo social, não somente os homens. Por isso é comum dizer que as próprias mães criam seus filhos para o machismo, especialmente quando relegam às meninas as tarefas domésticas, enquanto os meninos podem, por exemplo, após o almoço, assistirem à tevê com seus pais (homens), sem problema algum.

Então, as mães, principalmente as mães, os pais também, mas mais as mães, elas temem que o **menino fique homossexual**, elas têm esse fantasma vem junto, né? A gente que pensa que menina é mais abusada que menino, eu não sei te dizer se é igual, mas é quase que igual, né, e sempre as duas famílias elas têm esse medo de que.. que vai ficar sequela, por mais que a gente.. (Anexo 1, p. 160)

No geral... as mães.. que os meninos foram abusado.. elas têm medo que **virem homossexual**, se ele sentiu algum prazer, será que ele vai **querer repetir**? O outro medo é da **repetição**, que a gente tem que passar isso que nem... num é uma regra.. (Anexo 1, p. 160)

Nos relatos, percebemos, também, essa diferença de preocupação com relação a meninos e meninas. Várias situações apontam para a visão de inferioridade do gênero feminino ou a normalidade de uma sexualidade submissa à vontade dos

²⁶ “The dominant discourses of masculinity tend to serve the interest of young heterosexual men who espouse a female sexual object choice and are best able to perform heterosex.”

homens. Isso se potencializa quando o indivíduo está na posição infantil. O uso da expressão “virar homossexual” aponta a crença de que não se vê a homossexualidade como inata. Assim, a heterossexualidade é considerada inata.

Num há escolha de sexo, né, o que a gente tem é uma questão que passa pelo cultural, que **o menino abusado vai virar bicha**, né, **a menina abusada vira prostituta**, né, então assim (???) que é mais a nível de um **tabu**, de uma coisa assim **cultural**, e que isso a gente trabalha com essas famílias, fazendo essa leitura, né, isso não é real. (Anexo 1, p. 158)

As terapeutas, inclusive, têm mais dificuldade para que o menino possa relatar o abuso sofrido do que as meninas. Entende-se que, em alguns casos, as meninas são levadas a entender como normal se submeterem a um ato sexual com um homem mais velho. Essa pode ser a causa de algumas meninas reagirem entregando-se à prostituição. Essa dificuldade de relato gerou a separação, na terapia em grupo, de sessões para meninas e meninos separadamente, como relata Fabiana:

A gente tá trabalhando, né?, a.. a gente antes juntava menino e menina, mas **eles não falam**... os meninos.. eles não gostam de falar. Eles **têm vergonha**.. então eles **não relatam**. A cri... a menina.. ela diz. Cê pergunta como é que aconteceu, ela conta tudinho, direitinho.

Ela faz o relato..

É.

Mais minucioso.

O menino ele num num, **num quer falar**. (Anexo 1, p. 159)

Para o menino, o abuso sexual sofrido significa que ele perde a condição de poder masculino atribuído à criança do sexo masculino. Essa tradicional posição de liderança e de virilidade é aviltada.

Por outro lado, se um abuso é cometido por uma mulher, acaba sendo considerado como de menos gravidade. Trata-se como algo mais de cunho psicológico que físico. Não se pode esquecer que, para muitos pais, é interessante que os filhos sejam iniciados logo na vida sexual, quanto mais tenra a idade melhor. Alguns meninos são levados a prostíbulos por seus pais, que o fazem com orgulho. Sendo assim, um menino abusado por uma mulher tem um peso bem menor. Essa “tradição” construída em uma sociedade machista é comum e aprendido por homens e mulheres desde cedo, conforme nos afirmam Mariléia Sell e Ana Cristina Ostermann:

É importante ter em mente que tanto homens quanto mulheres se constroem e são socializados dentro de perspectivas de gênero, ou seja, vão aprendendo aquilo que é deles e delas esperado dentro das “comunidades de prática” das quais fazem parte. (Sell e Ostermann, 2012, p. 134)

Essa relativização do abuso sofrido por meninos é percebida no discurso terapêutico que evidencia que a questão física é menor, portanto, a gravidade não é tão grande.

Em termos de abuso sexual num... num tem a... a gente num consegue ainda comparar. Realmente ele tá menos... esse menino que te falei, ele tá com **menos sequelas**, e consegue... **dizer mais**. Por causa da condição emocional dele? Pode ser. Ele realmente é um menino muito bom. (Anexo 1, p. 159)

Ainda que sejam consideravelmente menores, os abusos cometidos por mulheres existem, e as sequelas psicológicas têm consequências que não se podem mensurar, mas que merecem ser tratadas. Em todo caso, fica evidente que o tratamento oferecido nos casos de meninos e de meninas mostra como são criadas as identidades de homens e mulheres para com o sexo.

Notemos que a terapeuta, ao se referir ao caso específico do menino, levanta a possibilidade de ele conseguir falar mais por ser “um menino muito bom”. Todavia, comparando-se a situação com a prática discursiva e social sobre o sexo na infância ou adolescência, relembramos a comum inserção de pré-adolescentes no mundo do sexo, muitas vezes estimulada pelo próprio pai, bem como a vergonha que meninos apresentaram em grupo de verbalizarem os abusos sofridos, notadamente por serem de natureza passiva.

5.7. Visualização de alguns resultados

As análises dos discursos das terapeutas nos dão ideias relacionadas aos interdiscursos especialmente no tocante à importância da família para a superação da situação de pedofilia. Quanto à identidade da criança abusada, verifica-se que ela é evitada de medo e silêncio. Além disso, é evidente o tratamento diferenciado para meninos e meninas que sofrem com a violência sexual.

Com tabelas abaixo, serão reforçadas as ideias que a terapia aponta com relação aos interdiscursos envolvidos, ao perfil da identidade infantil, bem como a questão de gênero que fica evidenciada no discurso das terapeutas.

Quadro 4 – O interdiscurso familiar

Situação	Prática social	Discurso das terapeutas
Família como exemplo para a vida.	<ul style="list-style-type: none"> - A base familiar é necessária para orientação e direcionamento para a vida. - Terapeutas reforçam que uma base familiar auxilia que se evite a formação de abusadores, bem como é base para a superação de possíveis situações em que se pode sofrer abuso. 	<ul style="list-style-type: none"> - “...Meu pai, (...)um homem íntegro, honesto, justo, legal (...)era desprovido de preconceito (...)era um homem livre... tinha uma mente libertária.” - “Eu me sentia assim, tipo bem acolhida, assim, como as coisas dela. E ela também trabalhava em cartório e trabalhava próximo à LBA. Então ela tinha muito contato também com trabalhadoras sociais.”
Envolvimento da família inteira na situação vivida.	<ul style="list-style-type: none"> - O abuso atinge a toda a família. - Para a terapia, é importante buscar as práticas familiares para encontrar o que se partilha no lar, bem como o que se pode fazer para uma ação que busque superar o episódio. 	<p>“(...)o abuso não acontece só com a criança, acontece com os pais e com os familiares. Porque ela não nasceu sozinha. Aquela reação dela vai interferir nos pais, nos irmãos e nos parentes dela.”</p>
A expectativa de ambiente de carinho na família.	<ul style="list-style-type: none"> - O carinho e o cuidado são prerrogativas que se esperam naturalmente da família. - O trabalho terapêutico leva em consideração que a família ofereça essa segurança para a vítima de violência sexual na infância. Uma família que vilipendie essa condição é vista como problemática e necessitada de cuidados especiais. 	<p>“(...)a mãe tinha sofrido situação de violência com o pai, mas (???) física se separou e casou com esse policial que era ótimo, que era.., né?, inclusive no diário da menina ela traz esse sofrimento, ela tinha ele como pai. Então ela começou a proteger a irmã, porque ele usava ameaça de que iria pegar a irmã mais nova... Então se você lê o diário, você lê o sofrimento daquela...</p>
Problemas familiares como geradores de abuso de poder.	<ul style="list-style-type: none"> - O desvirtuamento da situação de cuidado na família gera problemas que podem ser perpetuados. 	<p>“E... e... e.. no abuso... cê tá falando de família... a gente passa também pela questão cultural. A gente recebe que, vem de lá de</p>

	<p>- Na terapia, essas situações são investigadas para que se proponha um tratamento. Contextos de violência e abuso podem estar relacionados a uma cultura do poder masculino.</p>	<p>num sei onde, que o pai, antes de qualquer coisa... o início sexual da filha passa pelo pai e depois..” “É uma família muito difícil. A gente tem histórico de deficiência mental, de transtorno mental e aquela coisa toda, e assim... pra atender você tem que ter uma energia extremamente absurda, entendeu? Então você tem que tá com disponibilidade pra eles, disponibilidade pra um monte de coisa que tudo isso eu não tenho...”</p>
--	---	--

Essencialmente, para os terapeutas, a família é o centro da gênese das crises na vida de um ser humano. Lá pode ser encontrada a explicação para uma série de patologias. Entretanto, é intrinsecamente também na família que está, paradoxalmente, a solução para os problemas ou mesmo a chave para que eles sejam evitados. Por isso a importância do estudo do genograma familiar e a busca da transgeracionalidade na violência doméstica, no abuso sexual e outras dificuldades apresentadas pelas famílias que procuram solução profissional para suas demandas.

Quadro 5 – As palavras que apontam a identidade de crianças e adolescentes

Traço de identidade	Observação contextual	Palavras utilizadas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inocência (ingenuidade excessiva) 	<p>- A crianças e adolescentes é outorgada a condição de incapacidade de ter consciência da gravidade de alguns atos. Dessa forma, considera-se este indivíduo como incapaz de perceber a maldade que pratica e, bem assim, a que pode ser praticada contra si.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ofensor (em contraponto a abusador) • Início
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Medo 	<p>- Diante do desconhecido, especialmente se a</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Medo

	criança não tem histórico de proteção por parte dos adultos responsáveis por ela, é característico o medo encontrado nas crianças. A situação é agravada quando, por experiência, a crianças já vislumbra a agressão e sabe que não há por perto quem a possa defender.	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão • Acuada
▪ Silenciamento	- É comum perceber que crianças não estão falando nada sobre algum assunto ou mesmo escamoteiam o que se fala sobre ele, para que, mesmo falando, permaneçam silenciadas, ou seja, sem falar do que poderia ou deveria em defesa de si própria.	<ul style="list-style-type: none"> • Não falando • Não verbalizando • Silenciada • Segredo • Não relata

A inocência atribuída a crianças tem muita força no campo da Justiça. Até pela presunção da falta de conhecimento do que se faz, elas são inimputáveis com relação a crimes. O que se pode fazer é designar medidas socioeducativas aos menores. Nesse sentido, a eles é atribuído um termo diferente quando agente de abuso sexual a outro menor: ofensor. Esse termo diferencia o ato de um abuso consciente, deixando o menor livre da marca de abusador, pelo menos na terminologia. Todavia, para as terapeutas, o ofensor é objeto de cuidado e tratamento, mais do que punição.

O medo pode ser a marca de uma experiência nova. A criança frequentemente está envolvida em novas experiências. O sexo é uma situação que traz ansiedade. Portanto, pode ser um momento em que o medo se faz presente. Especialmente se não for por vontade própria. Mais ainda se a criança não se sente protegida. A identidade marcada pelo medo, pela inexperiência da criança, é mais ainda efetivada quando ela potencializa esse sentimento de um caso já vivido e verdadeiramente doloroso.

O silenciamento é marca de identidades apagadas. As crianças carregam a marca de não serem levadas em consideração em muitos casos. Na pedofilia, além disso, são tratadas como objeto, especialmente por não terem voz e não serem levadas em consideração, muitas vezes, por aqueles que deveriam ser responsáveis por elas. Essa é uma condição que o abusador considera significativamente quando planeja e executa seu ato.

Quadro 6 – A importância da transgeracionalidade

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problemas transgeracionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Abusos sexuais anteriores • Iniciação sexual precoce • Fixação de superstições • Violência doméstica
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Questões de genograma 	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação de três gerações anteriores • Quais são as crenças partilhadas de geração a geração • Repetições de histórias familiares

A ocorrência de abuso sexual infantil em alguma família geralmente aponta para recorrência desse fato nas gerações anteriores. Frequentemente pais e mães, ao levarem seus filhos para o trabalho terapêutico, despertam situações que imaginavam terem deixado para trás e que não têm consciência de que se trata de uma condição familiar que se repete.

O tratamento para as questões transgeracionais, segundo as terapeutas, passa pelo envolvimento de toda a família.

As colunas do quadro abaixo mostram as percepções do que pais e mães temem com relação aos abusos sofridos por seus filhos na condição de menino e menina.

Quadro 7 – A condição diferenciada de meninos e meninas

Para meninos	Para meninas
Virar homossexual / bicha	Virar prostituta
Querer repetir	- - - - -
Sentir prazer	- - - - -
Não relatam / têm vergonha	Contam tudo
Mais casos de abusadores	Menos casos de abusadoras
Número equivalente de vítimas	Número equivalente de vítimas

Note que há mais preocupação com o menino querer repetir uma experiência sexualmente passiva do que com as meninas. Tanto que se receia que os garotos

possam partir para uma vivência homoafetiva. Curioso notar que uma das terapeutas enfatizou que esse medo passa mais pelas mães.

O fato de as meninas se sentirem mais à vontade para relatar os abusos sofridos pode estar relacionado a mais normalidade com que é tratada a relação sexual passiva para elas. Todavia, as mulheres mais atiradas a buscarem crianças como objeto de desejo estão em número menor, enquanto que as vítimas se equivalem.

5.8. Considerações finais

Nesta primeira parte da análise, foram observadas as categorias especialmente da seleção lexical e da intertextualidade. Dentro do que foi observado e analisado, ficou evidente a condição importante que a família tem para a ocorrência de abusos sexuais ou mesmo para que sejam evitados. Ela pode ser fruto de uma falta de cuidado ou mesmo resultado de situações que ocorrem no seio familiar que são herança de gerações anteriores.

Apesar de as crianças terem sua identidade marcada por medo, silenciamento, inocência, não se pode generalizar a sua condição de menor para os meninos e meninas. As famílias tendem a receber o abuso de forma diferenciada dependendo do sexo dos infantes.

A dificuldade encontrada para falar do abuso sexual está muito situada em dois fatores percebidos nas entrevistas: o silenciamento evidenciado pela identidade marcadamente apagada das crianças, e a interdição à qual os temas do sexo e da violência são impostos.

No capítulo seguinte, esses dois temas serão trabalhados mais especificamente. Cabe dizer que são condições às quais crianças e adolescentes são colocadas historicamente, das quais consideramos que abusadores se valem para engendrar seus atos criminosos.

CAPÍTULO 6 – Interdição e silenciamento identificados no discurso terapêutico

Nesta parte da pesquisa, a análise do discurso das terapeutas é apresentada. No capítulo anterior, foram evidenciadas as práticas comuns no discurso dos profissionais que atendem as crianças abusadas e seus parentes. Uma delas é a importância da família, bem como a identidade silenciada da criança.

Neste capítulo, serão abordadas as questões da interdição e do silenciamento. Essas duas características – a primeira, dos temas que envolvem a pedofilia e que são controlados na sociedade, a saber, a violência e o sexo; e a segunda, da identidade apagada da criança: elas têm mais dificuldade de se fazerem ouvir ou de serem acreditadas quando conseguem falar – são condições que fazem do abuso sexual a crianças e adolescentes um evento na sociedade difícil de ser tratado.

Eventualmente, pessoas questionam o porquê de esse tema ter sido escolhido para uma pesquisa de doutorado. “Há outros assuntos mais leves de serem abordados”, dizem. Isso é verdade. Todavia, não falar sobre ele no universo acadêmico significa contribuir para o alargamento desse silenciamento. Não enfrentar o peso que se carrega ao abordar violência e sexo é temer o enfrentamento de um abuso que ocorre nas sombras das relações humanas.

A Análise de Discurso Crítica precisa continuar a sair do lugar de conforto e buscar fazer aparecerem as vozes daqueles que são frequentemente silenciados, ou menos ouvidos, por uma relação de poder desigual e injusta. Essa é uma posição que é possível ser tomada, especialmente pela compreensão de que o discurso está intrinsecamente ligado a uma estrutura social, a qual abarca várias lutas de classes, como esclarece Herimatéia Pontes:

Discurso é ação que as pessoas exercem sobre si e sobre os outros, que está em relação dialética com a estrutura social, posicionado em relação a lutas hegemônicas e aberto para ser investido ideologicamente e politicamente, uma prática que constrói e significa o mundo através da construção de identidades sociais, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crença. (Pontes, 2009, p. 37)

Sendo assim, esse silêncio e essa interdição mostram bem as relações de poder na sociedade, o arranjo que se faz culturalmente e as intenções que existem e que se podem forjar a partir dessa conjuntura.

Assim como a ADC analisa a prática social por meio do discurso de uma comunidade, ela também aponta para uma ação de mudança quando relações injustas

são verificadas por meio do discurso e há, efetivamente, um esforço para essa modificação nas produções de textos.

6.1. As características da interdição

Mais marcadamente em Foucault (2004), a interdição tem sua descrição e, com isso, é trabalhada em várias teorias sociais. Como foi afirmado na seção 3.4.: “A interdição do sexo e da violência como complicadores das denúncias”, há temas que não se pode tratar com determinadas pessoas ou grupos. Em algumas instâncias, esses temas são proibidos ou não são tolerados. Esse é o sentido primário da interdição. Como exemplo, de temas que são interditados, Foucault aponta a sexualidade e a política (2004, p. 9).

A ideia de temas interditados traz a tona os discursos que não podem circular como os que são mais comuns. São aqueles dos quais Foucault afirma:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 2004, p. 6)

Não é objetivo neste momento, fazer julgamento sobre o porquê de serem interditados temas como o sexo e a violência. O que será evidenciada é a efetiva interdição desses temas.

Desde o princípio da ideia de trabalhar analisando discursos relativos a abusos sexuais que envolvam crianças e adolescentes, foi necessário entrar no mundo da preocupação com relação a esses dois assuntos. Essa etapa da pesquisa é importante para que se perceba melhor o contexto social da situação a se analisar. Algumas impressões desse momento podem ser mais bem percebidas na Parte 1 da pesquisa: “Análise”, em que se procurou demonstrar a questão da pedofilia com referências acadêmicas e com algumas maneiras como a sociedade vê a situação, utilizando jornais, revistas e outras formas de publicação.

Já na fase de conhecimento dos assuntos interditados, foi intencional a participação em um grupo montado por uma faculdade que visava a pesquisa de significados em letras de músicas. Propositamente, para minha apresentação, fiz a escolha de uma música que aborda a violência extrema que tratava de pedofilia

também, sob o título de *Necropedophile*, da banda estadunidense Cannibal Corpse (1992)²⁷.

A reação foi de repulsa a uma letra que envolvia tema com dupla interdição: sexo e violência, além de isso acontecer com criança, envolvia violação de morto. Naturalmente, a experiência apontou para um controle desses temas, impedindo sua livre circulação na sociedade.

Ainda em Foucault, nota-se que:

O louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. (Foucault, 2004, p. 10 e 11)

As palavras de Foucault nos fazem lembrar da mulher que não aceita a necessidade de ir a uma delegacia denunciar um estupro (“não podendo testemunhar na justiça”), uma criança que tem medo de dizer à mãe que seu pai lhe está molestando (“não tendo verdade nem importância”), ou mesmo estar fora da evidência em um grupo por causa de comportamentos (“não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo”).

É bom lembrar que a banda em questão faz parte de um tipo de rock que não é comumente encontrado nem entre os chamados “roqueiros”. Sua música é chamada em alguns meios como “extrema”, em contraponto ao simples *heavy metal*, que já não aponta mais o peso maior que isso. *Death metal* também é um título dado.

Os temas abordados pela banda, especialmente o assassinato na visão do *serial killer*, faz com que haja repulsa a essa condição, mostrando que a violência é um tema que não é bem aceito e, conseqüentemente, não circula livremente na sociedade.

Essa imposição da sociedade para que se tolerem os discursos somente “pronunciados por quem de direito e conforme o ritual requerido” (Foucault, op. cit., p. 15), na minha visão, contribui para que impeça a pessoa violentada (crianças abusadas incluídas, logicamente) tenha dificuldade de falar sobre seu sofrimento,

²⁷ Relatado na Seção 1.2.1. “O caso do Vampiro de Niterói”.

mesmo em fóruns especialmente preparados para isso, tornando, dessa forma, o abuso recorrente.

As próprias capas dos CDs da banda Cannibal Corpse contêm um famoso aviso aos pais sobre suas letras agressivas, configurando a circulação de temas não aceitos e considerados prejudiciais na sociedade, conforme na figura abaixo:



Figura 8: Selo da Recording Industry Association of America

O selo acima era afixado pela Recording Industry Association of America (RIAA) em gravações de áudio e vídeo nos Estados Unidos que continham linguagem e/ou conteúdo ofensivo. É bom notar, também, que a interdição pode acompanhar diversos campos de produção de comunicação na sociedade. Quanto aos aspectos semióticos ela também os atinge. As advertências nas capas dos CDs também se davam pela sua arte apresentada, senão, vejamos a capa do trabalho em que se encontra a música com a letra trabalhada (com o selo já afixado):



Figura 9: Capa do CD *Tomb of the mutilated* (Cannibal Corpse)

Fica evidente que a sociedade não tolera alguns temas abertamente. Há ambientes em que sua abordagem é mais tolerada ou mesmo é permitida. Da mesma forma, dentro desses ambientes ou não, o tema não deve ser abordado com qualquer pessoa.

Como exemplo dessa realidade, é necessário recobrar, como exemplo, o que ocorre no local de atendimento às crianças que sofreram abusos sexuais. Mesmo sendo difícil relembrar a violência, lá é um local em que se está preparado para ouvir o fato. Todavia, há pessoas certas a quem se dirigir para relatar. Logicamente, não se aconselha partilhar as experiências de abusos vividas com faxineiros, seguranças ou outros profissionais que não sejam as terapeutas.

6.1.1. Identificação da interdição

No discurso das terapeutas também se encontram marcas de que os temas trabalhados, a saber, a violência e o sexo, carregam a interdição de alguns temas. Nas entrevistas feitas, em algumas vezes as terapeutas mostram a dificuldade de tratar do assunto com abertura.

Aleteia mostra que tratar de sexo abertamente é um entrave não somente para as mães, mas também para as próprias terapeutas.

É do menino virar **isso e aquilo**, é... homossexual. E ela nem chama a palavra homossexual, ela já fica ali prevendo “Ó o jeito dele, olha como que ele tá andando, olha **como que é isso**, olha como é **aquilo**.” E, detalhe: ela, ao invés dela tratar daquela criança, dar um tratamento diferenciado, mas ao invés dela conversar sobre aquilo, dar um olhar praquele menino, trazê-lo pra essa realidade, dizer que aconteceu, perdão, que isso num se repita, vou ter mais cuidado com você, ela continua no mesmo *laissez faire*, num deixa fazer. (Anexo 1, p. 156)

As palavras de Aleteia já deixam claro o discurso da mãe que evita dar nome ao fato: “Ela nem chama a palavra homossexual”. A própria terapeuta usa a expressão “isso e aquilo”, em seguida explicando do que se trata. O termo é tratado com reserva, como se proferi-lo pudesse impulsionar a criança a tomar a decisão de seguir tal rumo de sexualidade. A omissão do termo, mesmo que considerado técnico (em detrimento de outras expressões consideradas de calão), demonstra que o sexo não é um assunto tratado com a devida abertura na sociedade.

As crianças também são punidas se falam palavras que são consideradas “feias”. Elas além de terem medo de enfrentar uma situação constrangedora, pois

percebemos que há pelo menos alguma consciência disso nos relatos de adultos que trazem à tona os abusos que sofreram (reveja o caso de Claudia Jimenez no item 1.2.2. desta tese), podem ser tolhidas de se expressar por não encontrar outras palavras. A reprimenda fica evidente nas palavras de Bete:

Ah, muitas vezes são as ameaças que obrigaram essa criança a ficar **anos em silêncio**, isso acho que é uma coisa extremamente dolorosa, o **silêncio guardado**. (Anexo 1, p. 156)

E outra coisa que me dói muito é exatamente de repente a criança **não contar com o apoio** que ela precisaria contar, com o crédito que ela precisaria ter, quando ela consegue falar e ver a punição de quem fez mal pra ela, que eu acho que a justiça tarda muito. (Anexo 1, p. 156)

Para Bete, além das ameaças, há uma falta de apoio que permita a criança sair da sua condição de silêncio. Nesse sentido, a própria ação dos pais, nesse ponto por uma avaliação de que há palavras e temas difíceis de serem abordados, acaba por potencializar o escudo por detrás do qual se escondem os violentadores.

Mas algumas marcas encontradas para se evitar o uso de alguns termos diretamente ligados ao sexo ou à violência podem ser atribuídas a uma forma de amainar a gravidade do assunto. De qualquer forma, evidencia que o tema é notadamente interdito, como vimos na explicação de Foucault acima. Vejamos, então, nas palavras de Carmem como algumas palavras são diluídas para que sua referência a sexo seja minorada:

Eu tive uma menina, que... assim.. que ela falava muito da **maldade**.. que o tio tinha **machucado**, que tinha feito **isso**... eu lembro de uma adolescente, por exemplo, que era o padrasto. E e ela disse: mas ???.. ele não me **machucou**. Ele era meu namorado. Ele namorou dela.. disse que, quando ele fosse embora, ele ia levá-la.. pra ficar com ele, entendeu? (Anexo 1, p. 157)

Os termos utilizados e marcados em negrito “maldade”, “machucado”, “isso” e “machucou”, todos, estão relacionados à consumação do ato sexual. Dessa forma, palavras mais relacionadas diretamente a sexo, ou outras consideradas chulas ou palavrão, foram evitadas até mesmo pela terapeuta – já que a utilização dos lexemas “machucado” e “isso” foi seleção dela.

Com relação ao termo “machucar” para o ato sexual, pode-se afirmar que ele é muito utilizado, especialmente pelas crianças. Uma das frases mais marcantes do

período de entrevista foi relatada por Bete e extraída de um atendimento feito a uma criança de 2 anos somente: “É. Ela é tão pequenininha, mas ela conseguia dizer assim: ‘**Papai me machucou, né?... o papai me machucou**’”. Então a gente não tinha dúvida da autoria, né?” (Anexo 1, p. 156).

Em alguns depoimentos abaixo, podemos evidenciar trechos que mostram a marca da interdição relativa ao tema do sexo que também apontam para a violência:

Sabe, esse caso já até foi preso, esse já, é tipo assim tem uns que você, né, é.. consegue com que as providências sejam rápidas, com que a família reconheça, agora quando a família também está atrelada à questão de... de que o pai, ou essa pessoa é o provedor, então ela.. **ela esconde**. Porque se ela.. não esconder, ela vai.. **ela num tem casa pra morar ela num tem comida pra comer**, então ela fica.. que não acontece. (Anexo 1, p. 157)

Nesse caso, relatado por Dora, percebemos as consequências de violar a “lei” silenciosa que interdita alguns temas. Especificamente para os casos de pedofilia que envolvam o provedor da família – mesmo que não seja o pai, isso se aplica a algum avô ou tio que ofereça o sustento da casa –, a criança se sente ainda mais temerosa de envolver o nome do responsável como sujeito de temas interditados. As consequências podem ser perder a provisão não somente para si, mas também para outros membros da família, imputando sobre a criança a culpa da delação.

Já na entrevista com Elis, ficou marcante sua dificuldade em relatar algum caso que lhe chocou mais. Ela insistia em dizer que não havia algum mais importante, que todos foram iguais. Isso não pareceu uma forma de demonstrar a dificuldade para selecionar um caso, mas uma maneira de fazer entender que não seria possível relatar quaisquer deles.

Essa atitude não foi muito comum, mas também não foi rara. O misto entre o receio de expor os pacientes e o desconforto de tratar de temas interditados era perceptível. De qualquer forma, Elis relatou casos que a marcaram e também mostrou a necessidade de modificar a maneira de ver as situações. Note que ela aponta para a importância de dar liberdade para que a criança possa falar e destaca o que ela chama de “ressignificação”:

Eu lembrei dessa... falei da menininha que.. aí.. **depois ela foi contando**. Ela **consegue hoje falar** e a gente vai fazendo... é o que a gente chama de **ressignificar**, né? Você tem uma situação de violência e vai **ressignificar** aquilo ali. (Anexo 1, p. 158)

“Ressignificar”, segundo compreensão a partir de suas explicações, é o processo pelo qual os terapeutas buscam amenizar a violência sofrida por meio do entendimento do ocorrido e orientar para a continuidade da vida da criança abusada, minimizando as sequelas para que não bloqueie seu futuro.

Por outro lado, a “ressignificação” pode servir para alertar para o fato de que algo ocorrido foi, na verdade um abuso. Para isso, ela dá exemplo de um relato em que se fala claramente sobre o ocorrido, mas a falta de penetração, para a pessoa violentada que fez o relato, não caracteriza abuso:

Aí eu falo pra elas que elas sofreram um abuso então pelo pai, elas falam não, nós **não sofremo abuso**, ele **só** deitava com a gente **só**, deitava a gente, passava o pênis, lambia a gente, fazia toda carícia, se masturbava, mas num fazia a penetração. (Anexo 1, p. 158)

Portanto, deixa clara uma visão contra a qual ainda se trabalha, especialmente quando estupradores já são assim classificados mesmo quando não há penetração, mas fica caracterizada a ofensa de cunho sexual, de que o sexo só existe quando se introduz o pênis. Nesse caso, as meninas se sentiram mais livres para falar até esse ponto, já que se pode considerar um tema paralelo ao sexo. Soma-se a isso o fato de as meninas já estarem no fim da adolescência, ou seja, sua condição de silenciamento – marca da identidade da criança – já se encontrava mais diluída.

Fabiana mostra a gravidade do silêncio, chama de “a síndrome do segredo”. Isso confirma que o cuidado com temas considerados interditados não deve ser extremo, a ponto de fazer a criança ter medo de falar. Isso pode ser fator de proteção ao abusador, como temos visto. Vejamos as palavras de Fabiana:

Acontece, né? Então é.. é muito comum assim, então a criança fala e aí **a família não escuta** não vê, e aí ela volta, e **a síndrome do segredo**, né, que os que os estudiosos que a literatura traz, né? (Anexo 1, p. 159)

A interdição, no caso da pedofilia, em conjunto com o silenciamento, faz com que a criança ou o adolescente abusado tenha dificuldade de falar, não se sinta à vontade para falar sobre o que lhe aconteceu e, dessa forma, contribui para que o violentador permaneça na obscuridade e perpetue o abuso.

O importante é saber que essa forma velada não deve ser estimulada. Essa surpreendente atitude foi revelada pela terapeuta Gabriela. Segundo ela, há mecanismos para se descobrir o pedido velado de socorro da criança (seja em um

desenho, em uma música ou em um relato mais metafórico), todavia, a conversa deve ser direcionada para uma conscientização do ato:

Guardam segredos, até nossos.. técnicos.. quando a gente tá atendendo, a gente faz questão de repetir que não ficou nenhum segredo, “Ah, e quanto aconteceu aquilo?” não... a gente fala assim: “Você foi molestada? Você foi machucada?” (Anexo 1, p. 160)

Porque existe uma tendência no atendimento você entrar também na forma de verbalizar sobre o.. a forma de conversar sobre o abuso. Por incrível que pareça a gente..

Então falar abertamente sobre isso é importante?

Por incrível que pareça na forma de atender também a gente tem instrumentalizada pra isso, porque se você não se cuidar, você começa a entrar no jogo inconsciente dela. (Anexo 1, p. 160)

Você não pode falar no mesmo termo que a criança fala: “Pegou na minha florzinha.” Você pode falar até por um jogo técnico, mas você tem que ter cuidado, que senão você também faz parte do..

Então quando você abre o jogo, acabou esse tipo de..

É, que tem a ver com esse teu tema, com aquela... elas falam.. elas falam, só que a forma que as crianças falam, que elas pedem socorro.. (Anexo 1, p. 160)

Gabriela mostra que a interdição pode ser um meio com qual se mascara uma realidade. Assim, a criança não consegue enxergar a realidade cruel do abuso.

6.2. O silenciamento percebido

Como vimos na seção 3.5.: “As marcas do silenciamento no discurso da pedofilia”, o silenciamento é um fenômeno que ocorre quando as vozes são abafadas, escondidas (Ver Xavier, 2008). No caso da pedofilia, uma série de circunstâncias levam ao silenciamento.

A identidade da criança já tem a marca do apagamento. Sua voz, portanto, não é ouvida naturalmente. A gravidade de não ser possível exercer a agência como outros grupos que sofrem com o abuso do poder (como mulheres, negros, pessoas em situação de rua, entre outros) torna o silenciamento para as crianças vítimas de abuso sexual ainda mais difícil de contornar.

A interdição dos temas que envolvem a pedofilia é um fator que também silencia as crianças com relação à violência sexual, conforme vimos na seção anterior. As colaboradoras apontaram para uma série de fatos que mostram a criança sem possibilidade de falar e com a característica de indivíduo silenciado, como foi apontado

no capítulo anterior (conferir Quadro 5 – As palavras que apontam a identidade de crianças e adolescentes).

Relembrando o discurso de Helena, vemos a gravidade do acordo velado de silêncio quando ocorre um caso de violência na família:

Meninos e meninas, apesar deles saberem e sentirem que não era dela falar... mãe... isso não tá certo e a mãe: deixa... **não vamo falar nada**, um **segredo** mesmo. E o pai era uma pessoa que fora do convívio familiar era uma pessoa muito respeitada, muito né? Moralmente falava muito certinho, muito íntegro, muito... de moralidade, vamos dizer assim, e dentro de casa a família.. (Anexo 1, p. 160)

O silêncio mostra-se uma forma de não oferecer risco à condição aparentemente respeitável do pai e, conseqüentemente, da família. Todavia, é esse “acordo velado” que traz ameaça à vida das crianças.

O princípio da tentativa de superar o silêncio pode surgir em faixa etária mais avançada da criança. Essa maneira de tentar conseguir alterar a situação de violência que vive pode ser frustrada quando a criança não tem sua voz ouvida. Nesse sentido, pode haver um ressilienciamento quando a decisão é de não falar porque suas demandas não são satisfeitas, o que pode ser evidenciado no diálogo com Fabiana a seguir:

Acontece, né? Então é.. é muito comum.. assim... então.. **a criança fala** e aí **a família não escuta.. não vê**, e aí ela volta... é a **síndrome do segredo**, né? que os.. que os estudiosos.. que a literatura traz, né?

Síndrome do segredo.

Que é o que se que se se constitui quando você trata da situação de abuso, né?

Aham.

O.. o abusador ele.. **comete** o ato, e... e **instala** o.. **a síndrome do segredo** ali, que é o (???) que tem que quebrar..

Uhum.

Né? E todo mundo que tá ali... porque **a criança tá dizendo pela boca ou pelo comportamento**, enfim, ela **tá falando**, de alguma forma, que tá acontecendo alguma coisa.

Claro.

As pessoas às vezes não querem ouvir ou não têm condição de entender, e **ela continua em silêncio**. Às vezes chega na instituição porque que tem que notificar, por exemplo, profissional que sabe da situação de violência e não notifica. Ele **entra na síndrome do segredo**, né? Então ele silencia também. (Anexo 1, p. 159)

Entra, também, em cena, o discurso institucional de proteção à criança. É necessário superar o silêncio e ajudar a criança que fala com a voz ou mesmo com

comportamento. Uma das prerrogativas com a qual a ADC trabalha é justamente a possibilidade de dar voz a setores da sociedade que são mais silenciados. Nesse sentido, fazer virem à tona esses discursos e comportamentos são uma maneira de não perpetuar o abuso e, conseqüentemente, a violência sexual. O ressilenciamento é perigoso, porque alguém que volta à situação de silenciado por não confiar que suas palavras serão ouvidas pode ter suas características (aquelas evidenciadas na ainda mais potencializadas no Quadro 5, comentado nesta mesma seção) potencializadas.

Nas palavras de Gabriela, por exemplo, percebemos que essa condição silenciada, além de a identidade da criança naturalmente ter essa característica, pode ser reforçada. Vejamos o que ela nos diz com relação à ação de uma menina e as ameaças por ela sofrida:

É. Então, acrescentando, como você disse, o que eu falo é isso também, é que as crianças.. elas falam, só que a forma que elas falam, como eu te falei.. aquele caso da pastora, né? Ela tava falando “Mãe”.. ela tava sendo ameaçada.. “Mãe..” sabe lá o que esse cara tava dizendo pra criança: **“Se você contar pra sua mãe eu mato sua mãe”**. (Anexo 1, p. 160)

O silêncio, assim como a interdição, são elementos com os quais o abusador conta, portanto, para que sua condição seja protegida. Todavia, deve-se compreender a situação de uma pessoa que, além de possuir uma identidade que é marcada pelo silenciamento, ainda sofre essa ação por parte de quem abusa do seu poder, neste caso, adultos que são considerados responsáveis. A partir dessa compreensão, a busca por instrumentos que ajudem a superar a perda da voz é importante. Esse é o trabalho das terapeutas no CAT.

6.2.2. Orientações para superar o silêncio

Desde o começo da pesquisa, já se percebe que a dica para superar o problema grave da pedofilia é oferecer mecanismos para que a criança possa vencer o medo de falar. É importante romper o silêncio, enfim. Esse é o tema de várias campanhas contra o abuso sexual infantil promovidas por organizações não governamentais e por instituições do Estado.

Nas palavras das terapeutas, são evidenciadas as atitudes necessárias para que as crianças abusadas possam superar, ainda que paulatinamente, sua condição de vítimas. Grande dose de confiança é muito necessária. Denunciar é pouco e não é o fim da ação.

O trabalho de investigação do genograma é uma ação imprescindível para a compreensão da vida familiar da criança abusada. A partir disso, pode-se traçar um roteiro dos problemas e buscar a gênese de cada um. Com isso, o planejamento para a superação fica mais objetivo.

A identificação de um problema transgeracional permite que se realize um trabalho mais específico e eficaz. Além disso, é importante a participação familiar na psicoterapia.

A tarefa da ressignificação realizada com a criança abusada possibilita duas atitudes: compreender que o fato ocorrido foi um abuso, uma violência; e realizar uma releitura da própria vida a partir do que ocorreu, possibilitando a superação dos traumas decorrentes.

Para as terapeutas, a superação é possível a partir do momento em que a criança se vê protegida e encorajada a falar do que aconteceu e do que pode acontecer, como vemos nas palavras a seguir:

Então, muitas vezes, a criança realmente não tem nem como fazer isso, **mas isso vai chegando de outras formas**. É um desenho na escola que vem sempre com lágrima, né? É falta de sensibilidade de alguém da escola e falar: “Que que tá sempre chorando esse desenho? “Que que tem isso triste?” “Que alguém mexeu comigo”. “Mexeu comigo”... abre o olho. “Mexeu como?” “Ó, eu mexi com você, você mexeu? Que que é esse mexer? Passar a mão no cabelo e mexer comigo..” né? Então... assim... esse olhar de.. se tem alguém que faz isso, a criança vai poder, né? (???) esse vínculo de confiança e ir contando. Eu acho que falta muitas vezes é o entendimento do adulto pra fazer essa leitura, né? Aquela criança que estudava bem, tarará, de repente começa com uma alteração comportamental violenta, a mudança, né? Então assim, chega, assim, eu acho, a escola é uma porta de entrada.. (Anexo 1, p. 158)

E também há o estímulo para que a criança, ou sua família, possam despertar para a necessidade do cuidado para com os mais vulneráveis. Além disso, a importância de se alertar as vítimas de abuso para o que está acontecendo com elas mesmas:

Adulto tem **dever de proteger criança**. O mais velho tem que **proteger** o mais novo, né? Isso é **proteção**... então acho assim: a grande... a grande saída é colocar isso.. a **proteção**... e é o **discurso**.. é a **fala**.. que a violência.. ela entra quando o meu.. meu **discurso** acabou, né? Assim... algumas vezes ela vem.. uma coisa **cultural** e.. assim.. “oi”.. esse dá um tapa, o outro “bom-dia, acoorda fulano”, né? Mas, muitas vezes, a violência entra também quando eu vou.. “fulana, num faz isso, criança nãñã”.. e aí num vem.. e aí começa. A violência entra quando o discurso acaba. Em algumas vezes, em outras vezes já é.. (Anexo 1, p. 158)

As palavras utilizadas são consideradas importantes dentro da família. Isso é ponto pacífico e é uma base para o trabalho das terapeutas quando realizam o trabalho em grupo com pais, mães e irmãos. A evidência de que o diálogo intrafamiliar é primordial passa por todos os depoimentos, como vemos a seguir nas palavras de Bete:

Uhuh. A gente trabalha muito numa linha de proteção. Então a desproteção, né?... a negligência, o não estar acompanhando de perto, o **não ter o hábito de dialogar com a criança** pra que a criança na primeira coisa possa vir falar pra mãe ou pro pai alguma coisa de errado que tenha acontecido. (Anexo 1, p. 157)

Esse estímulo da própria família é importante para que a condição natural, da qual estamos falando exaustivamente, de uma identidade silenciada da criança seja amenizada. Aleteia nos aponta essa natureza da criança, que tem essa necessidade de estímulo para que vença a barreira imposta social e condicionalmente:

A dificuldade que a gente percebe nas criança é normal, vejo assim de normal de um ser humano e principalmente nas criança, elas ficam envergonhada de falar sobre aquilo, elas ficam assim meio acanhada de falar sobre, sobre o fato em si, sabe, então a dificuldade passa mais por aí, do acanhamento e isso é meu ponto de vista, né? (Anexo 1, p. 156)

6.3. Considerações finais

Ao longo dos capítulos, foi possível perceber um panorama da profundidade da pedofilia que atinge toda a sociedade. Na parte I, foram apresentados elementos para uma compreensão de como a sociedade vive e trabalha para amenizar a gravidade dos abusos sexuais a crianças. Além de históricos levantados a partir de entrevistas, reportagens e depoimentos, foram apresentados estudos e ações de psicólogos envolvendo o assunto.

As teorias de gênero e de Análise de Discurso Crítica, especialmente com observação da seleção lexical e da intertextualidade, foram ferramentas úteis para compreensão da identidade das crianças e da compreensão do tema dentro da prática social. Isso foi trabalhado na Parte II da tese, bem como o método utilizado.

Na análise, foram abordadas as entrevistas e as evidências que destacaram para a importância da família, a questão de gênero, a transgeracionalidade e as

marcas da identidade infantil. A partir disso, foram detectadas a interdição e o silenciamento como dificuldades que contribuem para o medo na criança violentada e a segurança com a qual o abusador conta.

Nesse sentido, o trabalho de psicoterapeutas é incentivar o rompimento do silêncio entre as famílias e estimular a denúncia fortalecendo a confiança nos menores abusados. Esse é o trabalho incentivado pela sociedade em geral, percebido nas campanhas divulgadas na mídia realizadas por instituições do Estado ou mesmo por organizações não governamentais.

Na conclusão, serão apresentados os resultados reconhecidos para as questões de pesquisa constantes da metodologia adotada.

CONCLUSÃO

A pesquisa que utiliza a Análise de Discurso Crítica como base teórica, especialmente a que leva em consideração os trabalhos de Norman Fairclough, sempre buscam fazer relação dos discursos com a prática social. O contexto em que os personagens estão envolvidos os coloca em uma rede de relações que são interdependentes.

O discurso das terapeutas que foi analisado aqui nos mostra um pouco da visão das profissionais da psicoterapia com relação ao tema da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, mas também explana o que a sociedade fala e a sua conseqüente visão com relação aos fatos.

No projeto da pesquisa foram elaboradas questões que nos orientassem na análise do discurso terapêutico acerca da pedofilia. Essas perguntas dão direcionamento ao que se pôde encontrar e devem ser objeto de nossa reflexão ao trazermos nossas considerações finais. São elas:

a) Como se caracteriza a interdiscursividade no discurso de abuso sexual contra crianças e adolescentes?

b) Como são construídas por meio do discurso as identidades de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?

c) Que elementos de construção de gênero social podem ser encontrados nos relatos dos atores envolvidos nos eventos terapêuticos?

Para conseguirmos responder a essas perguntas teóricas sobre o tema, foram elaboradas questões de entrevista que pudessem favorecer o levantamento de material discursivo. Os blocos das perguntas visavam buscar informações sobre a vida da colaboradora, a sua visão do local de trabalho, um pouco da sua experiência mais marcante e algumas das suas opiniões sobre a situação, inclusive institucional.

A partir das respostas às questões de entrevista, foi possível responder ao interesse da pesquisa nas três perguntas anteriores. Nossas hipóteses são estas:

a) O discurso terapêutico evidencia a necessidade do envolvimento da família para que se evitem os ataques às crianças e adolescentes, bem como para que se consiga superar os traumas decorrentes que marcam a vida do menor abusado. Além disso, o discurso familiar aponta como base para uma boa formação essa relação de responsabilidade dos pais para com os filhos. As terapeutas reforçaram a ideia de instituições, sejam governamentais ou não, de que é necessário o cuidado com os menores no lar.

Além disso, ficou evidente que as famílias podem carregar o problema do abuso sexual de forma transgeracional. Assim, é necessário que se trabalhe a questão

com toda a família, já que a situação se prolonga por outras gerações. O discurso que evidencia a importância da família está intrínseco ao discurso terapêutico sobre a pedofilia. Para ele, a relação no lar é a chave para amenizar o problema, bem como para buscar evitá-lo. Além disso, ficou evidente que o discurso terapêutico incorpora o discurso da família, todavia não se pode afirmar que o contrário é verdadeiro.

b) As crianças e os adolescentes abusados são evidenciados no discurso terapêutico como figuras vítimas de abuso de poder. Elas se tornam indivíduos que transparecem medo, vulnerabilidade e dependência. São marcadas pela dificuldade de fazerem suas vozes serem ouvidas, ou seja, o silenciamento é característica de sua identidade.

A dificuldade de exercer agência traz para as crianças abusadas mais problemas para superar o silenciamento. Além disso, como o abusador conta com o silêncio imposto às suas vítimas, ele pode potencializar o silêncio, causando medo por meio de ameaças constantes não somente a elas, mas também às suas famílias. Essa atitude pode gerar um resilienciamento, especialmente quando a criança tenta denunciar e sua voz não é ouvida. O medo e a falta de empenho em buscar a verdade dos fatos, bem como de punição ao agressor, podem fazer com que a vítima chegue ao resilienciamento.

c) Nota-se que, para as famílias, o maior medo com relação às crianças abusadas é que o menino desenvolva uma homoafetividade e a menina parta para o lado da prostituição. Meninos tornam-se mais envergonhados por serem expostos a uma sexualidade passiva, o que representa para a sociedade uma posição oposta à que se espera dos machos: agressividade, atitude, decisão. Dos meninos se espera que apresentem as características tradicionalmente atribuídas aos masculinos de dominação.

A inserção no mundo do sexo de forma precoce faz com que a família tema que a menina abusada sexualmente desenvolva precocemente sua atividade e incorra na prática da prostituição. Muitas mães apresentam esse receio, o que é constantemente relatado pelas terapeutas. O trabalho como profissional do sexo é frequentemente visto como decisão por necessidade, não oferecendo a possibilidade de que a mulher possa ter escolhido tal atividade de trabalho (conf. Xavier, 2013).

A homoafetividade e a prostituição são condições que vão exigir do adulto uma agência maior para que enfrentem o *status quo* que a sociedade apresenta. Há diversos grupos que trabalham buscando direitos, cidadania e respeito a esses grupos minoritários. Assim, mesmo que se tema que um menor abusado escolha esse caminho, ele terá que enfrentar uma identidade que apresenta pouca (ou quase

nenhuma) agência, para entrar em um novo mundo em que necessita fazer ouvir sua voz.

Nas considerações finais da minha dissertação de mestrado (Xavier, 2008, p. 50 e 51), apresentei como desafio as questões levantadas por Mary Talbot (1998; citando Kress, 1985), a saber:

1. Por que se escreve sobre esse tema?
2. Como se escreve sobre esse tema?
3. Existem outras maneiras de se escrever sobre este tema?

Creio que seja significativo apresentar uma explicação baseado nessas questões que têm como base uma dúvida gerada em pesquisas de gênero. A sociedade escreve sobre os abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes o que se vê da questão: um crime e uma demanda policial, em muitos casos. A maioria do que se encontra na mídia, especialmente em diários diversos, diz respeito à revolta com relação a essa forma de violência e à discussão em torno da punibilidade que se deve dar aos criminosos. A despeito disso, setores da sociedade têm atentado para uma grande demanda relativa aos cuidados de que precisam as vítimas. São desde atenção à condição da família, inclusive psicoterapêutica, até incentivo à denúncia.

Como foram detectados o silenciamento e a interdição como condição que podem favorecer o criminoso, é preciso que se mude a maneira como se fala sobre o tema. Às crianças, deve-se buscar mecanismos que as outorgue possibilidade de dizer o que sentem e o que acontece em suas vidas. Ainda que os familiares tenham dificuldade de buscar relatos mais específicos sobre o que se desconfia, é necessário que se estimulem as famílias a procurarem auxílio de profissionais mais habilitados para o fazerem, como foi demonstrado nas entrevistas pelas terapeutas que conseguem trabalhar com desenhos e outras técnicas.

A solução para tal problema ainda está muito longe, mas conseguir salvar uma criança que seja dessa experiência nefasta não pode ser considerado pouco. Que a percepção do discurso em torno da pedofilia e uma alteração na forma de tratar o assunto possam ser uma contribuição para a sociedade no sentido de mudar essa triste realidade.

Referências bibliográficas

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Trad. de José Fonseca; consultoria, supervisão e revisão de Bernardo Lewgoy. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa - Coord. por Uwe Flick)

ATANGA, Lilian. The discursive construction of a “model cameronian woman” within the Cameronian Parliament. In: **Gender and Language**. Vol. 6.1. London: Equinox, 2012. p. 21 a 45.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

_____. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BENTES, Anna Christina; KOCK, Ingedore G. Villaça; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

BERNARDES, Adriana. Primeiro o medo, depois a impunidade. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 25, 16 maio, 2010.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. p. 191 a 200.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de M. H. Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Abuso sexual infantojuvenil: algumas informações para os pais ou responsáveis**. CPI contra a Pedofilia: Brasília, s.d.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente – ECA**. (7ª ed.) Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CAMERON, Deborah. Rethinking language and gender studies: some issues for the 90s. In: MILLS, Sara. (Org.) **Language and gender: interdisciplinarity perspectives**. Londres: Longman, 1995.

_____. (Org.) **The feminist critique of language** (2ª ed.). Londres, Nova York: Routledge, 1998.

_____; KULICK, Don. **Language and sexuality**. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

_____. **The language and sexuality reader**. Nova York: Routledge, 2006.

_____. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: FONTANA, Beatriz; OSTERMANN, Ana Cristina (Org.). **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CASOY, Ilana. **Serial killers: made in Brasil**. São Paulo: Arx, 2004.

CASTRO, M. L. D. A dialogia e os efeitos de sentido irônicos. in: BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 129 – 137. (Coleção Repertórios)

CHOULIARAKI, Lilli; FAIRCHLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: University Press, 1999.

CONTI, Matilde Carone Slaibi. **Da pedofilia: aspectos psicanalíticos, jurídicos e sociais do perverso sexual**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

COSTA, Liana Fortunato; SANTOS, Viviane Amaral dos. Família e violência sexual contra crianças: O papel da Justiça na construção e reconstrução de significados. **Psicologia: Teoria, Investigação e Prática**. Vol. 9, nº 1. Braga: Psiquilibrios, 2004. p. 47 a 63.

_____; JUNQUEIRA, Eika Lôbo; RIBEIRO, Adeli; MENESES, Fernanda Figueiredo Falcomer. “Ministério da Obrigação adverte”: é preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais.: **Avances en Psicología Latinoamericana**, Vol. 29(1): 33-46. Bogotá, 2011.

_____; GRANJEIRO, Ivonete Araújo Carvalho Lima. A ação dos operadores do direito e da psicologia em casos de abuso sexual. **O Portal dos Psicólogos**. 12 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0378.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2013.

DIAS, Tatiana Rosa Nogueira. **Prática jurídica e violência contra mulheres: um estudo etnográfico-discursivo**. Tese (doutorado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, 2011.

_____. **Práticas identitárias em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica**. Dissertação (mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, 2007.

EICHLER, Margrit. **Nonsexist research methods**. Londres, Nova York: Routledge, 1991.

ELLMAN, Mary. **Think about woman**. Londres: Virago, 1979.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Organização, revisão da tradução e prefácio à edição brasileira de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres e Nova York: Routledge, 2003.

_____. **Language and globalization**. Londres e Nova York: Routledge, 2006.

_____. A dialectical-relational approach to critical discourse analysis in social research. In: WODAK & MEYER (Ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2ª ed. Londres: Sage, 2009. p. 162-186.

_____. A dialética do discurso (tradução de Izabel Magalhães). In: MAGALHÃES, Izabel (org.). **Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012A. p. 93 a 107.

_____; FAIRCLOUGH, Isabela. **Political discourse analysis: a method for advanced students**. Nova York: Routledge, 2012B.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, 26, janeiro-junho. Campinas: Unicamp, 2006. p. 201 a 223.

FLEIG, Mario. **O desejo perverso**. Porto Alegre: CMC, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009A.

_____. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução de Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009B. (Coleção Pesquisa Qualitativa – Coord. por Uwe Flick)

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

_____. **Microfísica do poder**. 23ª ed. São Paulo: Graal, 2007b.

FRANÇOISE, Armengaud. **A pragmática**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.

FURLAN, Fabiano; TANK, Jéssica Aline; SCHNELL, Lenize Carnette; CYRINO, Luis Arthur Rangel. Violência sexual infantil: a dialética abusador/abusado e o sistema de enfrentamento. In: **Vivências: Revista eletrônica de Extensão da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (RS) – URI**. Vol. 7, nº 13, outubro. Erechim, RS: EdiURI, 2013. p. 198 a 208.

GARBARINO, James. **Lost boys: why our sons turn violent and how we can save them**. Nova York: The Free Press, 1999.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. Em: **Psicologia: teoria e pesquisa** 21: nº 3. Brasília: Instituto de Psicologia, UnB, 2005. p. 341 a 348.

HALIDAY, Michael A. K; HASAN, Ruqaiya. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

HALL, Kira. & BUCHOLTZ, Mary (Eds.). **Gender articulated: language and the socially-constructed self**. Londres: Routledge, 1995.

HAMILTON, M.; BARTON, D. The texts of everyday life: public and private identities in vernacular literacy practices. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 3 (2): 45 – 71, Brasília: Thesaurus, 1999.

HISGAIL, Fani. **Pedofilia: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

HOFFNAGEL, Judith Chamblis. **Temas em antropologia e linguística**. Recife: Bagaço, 2010.

HOLLAND, Dorothy; LACHICOTTE JR., William; SKINNER, Debra; CAIN, Carole. **Identity and agency in cultural worlds**. Cambridge / Londres: Harvard University Press, 1998.

JACKSON, Stevi. The desire for Freud: Psychoanalysis and Feminism. In: CAMERON, Deborah; SCANLON, Joan. **The trouble & strife reader**. Londres/Nova York: Bloomsbury Academic, 2010. p. 123 a 133.

JACKSON, Jean E. "I am a fieldnote": fieldnotes as a symbol of professional identity. In: SANJEK, Roger (Ed.). **Fieldnotes**. 3ª ed. Cornell University: New York, 1993. p. 3 a 33.

JONES, Rodney. Good sex and bad karma: discourse and the historical body. In: BHATIA, V. K.; FLOWERDEW, J.; JONES, R. (ed.). **Advances in discourse studies**. Londres: Routledge, 2008. p. 245 a 257.

KELLY, Liz. Unspeakable acts. In: CAMERON, Deborah; SCANLON, Joan. **The trouble & strife reader**. Londres/Nova York: Bloomsbury Academic, 2010. p. 62 a 70.

KRESS, Gunther. **Linguistic processes in sociocultural practice**. Geelong, Victoria, Australia: Deakin University Press, 1985.

KRISTEVA, Julia. **As novas doenças da alma**. Tradução: Joana Angélica D'Avila Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

KULICK, Don; CAMERON, Deborah. **Language and sexuality**. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. (tradução de Adriana Braga e Édison Luis Gastaldo) In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 13 a 30.

LISTER, Ruth. **Citizenship: A feminist perspective**. Londres: Macmillan, 1997.

LUTKEHAUS, Nancy. Refractions of reality: on the use of other ethnographers' fieldnotes. In: SANJEK, Roger (Ed.). **Fieldnotes**. 3ª ed. Cornell University: New York, 1993. p. 303 a 323.

LUYT, Russel. Constructing hegemonic masculinities in South Africa: The discourse and rhetoric of heteronormativity. In: **Gender and Language**. Vol. 6.1. London: Equinox, 2012. p. 47 a 77.

MAGALHÃES, Izabel. **Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Brasília: Thesaurus, 2000.

_____. Critical Discourse Analysis and the semiotic construction of gender identities. **DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, 21, Especial. São Paulo: Educ, 2005. p. 179 a 205.

_____. Discursos e identidades de gênero na alfabetização de jovens e adultos e no Ensino Especial. In: **Calidoscópio**. Vol 6, nº 12, mai/ago. Porto Alegre: Unisul, 2008. p. 61 a 68.

_____. Letramento, intertextualidade e prática social crítica. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). **Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 17 a 68.

MILLS, Sara. (Org.) **Language and gender: interdisciplinary perspectives**. Londres: Longman, 1995.

MINH-HA, Trinh. Difference: a special third world woman's issue. In: Cameron, Deborah (Ed.). **The feminist critique of language** (2ª ed.). Londres, Nova York: Routledge, 1998.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (MPMG). **Todos contra a pedofilia: algumas informações para os pais ou responsáveis**. MPMG/Funemp (Fundo Estadual do Ministério Público): Minas Gerais, s.d.

OAKLEY, Ann. **Sex, gender and society**. Londres: Temple South, 1972.

OLIVER, B. E. Three steps to reducing child molestation by adolescents. In: **Child Abuse & Neglect**, 31, Nova York: Elsevier, 2007. p. 683 a 689.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

PFEIFFER. L.; SALVAGNI. E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**. P. 197-204, 2009.

RAMOS, Fabio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 19 a 54.

REIS, Vítor José Oliveira. **Crianças e jovens em risco: contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco**. Tese (doutorado em psicologia clínica). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2009.

RESENDE, Viviane de Melo. Entre a análise discursiva crítica e a crítica explanatória: a crise do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o protagonismo juvenil. In: SILVA, Denize Elena Garcia da; LEAL, Maria Christina Diniz; PACHECO, Marta Carvalho de Noronha. (Org.) **Discurso em questão: representação, gênero, identidade, discriminação**. Goiânia: Câne Editorial, 2009. p. 101-112.

RUSSEL, Diana. **The secret trauma: incest in the lives of girls and women**. New York: Basic Books, 1984.

SALTER, Anna. **Predadores: pedófilos, estupradores e outros agressores sexuais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2009.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças**. Tradução: Frank de Oliveira. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, Viviane Amaral dos; COSTA, Liana Fortunato; GRANJEIRO, Ivonete Araújo Carvalho Lima. Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: ingerência invasiva ou proteção devida? In: **Psico**. Vol. 40, nº 4, out/dez. Porto Alegre: PUCRS, 2009. p. 516 a 524.

SCHREYER, Catherine F.; LINGARD, Lorelei; SPAFFORD, Marlee; GARWOOD, Kim. Structure and agency in medical case presentations. In: BAZERMAN, Charles; RUSSELL, David R. (eds.). **Writing selves / writing societies**. Research from activity perspectives. Fort Collins – CO: The WAC Clearinghouse and Mind, Culture and Activity, 2003. p. 62 a 93.

SCOLLON, Ron. Action and text toward an integrated understanding of the place of text in social (inter)action. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2ª ed. Londres: Sage, 2009.

SELL, Mariléia; OSTERMANN, Ana Cristina. Tensionando identidades de gênero e de sexualidade na fala em interação: o colapso discursivo da masculinidade homogênea. In: OSTERMANN, Ana Cristina; MENEGHEL, Stela Nazareth. (orgs.) **Humanização, Gênero, Poder: contribuições dos estudos de fala em interação para a atenção à saúde**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 133 a 149.

SUNDERLAND, Jane. **Gendered discourses**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.

_____. **Language and gender: an advanced resource book**. Nova York: Routledge, 2006.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

TALBOT, Mary. **Language and gender: an introduction**. Cambridge/Oxford, GB; Malden, EUA: Polity Press, 1998.

_____; ATKINSON, Karen; ATKINSON, David. **Language and power in the modern world**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2003.

_____. **Media discourse**. Nova York: Columbia University, 2007.

TANNEN, Deborah. **You just don't understand: woman and man in conversation**. Nova York: Harper USA, 2001.

TELLES, João A. “É pesquisa, é? Ah, não quero, bem!” Sobre pesquisa acadêmica e sua relação com a prática do professor de línguas. **Linguagem & Ensino - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Pelotas**. Vol. 5, nº 2, 2002. p. 91-116.

VAN MAANEN, John. **Tales of the field: on writing ethnography**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1988.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008A.

_____. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008B.

_____. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

WALSH, Claire. **Gender and discourse: language and power in politics, the church and organisations**. Grã Bretanha: Pearson Education, 2001.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Critical Discourse Analysis: history, agenda, theory and methodology. In: WODAK e MEYER (Ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2ª ed. Londres: Sage, 2009. p. 1-33.

XAVIER, Sandro. **As vozes de mulheres profissionais do sexo sobre a legalização do seu trabalho: discurso e gênero**. Dissertação (mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, 2008.

_____. O silenciamento de crianças e adolescentes no discurso da pedofilia: uma relação de poder. Colóquio Aled Brasil: discurso e práticas sociais. **Anais eletrônicos**. Recife: UFPE, 2010a. p. 2607 a 2625.

_____. A violência na linguagem do rock: aspectos sociais e seleção lexical. 2º Fórum Internacional de Análise do Discurso: discurso, texto e enunciação. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010b. p. 1636 a 1645.

_____. A voz da rua: a resistência no discurso de prostitutas. In: SATO, Denise Tamaê Borges; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes (orgs.). **Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil: uma homenagem a Izabel Magalhães**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 147 a 167.

Outras referências (jornais, revistas, CDs)

ALVES, Renato. Pedófilos camuflados. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 17, 26 mar. 2012a.

_____. Perigo ronda a Internet. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 18, 26 mar. 2012b.

BERNARDES, Adriana. Primeiro o medo, depois a impunidade. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 25, 16 mai. 2010.

CANNIBAL CORPSE. Necropedophile. Intérprete Cannibal Corpse. In: _____. **Tomb of the mutilated**. Metal Blade Records, 1992. 1 CD. Faixa 5.

CRAVEIRO, Rodrigo. Entrevista Bert Smeets: 'Eu só quero saber o que fizeram comigo'. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 26, 17 dez. 2011.

JUNGES, Márcia. O pedófilo como vítima de seu desejo e perversão. **IHU On-line: revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 10 nov. 2013. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3152&secao=326>

MARCELO, Carlos. Excesso de exposição. **Correio Braziliense**. Brasília, p. 14, 9 julho, 2010.

MARQUES, Marina. 2010. Promotora alertou juiz sob (sic) o perfil psicopata do assassino de Luziânia. **Clicabrasilia.com.br**, s.l., 13 abril. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasilia.com.br/site/noticia.php?id=276505>>. Acesso em: 22 abril 2010.

PASSI, Clara. Sofri abuso quando era menina. **Quem**, São Paulo, p. 30 a 34. 26 mar. 2010.

SARTORELLI, André. Pedofilia deve ser vista como transtorno mental. **R7 Notícias**, s.l., 18 maio 2010. Disponível em: < <http://noticias.r7.com/saude/noticias/pedofilia-deve-ser-vista-como-transtorno-mental-20100518.html>>. Acesso em: 18 mai. 2010.

XAVIER, Sandro. Interdição e silenciamento na pedofilia. **Correio Braziliense**. Brasília, p. 15, 24 dezembro, 2011.

Anexo 1

Extrato das entrevistas**Aleteia**

Eu via **no meu pai**, tenho **nele** a minha memória, que ele faleceu, que era um homem **íntegro, honesto, justo, legal** assim, sabe, ele não fazia acepção de pessoas, era **desprovido de preconceito** e qualquer coisa... era um homem **livre**... tinha uma **mente libertária**, pode-se dizer assim.

(...)ela me adotou e eu me sentia assim, tipo **bem acolhida**, assim, como as coisas dela. E ela também trabalhava em cartório e trabalhava próximo à LBA. Então ela tinha muito contato também com trabalhadoras sociais. E via como essas colega dela atendiam essas pessoas. E ela também... quer dizer, quando meu pai falava do serviço, essa minha irmã falava da assistência, né? Do assistencialismo que era a LBA(...).

Porque também o abuso não acontece só com a criança, **acontece com os pais e com os familiares**. Porque **ela não nasceu sozinha**. Aquela reação dela **vai interferir nos pais**, nos irmãos e nos parentes dela.

Você tem uma experiência de tipo, você se queimou você nunca vai se esquecer que o fogo queima! Você num tá se queimando mais, mas quando você vê aquilo você sente, é memória. **Memória é isso**.

Quando você vai catar a história, ela também passou por aquilo. Só que ela teve corage de vir pedir ajuda po filho, e de forma indireta ela veio denunciar. Só que ela vem pensando que jamais vai denunciar os dela. Mas **no tratamento ela tem que abrir**. **Aí é quando a gente sabe que o problema é transgeracional**.

É do menino virar **isso e aquilo**, é... homossexual. E ela nem chama a palavra homossexual, ela já fica ali prevendo "Ó o jeito dele, olha como que ele tá andando, olha **como que é isso**, olha como é **aquilo**." E, detalhe: ela, ao invés dela tratar daquela criança, dar um tratamento diferenciado, mas ao invés dela conversar sobre aquilo, dar um olhar praquele menino, trazê-lo pra essa realidade, dizer que aconteceu, perdão, que isso num se repita, vou ter mais cuidado com você, ela continua no mesmo *laissez faire*, num deixa fazer.

A dificuldade que a gente percebe nas criança é normal, vejo assim de normal de um ser humano e principalmente nas criança, elas ficam envergonhada de falar sobre aquilo, elas ficam assim meio acanhada de falar sobre, sobre o fato em si, sabe, então a dificuldade passa mais por aí, do acanhamento e isso é meu ponto de vista, né?

Bete

Porque o abusador dificilmente numa primeira vez ele já vai direto ao ato. Ele vai experimentando, ele vai fazendo uma carícia, ele vai.. e se a criança **não relata**..

Ah, muitas vezes são as ameaças que obrigaram essa criança a ficar **anos em silêncio**, isso acho que é uma coisa extremamente dolorosa, o **silêncio guardado**.

E outra coisa que me dói muito é exatamente de repente a criança **não contar com o apoio** que ela precisaria contar, com o crédito que ela precisaria ter, quando ela consegue falar e ver a punição de quem fez mal pra ela, que eu acho que a justiça tarda muito.

É. Ela é tão pequenininha, mas ela conseguia dizer assim: '**Papai me machucou**, né?... o **papai me machucou**'.'. Então a gente não tinha dúvida da autoria, né?

Uhum. A gente trabalha muito numa linha de proteção. Então a desproteção, né?... a negligência, o não estar acompanhando de perto, o **não ter o hábito de dialogar com a criança** pra que a criança na primeira coisa possa vir falar pra mãe ou pro pai alguma coisa de errado que tenha acontecido.

Carmen

[eles estão] Abrigados, em abrigamento... porque a família, toda evangélica, não conseguiu tá lidando com isso dentro de casa, e tinha outros filhos menores... e às vezes pegavam os irmãos mantendo relações... e aí... é... eles foram abrigados. É **uma família muito difícil**. A gente tem histórico de deficiência mental, de transtorno mental e aquela coisa toda, e assim... pra atender você tem que ter uma energia extremamente absurda, entendeu? E muitas vezes assim... no quadro de deficiência mental, de transtorno, não é um treino rápido, é um treino demorado. Então você **tem que tá com disponibilidade pra eles**, disponibilidade pra um monte de coisa que tudo isso eu não tenho...

Ah, a **transgeracionalidade** tem livros específicos pra isso, que é o **genograma** que a gente utiliza muito. Então a gente constrói um **mapa dessa família**, até a **terceira geração**, e aí elas... assim... é filho de quem, né? Comé que era essa história? Comé que é essa vivência? É muito interessante nessa área, por exemplo, de você ver os **mitos da família**.

Uhum.

Aquilo que é levado **de geração pra geração**.

Uhum.

O que que é **os ditos não ditos dessa família**, tipo... é... vou te dar um exemplo bem básico assim: não pode comer manga verde, manga verde após o almoço morre. Por que que morre? Já foi ver? Não sei o que, então a gente começa a quebrar.

A vovó falou e ficou...

A vovó falou e ficou.

Até tradição.

Não pode dar... antes do casamento, por que que... ah eu dei e não presto. Então a gente começa a perceber em cima daquilo que é falado, como ficou aquilo, **como significou isso** e como ela vai levando... porque a gente tem realmente uma coisa uma **repetição** e a gente **repete uma história familiar**, entendeu? Mas a gente já percebeu o que que é repetido, então o que que você vê, **ciclos de violência são repetidos**... um pai que batia, né?, como forma de comunicação, batia lá, a mãe repete isso batendo nele também... é a forma de aprendizagem que ela teve, não teve comunicação verbal, uma coisa que a gente nota muito nessas famílias hoje é a falta de comunicação.

Eu tive uma menina, que... assim.. que ela falava muito da **maldade**.. que o tio tinha **machucado**, que tinha feito **isso**... eu lembro de uma adolescente, por exemplo, que era o padrasto. E e ela disse: mas ???.. ele não me **machucou**. Ele era meu namorado. Ele namorou dela.. disse que, quando ele fosse embora, ele ia levá-la.. pra ficar com ele, entendeu?

Dora

A outra, que é **a prima**, ela ficou tão assim.. é.. com a sexualidade tão aflorada, que.. ela.. ela agora, segundo a avó, essa avó, ela já.. já tá fazendo disso uma... ela deve ter uns **treze anos**... ela já tá fazendo disso um trabalho, ela já tá **vivendo a prostituição**. Entendeu a questão da **transgeracionalidade**, né?

Sabe, esse caso já até foi preso, esse já, é tipo assim tem uns que você, né, é.. consegue com que as providências sejam rápidas, com que a família reconheça, agora quando a família também está atrelada à questão de... de que o pai, ou essa pessoa é o provedor, então ela.. **ela esconde**. Porque se ela.. não esconder, ela vai.. ela **num tem casa pra morar ela num tem comida pra comer**, então ela fica.. que não acontece.

Elis

A qual a mãe tinha sofrido situação de violência com o pai, mas (???) física se separou e casou com esse policial que era ótimo, que era.., né?, inclusive no diário da menina ela traz esse sofrimento, ela **tinha ele como pai**. Então ela começou a proteger a irmã, porque ele usava ameaça de que iria pegar a irmã mais nova... que se ela num ficasse... Então ela entrava com ele, pra proteger a irmã, e aí tem tudo isso relatado no diário. Então se você lê o diário, você lê o sofrimento daquela... aquilo ali é uma coisa assim que.. né? Na época tirei xerox e mandei pro diá.., pra polícia civil pra.. porque, cê cê lê aquilo ali, dá uma coisa assim a cores, né? entendeu?

E... e... e.. no abuso... cê tá falando de família... a gente passa também pela questão cultural. A gente recebe que, vem de lá de num sei onde, que **o pai, antes de qualquer coisa...** o início sexual da filha passa pelo pai e depois..

Aí a gente vai fazendo essa quebra, né?, **por onde entrou** a violência na sua família. Aí a gente **vai lá atrás** pra poder ver essas relações de violências foram construídas..

Da pessoa entender que isso não é normal..

É.

Isso não pode continuar..

Exatamente.

Às vezes a pessoa nem percebe que tá acontecendo.

O que a gente nota na violência sexual é o seguinte: **a porta de entrada**, principalmente na violência doméstica, né?, sexual doméstica, eu to falando, a porta de entrada muitas vezes não é a violência, é.. é... são as **relações violentas**, entendeu? Ela vai indo, até que chega no abuso, né?, e **se você também não continua trabalhando depois, essas relações continuam**, né?, **uma questão até cultural**. Então é todo um paradigma que tem que ser mudado..

Num há escolha de sexo, né, o que a gente tem é uma questão que passa pelo cultural, que **o menino abusado vai virar bicha**, né, **a menina abusada vira prostituta**, né, então assim (???) que é mais a nível de um **tabu**, de uma coisa assim **cultural**, e que isso a gente trabalha com essas famílias, fazendo essa leitura, né, isso não é real.

Eu lembrei dessa... falei da menininha que.. aí.. **depois ela foi contando**. Ela **consegue hoje falar** e a gente vai fazendo... é o que a gente chama de **ressignificar**, né? Você tem uma situação de violência e vai **ressignificar** aquilo ali.

Aí eu falo pra elas que elas sofreram um abuso então pelo pai, elas falam não, nós **não sofremos abuso**, ele **só** deitava com a gente **só**, deitava a gente, passava o pênis, lambia a gente, fazia toda carícia, se masturbava, mas num fazia a penetração.

Então, muitas vezes, a criança realmente não tem nem como fazer isso, **mas isso vai chegando de outras formas**. É um desenho na escola que vem sempre com lágrima, né? É falta de sensibilidade de alguém da escola e falar: "Que que tá sempre chorando esse desenho? "Que que tem isso triste?" "Que alguém mexeu comigo". "Mexeu comigo"... abre o olho. "Mexeu como?" "Ó, eu mexi com você, você mexeu? Que que é esse mexer? Passar a mão no cabelo e mexer comigo.." né? Então... assim... esse olhar de.. se tem alguém que faz isso, a criança vai poder, né? (???) esse vínculo de confiança e ir contando. Eu acho que falta muitas vezes é o entendimento do adulto pra fazer essa leitura, né? Aquela criança que estudava bem, tatarã, de repente começa com uma alteração comportamental violenta, a mudança, né? Então assim, chega, assim, eu acho, a escola é uma porta de entrada..

Adulto tem **dever de proteger criança**. O mais velho tem que **proteger** o mais novo, né? Isso é **proteção**... então acho assim: a grande... a grande saída é colocar isso.. a **proteção**... e é o **discurso**.. é a **fala**.. que a violência.. ela entra quando o meu.. meu **discurso** acabou, né? Assim... algumas vezes ela vem.. uma coisa **cultural** e.. assim.. "oi".. esse dá um tapa, o outro "bom-dia, acooorda fulano", né? Mas, muitas vezes, a violência entra também quando eu vou.. "fulana, num faz isso, criança nãñã".. e aí num vem.. e aí começa. A violência entra quando o discurso acaba. Em algumas vezes, em outras vezes já é..

Fabiana

Lembrar dessa cena, né? Da.. da.. experiência que ela vivenciou. E aí.. por isso que precisa trabalhar, precisa colocar no lugar. O que a gente tem feito, deixado muito claro pro **adolescente ofensor**... que o fato dele ter abusado dessa criança não foi **início marcante** da sexualidade dele..

E aí no último dia o menino virou e falou: “Porque o que eu levo daqui é **poder falar e ser ouvido**.”

A gente tá trabalhando, né?, a.. a gente antes juntava menino e menina, mas **eles não falam**... os meninos.. eles não gostam de falar. Eles **têm vergonha**.. então eles **não relatam**. A cri... a menina.. ela diz. Cê pergunta como é que aconteceu, ela conta tudinho, direitinho.

Ela faz o relato..

É.

Mais minucioso.

O menino ele num num, **num quer falar**.

Em termos de abuso sexual num... num tem a... a gente num consegue ainda comparar. Realmente ele tá menos... esse menino que te falei, ele tá com **menos sequelas**, e consegue... **dizer mais**. Por causa da condição emocional dele? Pode ser. Ele realmente é um menino muito bom.

Acontece, né? Então é.. é muito comum assim, então a criança fala e aí **a família não escuta** não vê, e aí ela volta, e **a síndrome do segredo**, né, que os que os estudiosos que a literatura traz, né?

Acontece, né? Então é.. é muito comum.. assim... então.. **a criança fala** e aí **a família não escuta**.. **não vê**, e aí ela volta... é a **síndrome do segredo**, né? que os.. que os estudiosos.. que a literatura traz, né?

Síndrome do segredo.

Que é o que se que se se constitui quando você trata da situação de abuso, né?

Aham.

O.. o abusador ele.. **comete** o ato, e... e **instala** o.. **a síndrome do segredo** ali, que é o (???) que tem que quebrar..

Uhum.

Né? E todo mundo que tá ali... porque **a criança tá dizendo pela boca ou pelo comportamento**, enfim, ela **tá falando**, de alguma forma, que tá acontecendo alguma coisa.

Claro.

As pessoas às vezes não querem ouvir ou não têm condição de entender, e **ela continua em silêncio**. Às vezes chega na instituição porque que tem que notificar, por exemplo, profissional que sabe da situação de violência e não notifica. Ele **entra na síndrome do segredo**, né? Então ele silencia também.

Gabriela

E aí quando fui conversar com ela foi muito difícil porque eu tinha pouco tempo pra falar com ela e tive que pegar o genograma, que é um trabalho que a gente tem ele há muito tempo. Aí falei, quando a criança tem **medo** ela tá sofrendo alguma **pressão**, tá **acuada**, da forma que você descreveu o medo dela... ela num tá com medo de escuro, ela num tá com medo de fantasma, ela num tá... ela tem..

Medo de ficar sozinha.

Ela tem uma coisa que ela num fala. Ela tá com **medo do não dito**. Aí quando comecei a falar pra ela as perguntas que eu já faço sempre, né?... assim... ela dá que nome pras coisas? Como é que ela chama? É perereca é? Como que ela chama? Mudou ultimamente? Comecei a fazer algumas pergunta e num deu outra... deu que o esposo dela tava abusando das duas criança, ela trouxe o medo de uma e..

Dois meninas?

Das duas.

Duas meninas?

Duas meninas.

Que idade eram as meninas?

De quatro a mais nova e seis a mais velha. Então... assim.. aí pra ela foi um choque. Primeira coisa que a mãe faz é não ver.

...ela não tem medo mas ela tem uma outra forma de **não falar**, que é a linguagem técnica de psicologia, ela não tá, ela tá **não falando**, quando ela te pega não vai não vai, ela tá **não verbalizando**..

O que eu queria falar no teu tema, as crianças ficam **silenciada**..

Então, as mães, principalmente as mães, os pais também, mas mais as mães, elas temem que o **menino fique homossexual**, elas têm esse fantasma vem junto, né? A gente que pensa que menina é mais abusada que menino, eu não sei te dizer se é igual, mas é quase que igual, né, e sempre as duas famílias elas têm esse medo de que.. que vai ficar sequela, por mais que a gente..

No geral... as mães.. que os meninos foram abusado.. elas têm medo que **virem homossexual**, se ele sentiu algum prazer, será que ele vai **querer repetir**? O outro medo é da **repetição**, que a gente tem que passar isso que nem... num é uma regra..

Guardam segredos, até nossos.. técnicos.. quando a gente tá atendendo, a gente faz questão de repetir que não ficou nenhum segredo, "Ah, e quanto aconteceu aquilo?" não... a gente fala assim: "Você foi molestada? Você foi machucada?"

Porque existe uma tendência no atendimento você entrar também na forma de verbalizar sobre o.. a forma de conversar sobre o abuso. Por incrível que pareça a gente..

Então falar abertamente sobre isso é importante?

Por incrível que pareça na forma de atender também a gente tem instrumentalizada pra isso, porque se você não se cuidar, você começa a entrar no jogo inconsciente dela.

Você não pode falar no mesmo termo que a criança fala: "Pegou na minha florzinha." Você pode falar até por um jogo técnico, mas você tem que ter cuidado, que senão você também faz parte do..

Então quando você abre o jogo, acabou esse tipo de..

É, que tem a ver com esse teu tema, com aquela... elas falam.. elas falam, só que a forma que as crianças falam, que elas pedem socorro..

É. Então, acrescentando, como você disse, o que eu falo é isso também, é que as crianças.. elas falam, só que a forma que elas falam, como eu te falei.. aquele caso da pastora, né? Ela tava falando "Mãe".. ela tava sendo ameaçada.. "Mãe.." sabe lá o que esse cara tava dizendo pra criança: "**Se você contar pra sua mãe eu mato sua mãe**".

Helena

Meninos e meninas, apesar deles saberem e sentirem que não era dela falar... mãe... isso não tá certo e a mãe deixa... **não vamo falar nada**, um **segredo** mesmo.

Meninos e meninas, apesar deles saberem e sentirem que não era dela falar... mãe... isso não tá certo e a mãe: deixa... **não vamo falar nada**, um **segredo** mesmo. E o pai era uma pessoa que fora do convívio familiar era uma pessoa muito respeitada, muito né? Moralmente falava muito certinho, muito íntegro, muito... de moralidade, vamos dizer assim, e dentro de casa a família..

ANEXO 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise de discurso crítica no âmbito terapêutico, de responsabilidade de Sandro Xavier da Silva, aluno de doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é investigar os relatos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, buscando ocorrência de discursos que possam estar contribuindo para a manutenção dessa forma de ataque. A meta final é demonstrar que uma maneira diferente de tratar o assunto de forma discursiva pode contribuir para amenizar essa prática violenta. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. É esclarecido, também, que pode haver descarte dos dados se apresentarem quantidade insuficiente de itens a serem analisados.

A coleta de dados será realizada por meio de gravação de entrevista a ser feita no Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica (Compp) / Secretaria de Saúde do DF em data a ser estipulada. É para esses procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica nenhum risco.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61.9982-2246 ou pelo e-mail revsandro@yahoo.de.

O pesquisador garante que os resultados do estudo estarão disponíveis por meio da publicação da tese de doutorado.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do telefone 61.3325-4955.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Sandro Xavier da Silva
Pesquisador

Brasília, ___ de _____ de _____